

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício 2020

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA



**RELATÓRIO
DE GESTÃO
Exercício 2020**

Brasília
MAPA
2021

Sumário

Lista de siglas e abreviações	4
Lista de quadros	7
Lista de tabelas	7
Lista de figuras	8
Lista de gráficos	8

1. MENSAGEM DA DIRIGENTE MÁXIMA DA UNIDADE

9

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

11

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11
Modelo de Negócio	11
Temas do Relatório de Gestão	12
Identificação do MAPA, estrutura organizacional e de governança	13
Organograma da Estrutura Organizacional	14
Cadeia de Valor	15
Plano plurianual	17
Planos setoriais, políticas nacionais e sua vinculação com o PPA	18
Contratos de gestão	20
Relação com o ambiente externo	20

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

21

Capacitação e fomento da cultura de Gestão de Riscos	22
Gestão de Riscos em processos de trabalho	23
Desafios e perspectivas	24



4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

25

Visão de futuro e estratégia de atuação	25
Vinculação do Plano Estratégico a outros planos do governo	26
Objetivos estratégicos, indicadores, metas e resultados em 2020	29
Projetos Estratégicos corporativos, prazos, metas e resultados em 2020	44
Principais resultados das áreas de atuação em 2020	53
Aquicultura e Pesca	53
Assuntos Fundiários	56
Política Agrícola	57
Agricultura Familiar e Cooperativismo	59
Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação	60
Gestão Florestal	63
Comércio e Relações Internacionais	66
Defesa Agropecuária	67
Gestão Interna	69

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

73

Lista de siglas e abreviações

ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
AECE – Assessoria Especial de Comunicação e Eventos
AFFA – Auditor Fiscal Federal Agropecuário
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
AGROSTAT – Sistema Estatístico de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
ALC – Acordos de Livre Comércio
ANA – Agência Nacional de Águas
ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
APMPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural
APP – Área de Preservação Permanente
ARP – Análise de Risco de Pragas
ATEG – Assistência Técnica Gerencial
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN – Banco Central do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPR – Boas Práticas Regulatórias
BRICS – Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCA – Comitês Colaborativos Agrícolas
CCONT – Coordenação de Contabilidade
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Ceasaminas – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A
CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CF – Certificado Fitossanitário
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGAL – Coordenação–Geral de Laboratórios Agropecuários
CGAP – Coordenação–Geral de Administração de Pessoas
CGC – Cadastro Geral de Classificação
CGCOOP – Coordenação–Geral de Cooperativismo
CGGR – Coordenação–Geral de Gestão e Riscos
CGPLAN – Coordenação–Geral de Planejamento
CGQV – Coordenação–Geral de Qualidade Vegetal
CGRC – Comitê de Governança, Riscos e Controle
CGTI – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria–Geral da União
CGVB – Coordenação–Geral de Vinhos e Bebidas

CIF – Climate Investment Funds
CISAMA – Consócio Intermunicipal da Serra Catarinense
CNEC – Cadastro Nacional dos Encarregados dos Serviços de Comprovação de Perdas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONFCON – Sistema de Conformidade Contábil
CSI – Certificado Sanitário Internacional
CSN – Certificado Sanitário Nacional
CVI – Certificados Veterinários Internacionais
DA – Departamento de Administração
DAS – Direção e Assessoramento Superior
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DECAM – Departamento de Cooperativismo e Acesso a Mercados
DECAP – Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas
DGG – Departamento de Governança e Gestão
DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DSV – Departamento de Sanidade Vegetal
e-SISBRAVET – Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias
EaD – Educação à Distância
EFD – Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil
EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio
EIRI – Estrutura Internacional para Relato Integrado
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO – Escola Nacional de Gestão Agropecuária
EU – União Europeia
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FGPP – Financiamento para Garantia de Preço ao Produtor Rural
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIP – Forest Investment Program
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FORTAF Amazônia Legal – Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal
FP – Florestas Plantadas
FTRA – Fundo de Terras e da Reforma Agrária
FUNCAFÉ – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GIRC – Rede de Gestão, Integridade, Riscos e Controles

GM – Gabinete da Ministra
GND – Grupo de Natureza de Despesa
GT – Guias de Trânsito
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIRC – Internacional Integrated Reporting Council
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
LFDA – Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LMR – Limite Máximo de Resíduos
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MB – Marinha do Brasil
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MGDA - Modelo de Gestão Integrada da Defesa Agropecuária
MP – Medida Provisória
NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NGI – Núcleo de Gestão da Integridade
NGR – Núcleo de Gestão de Riscos
NIMF – Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OEA – Organização dos Estados Americanos
OESA – Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária
OIE – Organização Mundial de Saúde Animal
OMC – Organização Mundial de Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAEC – Plano Anual de Educação Continuada
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCT – Povos e Comunidades Tradicionais
PDA – Plano de Defesa Agropecuário
PEC – Projeto Estratégico Corporativo
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor e Outros
PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM – Programa de Garantia de Preços Mínimos
PGRCI – Política de Gestão de Riscos e Controles Internos

PIQ – Padrões de Identidade e Qualidade
PIS – Programa de Integração Social
PMLS – Programa Mais Leite Saudável
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNCRC – Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNP&D/Café – Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNPV – Programa Nacional de Prevenção e Vigilância
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
POA – Produto de Origem Animal
POC – Padrão Oficial de Classificação
PPA – Plano Plurianual
PQA – Praga Quarentenária Ausente
PQFL – Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite
PRA – Programa de Regularização Ambiental
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ProVB – Programa de Vendas em Balcão
PSC – Peste Suína Clássica
PSR – Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
RAP – Restos a Pagar
RESEX – Reserva Extrativista
RFB – Receita Federal do Brasil
RGP – Registro Geral da Atividade Pesqueira
RL – Reserva Legal
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP – Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCRI – Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SCS – Selo Combustível Social
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SDI – Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação
SE – Secretaria-Executiva
SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar
SENAF – Selo Nacional da Agricultura Familiar
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SFA – Superintendência Federal de Agricultura
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
SFC – Secretaria Federal de Controle Interno

SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICAR– Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SigOrgWeb – Sistema de Gestão do Cadastro Nacional de Produtores orgânicos
SIGPI – Sistema de Gestão inteligente de Produção Integrada Agrícola
SIGVIG – Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários
SINAU – Sistema de Informação das Autorizações das Águas de Domínio da União
SINEAGRO – Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
SIPEAGRO – Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários
SIPOA – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SISMAN – Sistema de Monitoramento de Atos Normativos
Quali-SV – Sistema de Avaliação da Qualidade dos Serviços Veterinários
SNPC – Serviço Nacional de Proteção de Cultivares
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SVA – Seneca Valley Virus
SVE – Serviço Veterinário Estadual
SVO – Serviço Veterinário Oficial
TCU – Tribunal de Contas da União
TDA – Tratamento de Dejetos Animais
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
UA – Unidades Administrativas
UFPA – Unidades Familiares de Produção Agrária
UTF– Unilateral Trust Fund
UG – Unidade Gestora
UGRCI – Unidades de Gestão de Riscos e Controles Internos
UPC – Unidade de Prestação de Contas
URT – Unidades de Referência Técnica
USD – United States Dollar
VIGIAGRO – Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
ZARC – Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Lista de quadros

Quadro 1. Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	13
Quadro 2. Missão, Visão de futuro e Valores	13
Quadro 3. Principais normas regulamentadoras da atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros documentos relacionados	13
Quadro 4. Detalhamento por Grupo de Contas	76
Quadro 5. Responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA	76

Lista de tabelas

Tabela 1: Riscos identificados x Riscos priorizados	23
Tabela 2: Os riscos de maior destaque identificados para o processo “Contratação de Serviços Terceirizados”	23
Tabela 3: Quantitativo de riscos à integridade mapeados	24
Tabela 4. Orçamento CEPLAC, INMET E SDI	61
Tabela 5. Dotação atualizada 2020	73
Tabela 6. Execução orçamentária e financeira por função de governo	74
Tabela 7. Grupo de natureza de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais	74
Tabela 8. Grupo de Natureza da Despesa: 3 - Outras Despesas Correntes	74
Tabela 9. Grupo de Natureza da Despesa: 4 - Investimentos	74
Tabela 10. Execução por programa de governo	74
Tabela 11. Execução por ação de governo	75
Tabela 12. Receitas/Despesas (valores em Milhões R\$)	75
Tabela 13: os principais grupos de contas com os respectivos saldos e demonstração dos percentuais de acréscimos ocorridos no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019	75

Lista de Figuras

Figura 2. Diagrama MAPA e entidades vinculadas.	13
Figura 3. Organograma da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluindo a estrutura de governança (Comitê de Governança, Riscos e Controle - CGRC/MAPA)	14
Figura 4. Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	15
Figura 5. Leitura da Cadeira de Valor	16
Figura 6. Esquema Plano Plurianual	17
Figura 7. Esquema Planos Setoriais, Políticas Nacionais e sua vinculação com o PPA	19
Figura 8: Quatro de instâncias para operacionalização e supervisão do processo de gestão de riscos	21
Figura 9: Frentes de atuação da Gestão de Riscos no MAPA	22
Figura 10: Campanhas para a Comunicação Interna	22
Figura 11. Eixos da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil – EFD 2020-2031	26
Figura 12. Programas do PPA 2020-2023 sob responsabilidade do MAPA	27
Figura 13. Esquema - objetivos, indicadores e metas, projetos.	28
Figura 14. Mapa Estratégico 2020 – 2031	28

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Mapeamentos e revisões em 2020	24
Gráfico 2: Organização Geográfica - Blocos / Zonas	46
Gráfico 3. Agricultores contratados em 2020 por UF.	59
Gráfico 4: Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza de Despesa	73

1

MENSAGEM DA DIRIGENTE MÁXIMA DA UNIDADE

Em meio à pandemia do novo Coronavírus, o agro brasileiro mostrou-se atento e estruturado. Ajustou-se às necessidades impostas pela doença, às novas normas sanitárias e às oportunidades surgidas, buscando garantir o abastecimento interno e o fornecimento de alimentos para outros países.

Diante da crise, frente a novos desafios, o agro reafirmou sua força. Segundo o IBGE, apresentou um crescimento de 2% e confirmou seu papel fundamental na segurança alimentar dos brasileiros, postando-se, ainda, como essencial para ajudar o país na retomada econômica, mantendo empregos e garantindo renda para camadas da população.

Coube ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) coordenar processos, orientar procedimentos, implementar programas, auxiliar os produtores e ajustar políticas públicas para evitar o que poderia trazer ainda mais problemas ao país: um indesejado desabastecimento.

Este Relatório de Gestão 2020 mostra que o MAPA, assim como a produção agropecuária, não parou durante a pandemia. Colocou em prática seu Plano Estratégico 2020-2031, trabalhando também com outros instrumentos, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil – EFD no período de 2020 a 2031 (Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020) e o Plano Plurianual da União – PPA para o período de 2020 a 2023 (Lei nº 13.971, de 17 de dezembro de 2019).

Na prática, o MAPA implementou seus objetivos estratégicos, assegurando à sociedade insumos e produtos agropecuários e pesqueiros conformes e seguros ao consumo, aumentou a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira nos mercados interno e externo e ampliou o acesso aos mercados internacionais.

Tudo isso sem descuidar – mesmo em um ano que exigiu pequenos ajustes para uma eficiente fiscalização – da redução de riscos sanitários, fitossanitários e de fraude na agropecuária nacional, e de estimular o uso de práticas sustentáveis nas cadeias agropecuárias, observando a conservação dos recursos naturais e a redução de impactos ambientais.

Isso só foi possível, todos sabemos, porque o Brasil desenvolveu ao longo dos últimos anos um modelo tropicalizado de agricultura, o que permitiu o aumento da produção de grãos em 425% em 40 anos, em uma área agrícola que aumentou pouco mais de 40%. O agronegócio hoje responde por mais de 20% do PIB, sendo responsável por cerca de 50% das exportações



e 30% do total de empregos no Brasil.

A manutenção deste modelo em plena pandemia deveu-se a uma atenção especial ao planejamento das ações. Com o surgimento do novo Coronavírus na Ásia e sua expansão inicial para a Europa, o MAPA teve tempo de avaliar riscos internos antes de a doença chegar ao país, traçando medidas – até mesmo em conjunto com outros países latinos – para garantir o fornecimento de alimentos com todas as medidas sanitárias adequadas.

As primeiras ações do MAPA foram a criação de um comitê para monitorar os impactos da pandemia e a publicação de uma portaria detalhando as atividades essenciais para garantir o funcionamento do setor. Também foram elaboradas recomendações técnicas para diversos setores com diretrizes na prevenção da contaminação nos locais de processamento, beneficiamento, transporte e comercialização dos produtos. Além disso, foram elaboradas recomendações para o funcionamento de setores como frigoríficos, transporte de alimentos, colheita, feiras e sacolões.

Como fica claro neste Relatório de Gestão, o MAPA avançou em suas metas estratégicas para o ano em diversos indicadores, como os que asseguraram o abastecimento e o acesso da população brasileira a produtos seguros ao consumo e os que aumentaram a competitividade dos produtos brasileiros no mercado interno e externo.

Em 2020 as exportações brasileiras do agronegócio, por exemplo, somaram US\$ 100,81 bilhões, representando incremento de 4,1% em relação ao ano anterior e a abertura de 74 novos mercados no ano para produtos agropecuários.

Nos objetivos estratégicos de sustentabilidade, foi possível ampliar o número de municípios

com tecnologias do Plano ABC financiadas, graças a estímulos previstos no Plano Safra. O Índice de Sustentabilidade da Agropecuária, ligado aos Objetivos de Desenvolvimento sustentável da ONU, atingiu 44,97%, 13 pontos acima da meta prevista para o ano. Os resultados dos dez anos do Plano ABC confirmaram a eficácia do programa, com a adoção de tecnologias de redução de emissões em mais de 40 milhões de hectares.

O Relatório também aponta resultados significativos na ampliação ao acesso ao crédito e ao seguro rural. Boa parte das contratações em 2020 foi destinada a atividades ambientalmente sustentáveis, à inovação tecnológica, à irrigação e produção em ambiente protegido, e à construção e ampliação de armazéns. Já o percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural cresceu 10,37%, proporcionando cobertura para 13,7 milhões de hectares em mais de 193 mil apólices.

Foram verificados também avanços importantes na promoção da inovação e da pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias, como o lançamento do programa Bioinsumos, e no aumento de iniciativas de assistência técnica e extensão rural, com o programa Ater Digital. O detalhamento das ações reafirma o esforço de todos os colaboradores para o cumprimento de metas e ampliação do alcance das medidas que foram adotadas durante a pandemia.

Este Relatório de Gestão, que respeita o modelo definido pelo Tribunal de Contas da União, foi elaborado com a transparência necessária para que a sociedade possa acompanhar o trabalho que vem sendo realizado, detalhando o empenho de cada uma das áreas e o resultado dos diversos programas deste Ministério.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o órgão da administração pública federal responsável pela gestão das políticas públicas de apoio à agropecuária e às questões fundiárias, pelo desenvolvimento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor, assim como sua inspeção e fiscalização. No Brasil, o setor agropecuário contempla pequenos, médios e grandes produtores rurais, abrangendo também a aquicultura, a pesca e a agricultura familiar. Ele reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, como produção agropecuária, processamento, transformação e a distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

O MAPA busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Ministério visa garantir a segurança alimentar da população brasileira e estimular a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

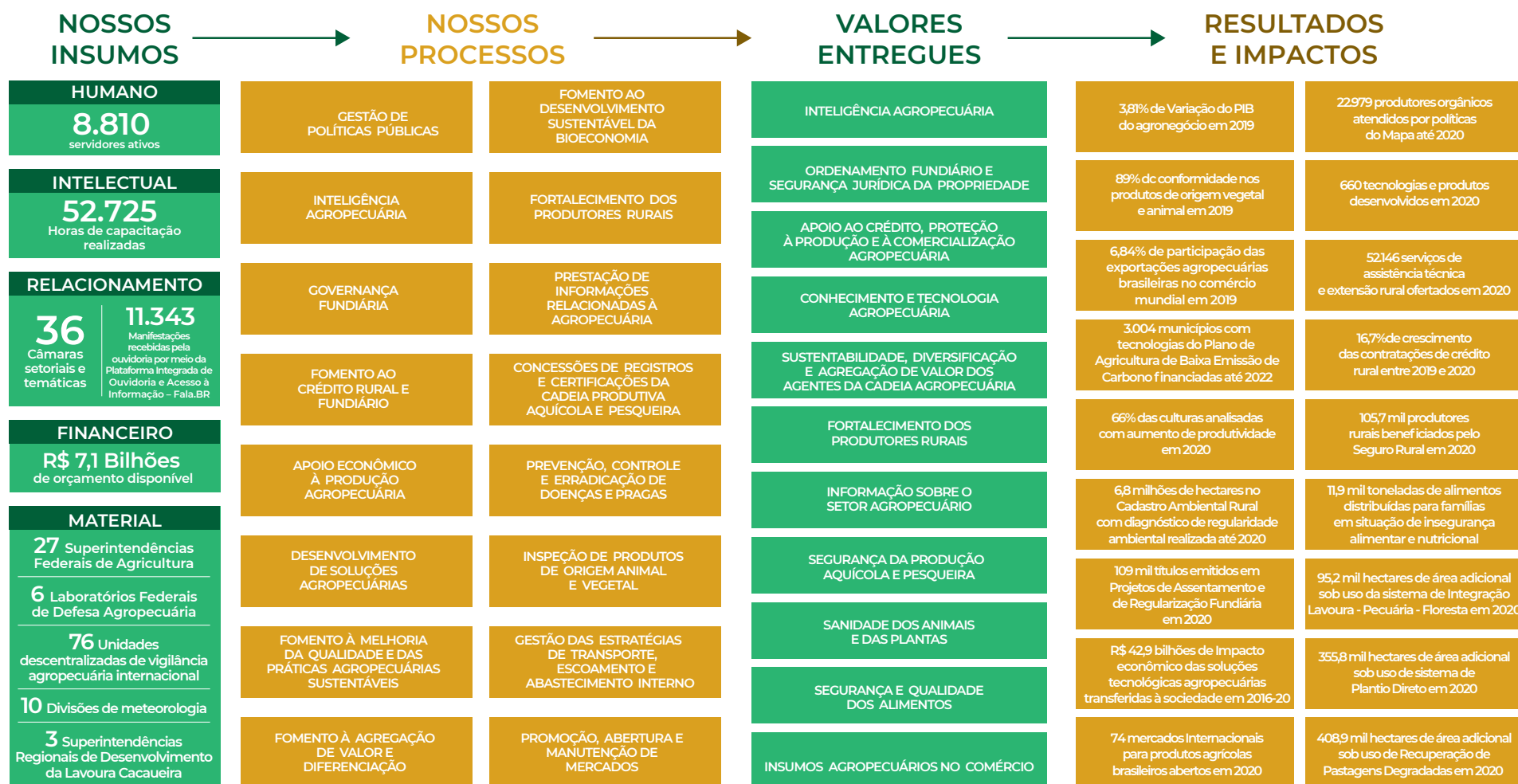
O modelo de negócio é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades do MAPA, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo.

Modelo de Negócio

O modelo de negócio é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades do MAPA, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo.



Figura 1. Modelo de Negócios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Temas do Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão é a peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício. Seu objetivo principal é oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da Unidade Prestadora de Contas - UPC, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazo, além de demonstrar e justificar os resultados

alcançados em face dos objetivos estabelecidos.

Os tópicos que compõem este Relatório estão alinhados com a Decisão Normativa TCU 084/2020, a qual adota como formato o modelo da Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI) desenvolvido pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (*International Integrated Reporting Council - IIRC*).

Os temas distribuídos na presente prestação de contas levam em consideração as entregas mais relevantes do MAPA para a sociedade no ano de 2020, sendo avaliadas por meio de indicadores de desempenho do MAPA estratégico e de impactos quantificados para toda a cadeia agropecuária na forma de ações de desenvolvimento, política e defesa.

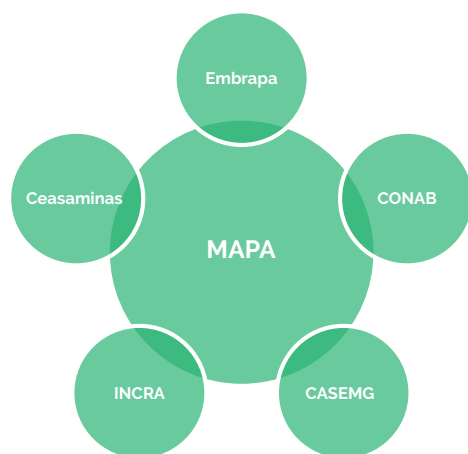
Identificação do MAPA, estrutura organizacional e de governança

A origem do Ministério remonta ao tempo do Império, tendo sido criado pelo Imperador Dom Pedro II, em 28 de julho de 1860, pelo Decreto nº 1.067, ainda como Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Atualmente, o MAPA conta com 7 Secretarias Singulares, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e 27 Superintendências Federais de Agricultura nos estados, que ao todo abrigam cerca de 8.810 (oito mil e oitocentos e dez) servidores espalhados por todo o Brasil.

Como entidades vinculadas à sua estrutura, também fazem parte do Ministério as empresas públicas Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a autarquia Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os entes vinculados, organizados sob a forma de sociedade de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (CEASAMINAS) e a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (CASEMG).

Figura 2. Diagrama MAPA e entidades vinculadas.



A seguir, o quadro 1, traz a identificação detalhada da UPC, incluindo ainda, os contatos do Ministério.

Quadro 1. Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Poder: Executivo	Órgão de vinculação: Presidência da República	Código SIORG: 00026
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.396.895/0001-25
Principal atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 8411-6
Código SIORG: 000014	Código LOA: 22000	Código SIAFI: 22000
Contatos		
Telefones/fax: 61 3218-2828	Endereço eletrônico: ouvidoria@agricultura.gov.br sic.mapa@agricultura.gov.br	
Endereço postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco D – CEP: 70.043900 – Brasília/DF	Página na internet: https://www.gov.br/agricultura	

Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Plano Estratégico do MAPA apresenta, de forma sintética, a Missão, a Visão de futuro e os Valores do Ministério, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2. Missão, Visão de futuro e Valores

Missão	Visão de futuro	Valores
Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.	Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.	Comprometimento Ética Transparência Excelência Responsabilidade Foco dos Públicos-alvo Pro atividade Integração

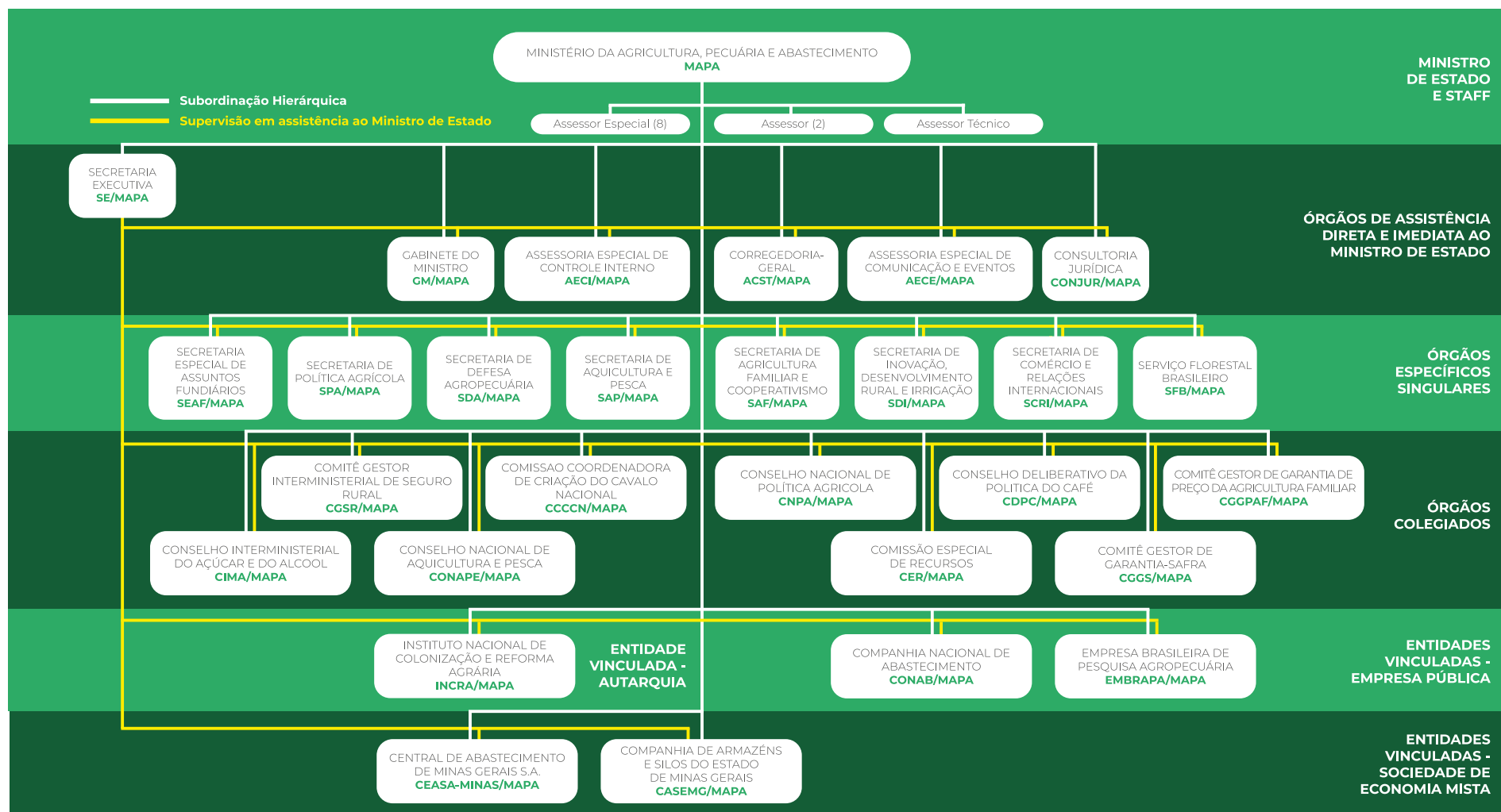
O quadro 3 traz as principais normas direcionadoras da atuação da Unidade, com respectivos links de acesso.

Quadro 3. Principais normas regulamentadoras da atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros documentos relacionados

Norma	Assunto	Endereço para acesso
Constituição Federal, arts. 21, 22, 23, 24 e 87	Competências da União; Escolhas do Ministro de Estado e atribuições	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art87
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019	Organização da Presidência da República e dos Ministérios	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm
Decreto nº 10.253, de 2 de janeiro de 2019	Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções gratificadas do MAPA	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10253.htm
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967	Organização da Administração Federal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm

Organograma da Estrutura Organizacional

Figura 3. Organograma da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluindo a estrutura de governança (Comitê de Governança, Riscos e Controle - CGRC/MAPA)



Fonte: decreto nº 9.667/2019

Cadeia de Valor

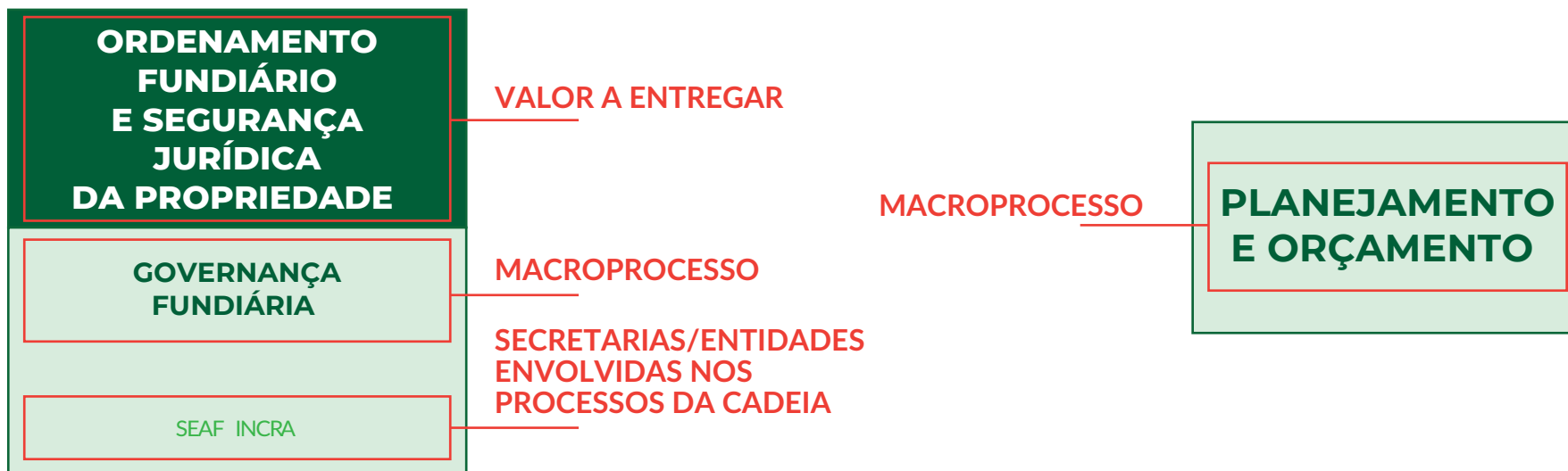
A Cadeia de Valor é uma representação gráfica de como um órgão se organiza, a partir de seu conjunto de processos, para gerar valor. No caso do MAPA, esse valor público está relacionado ao impacto social, econômico e político das ações, serviços e produtos desenvolvidos pelo próprio Ministério.

Figura 4. Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Agropecuária é aqui entendida como abrangendo atividades relacionadas à agricultura e pecuária e atividades florestais, aquícolas, pesqueiras, extrativistas, seus beneficiamentos e assuntos fundiários.

Figura 5. Leitura da Cadeira de Valor



LEGENDA DE SIGLAS APRESENTADAS NA CADEIA DE VALOR

SPA - Secretaria de Política Agrícola

SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária

SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação

SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

SEAF - Secretaria Especial de Assuntos Fundiários

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SFA - Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

GLOSSÁRIO

CADEIA DE VALOR: é a decomposição da organização em conjuntos de atividades de relevância estratégica, representadas por meio de macroprocessos e processos de negócio.

VALOR A ENTREGAR: indica as oportunidades a perseguir e os problemas que a organização visa resolver para seus clientes.

MACROPROCESSO: é o meio pelo qual a organização reúne os grandes conjuntos de processos que geram valor.

PROCESSO: é a representação das atividades sequenciais que agregam valor qualitativo, transformando-as em resultados para os clientes.

Plano plurianual

Alterar o texto - O planejamento de médio prazo das políticas públicas do governo federal tem o Plano Plurianual (PPA) como seu principal instrumento, com a função de aprimorar a ação governamental a cada quatro anos de atuação. O PPA é estruturado em Programas, com declarações e compromissos orientadores dos orçamentos anuais. Cada Programa do PPA 2020-2023 possui objetivo, meta e resultados intermediários, que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade e quais os resultados pretendidos até o final do período do Plano.






Para - O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, sendo previsto pela Constituição Federal de 1988. De acordo com o Art. 165, § 1º a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para os próximos quatro anos. O PPA é estruturado em Programas e cada um deles possui objetivo, meta e resultados intermediários, que, no seu conjunto, refletem políticas públicas e orientam a atuação governamental.

O quadro a seguir indica os Programas do PPA 2020-2023 em que o Ministério atuou em 2020.

Figura 6. Esquema Plano Plurianual

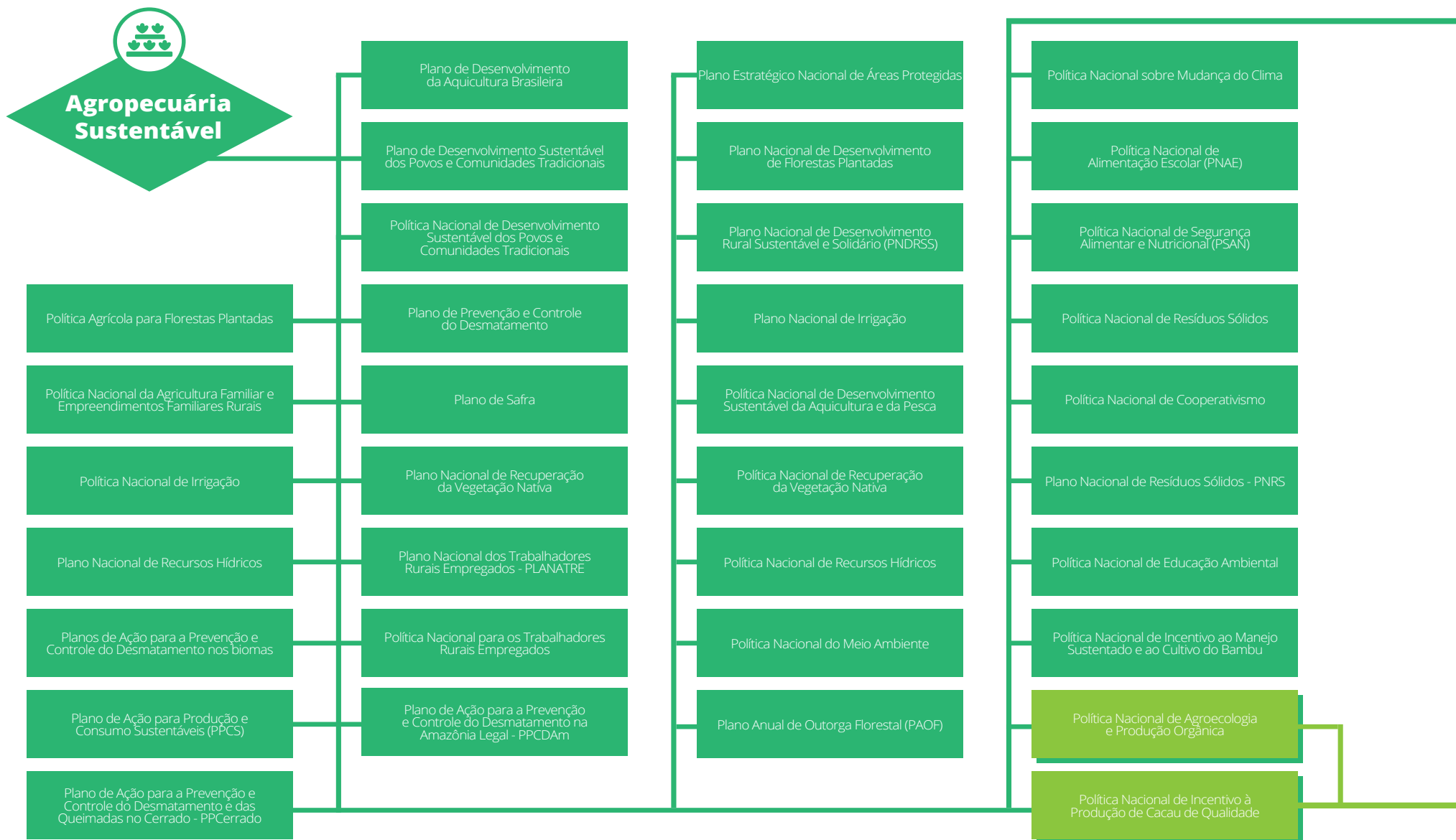


LEGENDA

-    Programas sob responsabilidade do MAPA
-   Programas sob responsabilidade de outros Ministérios

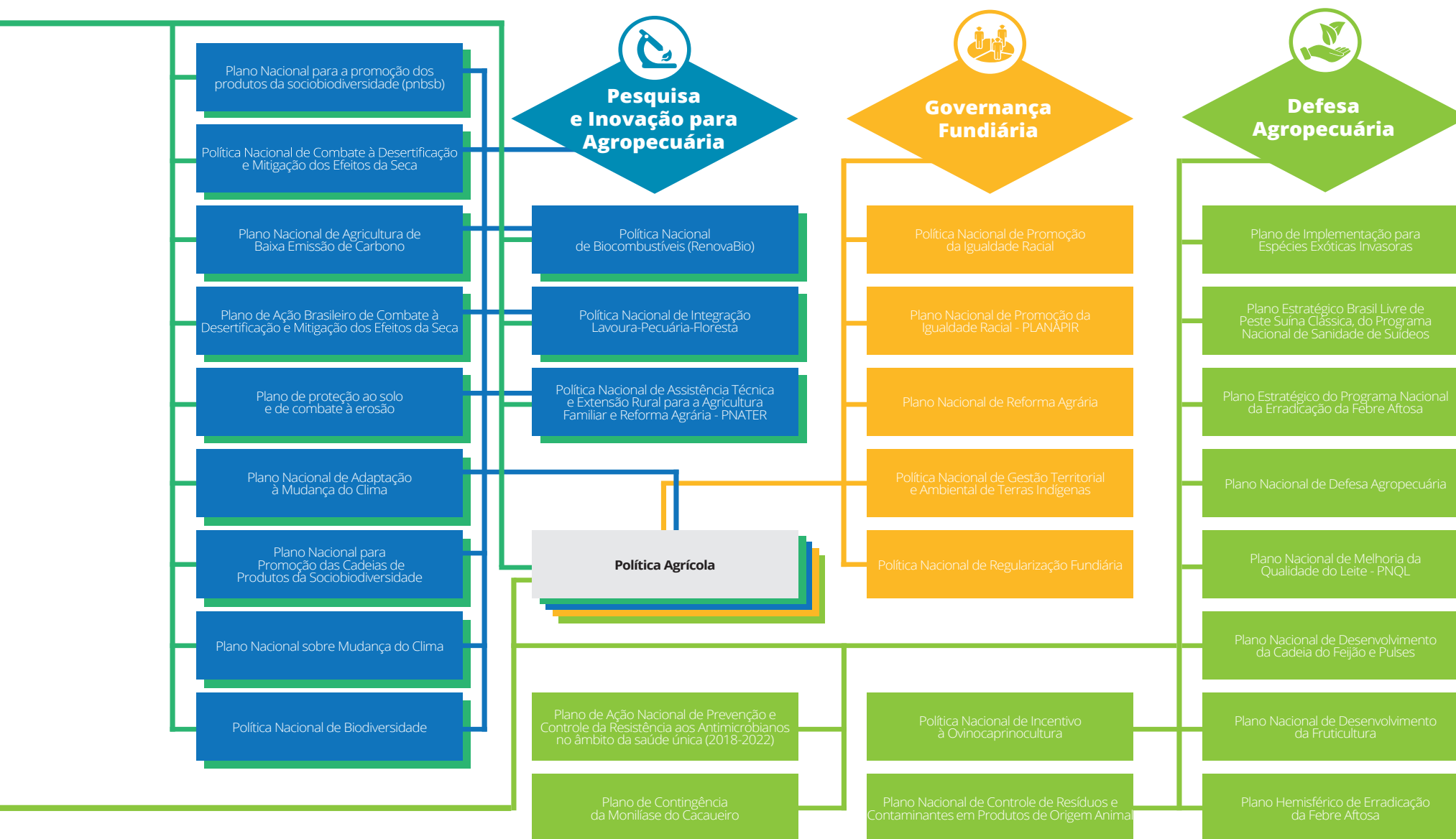
Planos setoriais, políticas nacionais e sua vinculação com o PPA

Além do Plano Plurianual, a Constituição postulou a importância de outros instrumentos de planejamento governamental observarem o alinhamento com o plano plurianual. Assim, o PPA deve estar em sintonia também com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais. Esses instrumentos têm como objetivo garantir que as especificidades próprias de cada setor sejam



observadas e atendidas pelas políticas públicas, em consonância com o Plano Plurianual e com as diretrizes das políticas nacionais afins. A figura abaixo indica os principais planos setoriais e políticas nacionais com atuação do Ministério e sua vinculação temática aos Programas do PPA 2020-2023

Figura 7. Esquema Planos Setoriais, Políticas Nacionais e sua vinculação com o PPA



Contratos de gestão

O Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) foi aditivado pela 2ª vez em 2020 com o objetivo de renovar e revisar o Contrato de Gestão original e seu 1º Termo Aditivo mediante o reordenamento, a inclusão e a alteração de cláusulas e anexos permitindo o alinhamento dos objetivos, o replanejamento das ações e a atuação cada vez mais próxima junto às entidades públicas e privadas executoras de Ater. Sua vigência foi alterada para 31 de dezembro de 2021. Também em 2020 a elaboração, negociação e supervisão do Contrato de Gestão celebrado com a ANATER teve sua responsabilidade transferida para a Secretaria-Executiva do MAPA que instituiu o Comitê de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da Agência Nacional de Assistência e Extensão Rural - Coater, para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados deste contrato. Novos projetos foram iniciados no ano de 2020 a exemplo do Programa Produzir Brasil – Consolidação de Assentamentos da Reforma Agrária, Capacitação no formato EaD juntamente com o SENAR. Apesar das dificuldades, o ano de 2020 foi importante para assegurar a continuidade dos serviços de ATER aos milhares de agricultores e organizações envolvidas nos projetos Mais Gestão, Piloto, Crédito Fundiário, Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, Diversificação em áreas cultivadas com Tabaco e Dom Hélder Câmara

Em 27 de dezembro de 2019, foi celebrado entre MAPA e SFB o Contrato de Gestão e de Desempenho, com vigência de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, que tem por objeto assegurar ao Serviço Florestal Brasileiro autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente ao exercício de suas atribuições, de forma a contribuir para a execução das políticas nacionais de gestão de florestas públicas. Essa autonomia relativa permite que o SFB celebre contratos diretamente, tanto da área administrativa quanto da área finalística, particularmente no que se refere às concessões florestais. Estas, por sua vez, geram benefícios sociais (como geração de emprego e renda e investimento direto às comunidades locais), ambientais (uso sustentável das florestas e conservação e preservação) e econômicos (geração de recursos públicos e organização da atividade madeireira). Para tanto, o SFB possui uma área administrativa própria, com setores de contratos e licitações, tecnologia da informação, logística, planejamento, orçamento e finanças.

Quanto a participação do MAPA no capital social de outras sociedades, não se aplica no MAPA como Administração Direta, visto que as participações societárias da administração direta são feitas diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Economia – ME. No MAPA a participação da União no Capital de Empresas é efetuada pelas Unidades Gestoras da Administração Indireta, tais como: Embrapa, CONAB, CASEMG, CEASAMINAS.

(Macrofunção SIAFI Web 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas). A CASEMG foi extinta em outubro/2020 pelo Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados.

Relação com o ambiente externo

A agropecuária global tem se desenvolvido em um setor altamente diverso, que inclui desde pequenos produtores familiares a grandes empreendimentos empresariais. Além do seu papel tradicional de garantir alimento à humanidade, as cadeias produtivas agropecuárias têm importante relação com os recursos naturais e se tornaram produtoras de energia renovável.

A pandemia de Covid-19 tem impactado significativamente a economia e as cadeias alimentares globais. Do ponto de vista do agronegócio, como regra, as altas e baixas do setor são pouco relacionadas aos ciclos da economia, ao contrário da indústria e do setor de serviços. As decisões do produtor rural são tomadas com antecedência. Mesmo com as dificuldades logísticas impostas pela pandemia, os produtores brasileiros cumpriram os contratos de exportação. Em 2020 as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 100,81 bilhões, representando incremento de 4,1% em relação ao ano anterior.

Outro ponto, foi a conquista da marca de 100 mercados abertos em 2019 e 2020 para produtos agropecuários. Uma das novidades é a exportação de produtos considerados não tradicionais, como castanha de baru para a Coreia do Sul, mudas de coco para a Guiana, castanha do Brasil para a Arábia Saudita, milho de pipoca para a Colômbia, gergelim para a Índia, mudas de eucalipto para a Colômbia, ovos com casca para Singapura e abacate para a Argentina.

Em um primeiro momento, a curto prazo a desvalorização do real frente ao dólar afetou o agronegócio brasileiro. Com o preço do dólar em alta, as receitas geradas pelas vendas dos produtos ao mercado externo aumentam e, como consequência, melhoram a remuneração do exportador, a balança comercial, mas em um segundo momento, mais a médio e longo prazos, a alta do dólar terá reflexos nos insumos das atividades do agronegócio, o que impactará diretamente os custos de produção.

Entre os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Ministério, estão: assegurar à sociedade insumos e produtos agropecuários e pesqueiros conformes e seguros ao consumo; aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira nos mercados interno e externo; ampliar o acesso aos mercados externos para produtos brasileiros de origem agropecuária; reduzir riscos sanitários, fitossanitários e de fraude na agropecuária nacional; aumentar o uso de práticas sustentáveis nas cadeias agropecuárias, observando a conservação dos recursos naturais e a redução de impactos ambientais.



RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

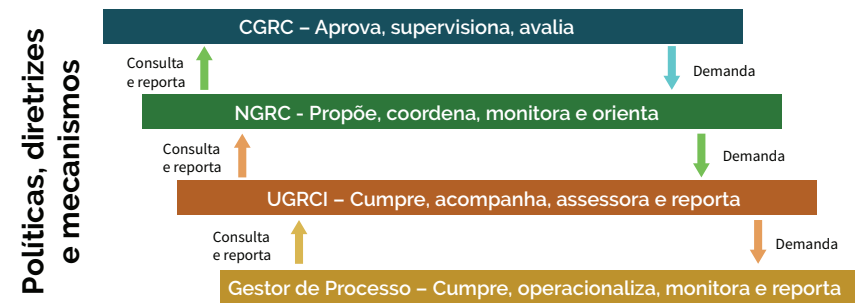
Segundo a norma ISO 31000:2018, a eficácia da gestão de riscos em uma organização dependerá da sua integração com a governança e em todas as atividades que são desenvolvidas por ela, o que requer a participação de todos e principalmente da alta gestão. Além disso, a norma aborda os três pilares para o pleno desenvolvimento da gestão de riscos, que devem ser delineados, quais sejam os princípios, o processo de gestão de riscos e a estrutura.

Nesse sentido a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos – PGRCI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA visa estruturar o processo de gerenciamento dos riscos e controles internos. Por meio do normativo foram estabelecidos os princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades.

O processo de implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito das unidades está ocorrendo de forma progressiva, deu-se início a partir da aplicação em processos de trabalho e atividades. O objetivo do órgão é aumentar sua maturidade quanto à gestão dos riscos identificados nos processos da cadeia de suporte, a fim de avançar para a análise dos riscos mais complexos que impactam diretamente o atingimento dos objetivos e resultados entregues à sociedade. Por meio desta abordagem inicial, o MAPA verificou a necessidade de alterar o documento que instituiu a PGRCI, com o intuito de melhorar as diretrizes e estabelecer uma nova estrutura interna de governança para apoiar a disseminação e implementação da gestão de riscos, assim, a PGRCI foi reeditada sendo publicada a Portaria MAPA nº 70, de 03 de março de 2020.

Como resultado desse trabalho, a atual estrutura de governança conta com quatro instâncias para operacionalização e supervisão do processo de gestão de riscos, conforme o modelo de relacionamento apresentado a seguir:

Figura 8: Quatro de instâncias para operacionalização e supervisão do processo de gestão de riscos



Ainda em relação à PGRCI, foram atendidas as recomendações da Controladoria Geral da União - CGU no tocante a definição do apetite à riscos, bem como quanto ao limite temporal para revisão do ciclo de gestão de riscos no órgão. Assim foi inserido no normativo de revisão que este último não poderá ultrapassar o limite de 2 (dois) anos, já para o apetite foram definidos os critérios para classificação entre os riscos aceitáveis e inaceitáveis, do mesmo modo que as diretrizes de respostas aos riscos, de acordo com esta classificação.

Pequeno	Irrelevante
Moderado	Aceitável
Alto	Inaceitável
Crítico	Absolutamente inaceitável

Além disso, tendo em vista o aprimoramento da governança em gestão de riscos, o MAPA iniciou o planejamento para a construção da Metodologia de Gestão de Riscos, que deverá prever a identificação e análise de riscos de maneira mais abrangente, não apenas para riscos de processos. Deste modo, a metodologia deve contemplar os critérios a serem utilizados na seleção do objeto da Gestão de Riscos, que abará além de processos de trabalho, atividades, projetos, programas e a estratégia, a operacionalização do processo de gerenciamento de riscos, os papéis e as responsabilidades aplicáveis para a sua efetiva instrumentalização, alinhados à PGRCI. A publicação da metodologia tem previsão para conclusão em março de 2021.

Nesse contexto, destaca-se ainda a efetiva atuação do Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC/MAPA frente ao tema. O CGRC reuniu-se em dois momentos no segundo semestre do ano de 2020, de forma remota, para supervisionar e avaliar os resultados alcançados em gestão de riscos e outros temas relacionados a gestão do órgão.

Em suma, em que pese os impactos negativos estabelecidos pela pandemia, verifica-se que as instâncias e os atores responsáveis pela implementação da gestão de riscos no MAPA conseguiram desenvolver ações relevantes ao longo do ano de 2020, principalmente quanto ao que segue:

- Publicação da atual Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;

- Elaboração de guia metodológico de gestão de riscos;
- Publicação do Guia de Apoio ao Mapeamento de Riscos para a Integridade;
- Capacitação de servidores e fomento da cultura de gestão de riscos; e
- Aplicação do processo de gestão de riscos em processos de trabalho e em projetos estratégicos.

Figura 9: Frentes de atuação da Gestão de Riscos no MAPA



A imagem acima apresenta graficamente as entregas do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles – NGRC distribuídas em frentes de atuação, são elas: capacitação, comunicação interna, apoio técnico às unidades e gestores, e o desenvolvimento de ferramentas de gestão de riscos e modelos de aplicação.

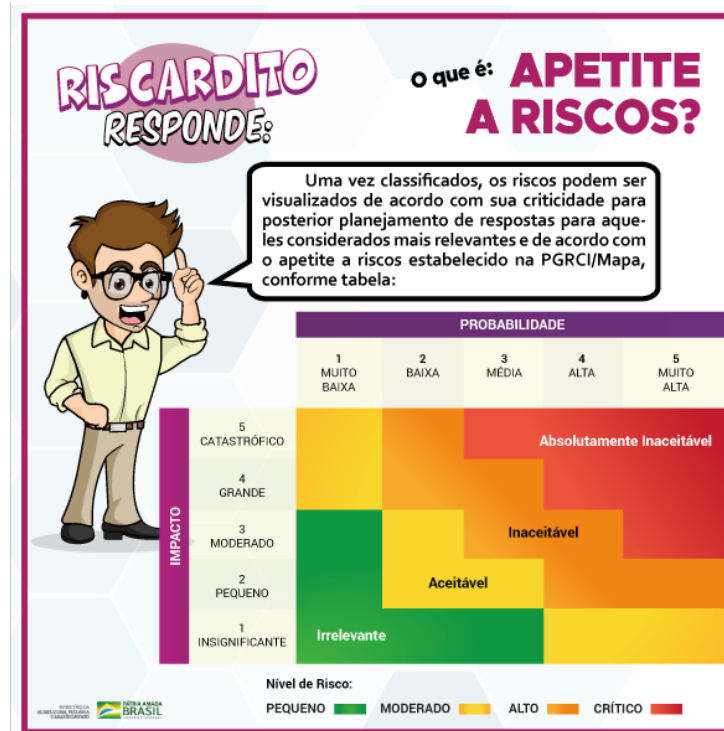
Capacitação e fomento da cultura de Gestão de Riscos

Com o intuito de fomentar a cultura de gestão de riscos no MAPA, foram realizadas 2 (duas) ações de capacitação totalmente online, para os Gestores de Processos e representantes das Unidades de Gestão de Riscos e Controles Internos – UGRICs. A primeira foi o “Webinar: Diretrizes da Nova Política de Gestão de Riscos”, cujo objetivo foi apresentar a nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do MAPA ao conhecimento dos servidores da pasta. Este evento ocorreu no dia 20 de agosto de 2020 e contou com a participação de mais de 40 servidores, em 2 (duas) horas de duração.

A segunda ação foi intitulada de “Oficinas de Gestão de Riscos”. Em que pese o documento da Metodologia de Gestão de Riscos ter previsão de publicação no exercício seguinte, o objetivo dessa ação foi desenvolver a capacidade técnica dos servidores representantes das Unidades de Gestão de Riscos e Controles Internos, apresentando as ferramentas disponíveis e os passos para realização de mapeamento de riscos em suas unidades de trabalho. Dessa forma, foram apresentadas 4 (quatro) palestras teóricas acerca da metodologia de gestão de riscos, com cerca de 2 (duas) horas de duração cada, com participação de cerca de 90 (noventa) servidores. Todas as palestras foram gravadas e posteriormente divulgadas, a fim de alcançar aqueles servidores que não tiveram disponibilidade de participar ao vivo da ação de capacitação, bem como os servidores nos estados.

Ademais, as campanhas de divulgação realizadas por meio da comunicação interna são também ferramentas importantes para a sensibilização dos servidores quanto ao tema e para a promoção da cultura de gestão de riscos corporativa. Foram divulgados 17 (dezesete) comunicados informativos, para que os servidores se familiarizem com os principais conceitos de gestão de riscos, entendam as etapas do processo de implementação e conheçam a estrutura de Gestão de Riscos no MAPA. Conforme exemplos a seguir:

Figura 10: Campanhas para a Comunicação Interna





Gestão de Riscos em processos de trabalho

Inicialmente, cabe informar que o CGRC/MAPA aprovou, em dezembro de 2019, o Plano de Gestão de Riscos - 2020, com a finalidade de pactuar a aplicação do gerenciamento de riscos em um (01) processo de trabalho prioritário por Secretaria Finalística do MAPA, com o apoio técnico do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles - NGRC.

No entanto, tendo em vista os desdobramentos da pandemia, decidiu-se por iniciar a aplicação do Plano por meio de um projeto piloto, para tanto foi escolhido o processo de “Contratação de Serviços Terceirizados”, subprocesso “Planejamento da Contratação”.

Como membros do NGRC, a Coordenação-Geral de Gestão e Riscos, do Departamento de Governança e Gestão, e a Assessoria Especial de Controle Interno realizaram, em parceria, a coordenação desse projeto piloto no âmbito da Secretaria-Executiva, e das Superintendências Federais dos Estados de São Paulo (SFA-SP), Minas Gerais (SFA-MG) e do Pará (SFA-PA).

Conforme tabela abaixo, é possível verificar o quantitativo total de riscos levantados por unidade, os riscos que foram classificados como aceitáveis, segundo os critérios estabelecidos na nova PGRI, e os riscos “prioritários”, ou seja, aqueles que devem receber tratamento.

Tabela 1: Riscos identificados x Riscos priorizados

Unidade	Qtd. de riscos identificados	Qtd. de riscos prioritários	Qtd. de riscos aceitáveis
DA/SE	48	29	19
SFA-SP	47	25	22
SFA-MG	26	15	11
SFA-PA	18	18	0

Os riscos de maior destaque identificados para o processo “Contratação de Serviços Terceirizados” foram:

Tabela 2: Os riscos de maior destaque identificados para o processo “Contratação de Serviços Terceirizados”

Und.	Principais Riscos	Mitigação
DA/SE	falta de análise crítica acerca dos valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados	elaboração de checklist de conformidade da pesquisa de preços, para verificar a adoção integral das diretrizes emanadas pela legislação regente
SFA-SP	Falta de compatibilidade do objeto licitado com o objeto pesquisado no Painel de Preços	Promover melhorias nos controles já existentes, dessa forma será elaborado um documento padrão contendo orientações acerca da pesquisa de preços, utilizando como base a Instrução Normativa ME nº 73/2020.
SFA-MG	Falha na priorização da licitação	Adotar novo controle, ou seja, realizar a implementação de uma medida atualmente inexistente no âmbito da unidade, a formalização de plano de ação das contratações e cronograma de execução das demandas.
SFA-PA	Pessoal com qualificação inadequada	Adotar um novo controle para mitigação dos riscos associados a gestão de pessoas, quais sejam: a elaboração de plano formal de capacitação junto à Escola Nacional de Gestão Agropecuária-Enagro, bem como a consulta junto ao setor de gestão de recursos humanos sobre as possibilidades de alocação e movimentação de força de trabalho presentes no próprio órgão, assim como a solicitação de cessão de servidores.

Em relação aos riscos para a integridade, foi elaborado pela Coordenação-Geral de Integridade da Assessoria Especial de Controle Interno – AEI/CI/MPA, com o apoio da Coordenação-Geral de Integridade Pública da Diretoria de Promoção da Integridade da CGU, o Guia de Apoio ao Mapeamento de Riscos para a Integridade, publicado através da Portaria MAPA nº 324, de 05 de outubro de 2020.

O Guia se volta às áreas de “Licitação e Contrato”, “Transferência Voluntária” e “Fiscalização Agropecuária”, e foi aplicado enquanto projeto piloto no âmbito da Secretaria-Executiva, e das Superintendências Federais dos Estados de São Paulo (SFA-SP), e Minas Gerais (SFA-MG).

Assim, nesta fase do projeto, em relação ao processo de “Contratação de Serviços Terceirizados”, foram levantados o seguinte quantitativo de riscos à integridade já mapeados, como resultado dos trabalhos junto ao Departamento de Administração-DA, SFA-SP e SFA-MG:

Tabela 3: Quantitativo de riscos à integridade mapeados

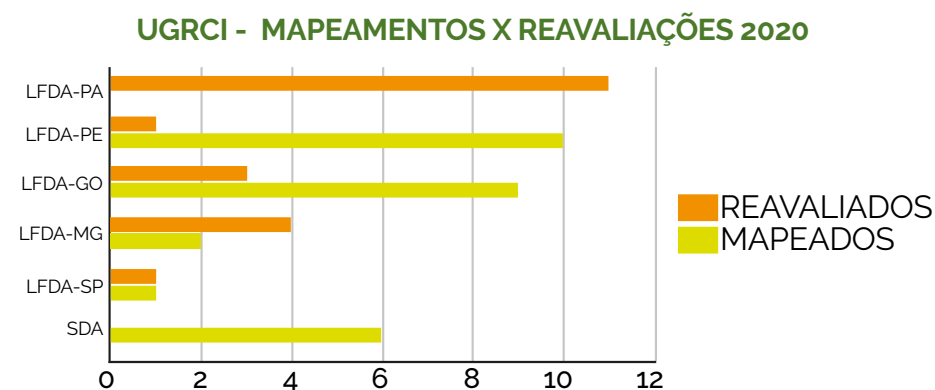
Und.	Processo	Subprocesso	Quantidade de Riscos
SFA-SP	Contratação de Serviços Terceirizados	Planejamento da Contratação	10
SFA-MG	Contratação de Serviços Terceirizados	Planejamento da Contratação	21
DA/SE	Contratação de Serviços Terceirizados	Análise de Risco	19
DA/SE	Contratação de Serviços Terceirizados	Designar Equipe de Planejamento	19
DA/SE	Contratação de Serviços Terceirizados	Elaborar Termo de Referência	20
DA/SE	Contratação de Serviços Terceirizados	Realizar Estudo Técnico Preliminar	21

Para além do projeto piloto coordenado pelo NGRC, as Unidades Gestoras de Riscos e Controles Internos - UGRICs também realizaram ações em gestão de riscos no ano de 2020, de forma independente. É importante frisar que os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA já contavam em sua estrutura com setores específicos para desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade, alguns destes certificados por organismos internacionais, dessa forma, o tema gestão de riscos já vem sendo trabalhado de forma singular nestas unidades em detrimento das demais áreas deste MAPA.

Dentre os 6 (seis) LFDA, 5 (cinco) executaram atividades ligadas a gestão de riscos, seja por meio de revisões de ciclos anteriores ou por novos mapeamentos iniciados em 2020.

Importante destacar a atuação da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, que deu início ao mapeamento de riscos em 6 (seis) processos, como os de “Fiscalização para fins de Registro de Estabelecimentos Fabricantes de Produtos de Uso Veterinário”, “Exportação de Frutas”, e “Fiscalização de Estabelecimentos Produtores de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos”, entre outros.

Gráfico 1: Mapeamentos e revisões em 2020



Desafios e perspectivas

O Plano Estratégico é formulado a partir da análise de cenários referentes aos ambientes externo e interno do MAPA. O ambiente externo, além de quase sempre estar fora do controle da organização, costuma mudar com frequência, em função do comportamento de diferentes atores que influenciam as variáveis externas. Importantes ferramentas ajudam na análise prospectiva de cenários, mas incertezas e mudanças significativas nos ambientes em questão podem impactar a execução da estratégia desenhada.

Dentre os fatores externos que podem influenciar no desempenho institucional estão questões políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e legais. Como incertezas internas, podem ser citadas aquelas relacionadas a força de trabalho, recursos orçamentário-financeiros, descontinuidades administrativas e demais recursos que órgãos e entidades responsáveis por executar ações têm à sua disposição.

Outro desafio é intrínseco ao alinhamento do Plano Estratégico a outros instrumentos de planejamento governamental, que pode afetar o modelo de negócio e o desempenho esperado da instituição. O Plano Estratégico 2020-2031 do MAPA está modelado de forma coerente com a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 – EFD 2020-2031, tendo inclusive o mesmo horizonte temporal, e alinhado com o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 – PPA 2020-2023.

Eventuais mudanças em estratégias de governo em que o Plano Estratégico buscou alinhamento afetam a estratégia do Ministério e podem implicar a revisão ou mesmo a descontinuidade de objetivos e iniciativas estratégicas elaboradas para sua consecução. Como consequência, essas variáveis impactam, em maior ou menor medida, o alcance da visão de futuro da organização.

Por fim, tendo em vista o estágio de maturidade em gestão de riscos no MAPA, atualmente a gestão de riscos é realizada principalmente sobre os processos de trabalho, concentrando esforços na gestão dos riscos operacionais, dessa forma um dos desafios para os próximos ciclos é integrar a gestão de riscos à estratégia do Ministério, de forma a identificar diretamente os riscos e oportunidades referentes aos objetivos estratégicos da organização.

Além disso, o MAPA tem como um dos principais desafios superar os impactos negativos da pandemia nos resultados dos seus Programas e Projetos.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

A estrutura de governança do MAPA é fundada no sistema de freios e contrapesos da tripartição constitucional de poderes e na relação hierárquica dos Ministérios com a Presidência da República. A sociedade norteia as relações de governança porque dela emana o poder originário. Por isso, ela se relaciona com o MAPA tanto indiretamente, por meio da Presidência da República e das organizações privadas (de classe, não governamentais etc.), quanto diretamente, junto à alta administração, por meio da ouvidoria e outros canais de participação – dentre os quais se destacam as câmaras setoriais e temáticas.

A alta administração – núcleo estratégico de gestão que se encarrega das decisões diretas sobre programas de governo, políticas públicas e macroprojetos – é constituída pela Ministra de Estado e pelos titulares dos órgãos e das entidades da estrutura básica do MAPA: as secretarias e equivalentes, os colegiados, e as presidências do Inbra, da Embrapa, da CONAB, da CASEMG e da CEASAMINAS.

Dada a forma federalista de Estado e da repartição constitucional de competências privativas, concorrentes e comuns, estados e municípios também se caracterizam como instâncias de governança, embora externas. No mesmo plano estão as representações diplomáticas de outros Estados nacionais e organismos internacionais com os quais o MAPA se relaciona em função de acordos internacionais.

A alta administração, além de estabelecer as diretrizes da instituição, cumpre o papel de monitoramento do alcance dos objetivos estratégicos por meio de reuniões e informação documental. O parlamento, os estados, os municípios e outras instituições dialogam diretamente com o MAPA, havendo um setor específico para esse fim: a Assessoria Especial de Relações Governamentais e Institucionais. Para o relacionamento com outros Estados nacionais, órgãos-pares e organismos internacionais, o MAPA dispõe da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), cuja atuação ocorre em cooperação com outros órgãos federais. Fazem parte da estrutura da SCRI os adidos agrícolas, lotados em representações diplomáticas brasileiras no exterior, cujas atribuições incluem a prospecção para produtos do agronegócio brasileiro no exterior.

O MAPA também exerce a supervisão daquelas entidades que têm autonomia administrativa e financeira que se lhes são vinculadas, indicando pessoas de seu quadro para comporem os

conselhos de administração e fiscal, e, pela celebração de contratos de gestão baseados em metas e resultados tanto com órgãos e entidades públicos quanto para-estatais. A participação do setor produtivo se dá pelas Câmaras Setoriais e Temáticas. São foros de interlocução criados pelo MAPA para a identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, definindo ações prioritárias de interesse para o agronegócio brasileiro e seu relacionamento com os mercados interno e externo.

Este elo entre governo e setor privado resulta em um mecanismo democrático e transparente de participação da sociedade na formulação de políticas públicas. As Câmaras Setoriais – relacionadas à ideia de agrupamento de segmentos da cadeia produtiva; e Temáticas – relacionadas com serviços, temas ou áreas de conhecimento e atuação no agronegócio – têm seus princípios fundamentados em seis conceitos básicos: equidade no tratamento entre os diferentes elos das cadeias produtivas, qualidade nos serviços, garantia da segurança alimentar, competitividade, harmonização entre os setores e paridade público e privado na sua gestão.

Um outro canal de participação da sociedade é a Ouvidoria, que atende por diversos canais: Plataforma Fala.BR da CGU, e-mail, WhatsApp e atendimento presencial. Em 2020, a Ouvidoria tratou 8.173 manifestações, tendo como principais assuntos problemas relacionados a registro e emissão de carteira de pescador amador, fiscalização agropecuária, agricultura familiar, política agrícola e cadastro ambiental rural. Assim, os órgãos do MAPA mais demandados foram as Secretarias de Aquicultura e Pesca, de Defesa Agropecuária, de Agricultura Familiar e Cooperativismo, de Política Agrícola e o Serviço Florestal Brasileiro. Do total de manifestações tratadas, aproximadamente 3% envolvem condutas de agentes públicos do MAPA.

Em 2020 foram recebidos 3.170 pedidos de acesso à informação. Os assuntos mais solicitados pelos cidadãos são referentes a consultas sobre legislações, registro de estabelecimentos/ produtos de origem animal ou vegetal, vista a processos administrativos, registro geral de pescador, cadastro ambiental rural, fichas financeiras e funcionais de servidores e agrotóxicos. Do total de pedidos, apenas 23 (0,7%) se desdobraram em recursos que foram submetidos à CGU. Destes, apenas a um pedido foi dado provimento parcial ao recurso, em que se solicitava a lista de empresas cadastradas no SIPEAGRO.

Visão de futuro e estratégia de atuação

A missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira. Sua visão de futuro é ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.

O Brasil tem um papel privilegiado no tratamento de um grande desafio global: garantir a

segurança alimentar com sustentabilidade e sanidade. Para isso é necessário desenvolver a produção agropecuária com sustentabilidade, de modo a garantir o fornecimento de alimentos para a população brasileira e gerar excedentes exportáveis. Nesse contexto, a agropecuária é um setor estratégico da economia brasileira.

Nos últimos cinquenta anos, o Brasil passou de importador de alimentos para um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais, alimentando aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas no mundo. A agropecuária brasileira é responsável por mais de 20% do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro, por cerca de 50% das exportações e 30% do total de empregos no Brasil. O Brasil ocupa o primeiro lugar mundial como exportador de soja em grão, café, açúcar, suco de laranja e carne de frango, o segundo lugar em carne bovina, milho, óleo e farelo de soja, o terceiro como exportador de algodão e o quarto em carne suína. Esse notável desenvolvimento naturalmente traz novos desafios para o país, para os quais novas soluções e inovações são necessárias.

O Brasil desenvolveu um modelo de agricultura adaptada aos trópicos que garantiu o aumento da produção em 385%, enquanto a área agrícola aumentou somente 32%. Atualmente, o país produz em 30% do território, enquanto 66% são dedicados à preservação ambiental. Aliado a uma das legislações ambientais mais rígidas do mundo e a um robusto plano de fomento às energias renováveis, o Brasil posiciona-se como uma das principais lideranças globais para o desenvolvimento de uma economia resiliente às mudanças do clima e de baixa emissão de carbono.

São muitas as ações necessárias para o aumento da sustentabilidade e o crescimento do setor. Algumas dessas ações de extrema importância são: monitorar os cenários do agronegócio nacional e internacional, compreendendo suas tendências e analisando de que forma o Brasil pode aproveitar as oportunidades; aumentar sua rentabilidade e competitividade; garantir a segurança alimentar da população brasileira; gerar renda e emprego, além de reduzir as desigualdades sociais; garantir segurança jurídica fundiária da terra e com uso sustentável dos recursos naturais; dentre outras.

Para organizar a sua ação, o MAPA elaborou o seu Plano Estratégico 2020-2031. Ele dá continuidade aos planos estratégicos realizados em 2006 e 2016, que são marcos importantes na gestão estratégica do Ministério. O Plano Estratégico é uma poderosa ferramenta que permite estruturar o caminho de onde a organização está hoje para onde ela pretende chegar. Trabalhando com outros instrumentos, como o Plano Plurianual da União 2020-2023, o Plano Estratégico 2020-2031 permitirá ao MAPA alcançar os seus objetivos e realizar a sua visão de futuro.

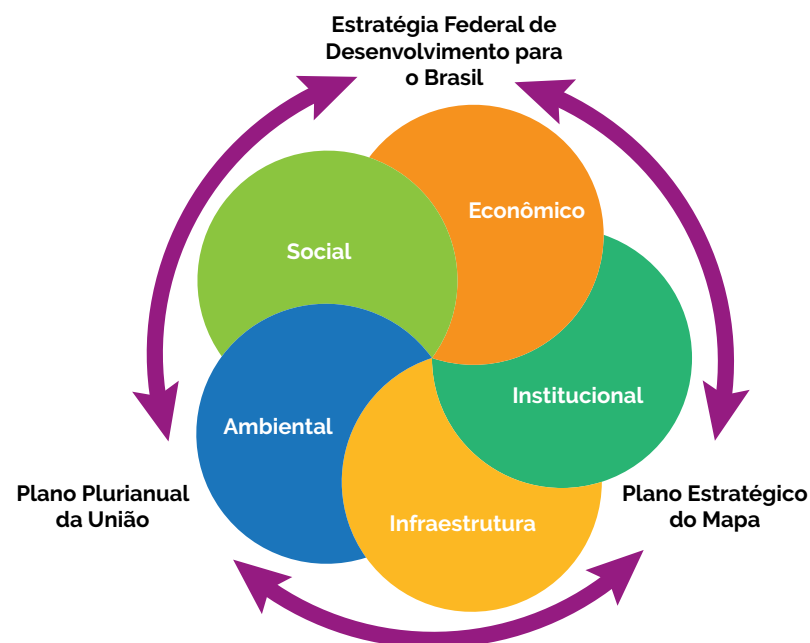
Vinculação do Plano Estratégico a outros planos do governo

O Plano Estratégico do MAPA – PE-MAPA 2020-2031 está alinhado com importantes instrumentos de planejamento do Governo Federal, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil – EFD no período de 2020 a 2031, instituída pelo Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de

2020, e o Plano Plurianual da União – PPA para o período de 2020 a 2023, instituído pela Lei nº 13.971, de 17 de dezembro de 2019. O PE-MAPA 2020-2031 e a EFD 2020-2031 possuem o mesmo horizonte temporal. O alinhamento com tais instrumentos demonstra o comprometimento do Ministério em apoiar a superação dos desafios que se apresentam ao país no curto, médio e longo prazo.

A EFD 2020-2031 é inspirada no texto-base aprovado pelo Comitê Interministerial de Governança em 16 de janeiro de 2020. O objetivo da EFD 2020-2031 é definir a visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Figura 11. Eixos da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil – EFD 2020-2031



A diretriz principal da EFD 2020-2031 é: “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”. A partir dessa diretriz, a EFD 2020-2031 é estruturada em cinco eixos, com as seguintes diretrizes gerais:

- Eixo Econômico: alcançar o crescimento econômico sustentado e a geração de empregos, com foco no ganho de produtividade, na eficiência alocativa e na recuperação do equilíbrio fiscal;
- Eixo Institucional: aprimorar a governança pública, com foco na entrega efetiva de serviços ao cidadão e na melhoria do ambiente de negócios, garantindo a soberania e promovendo os interesses nacionais;

c) Eixo Infraestrutura: fomentar o desenvolvimento da infraestrutura, com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional;

d) Eixo Ambiental: promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social;

e) Eixo Social: promover o bem-estar, a família, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e da redução das desigualdades sociais e regionais.

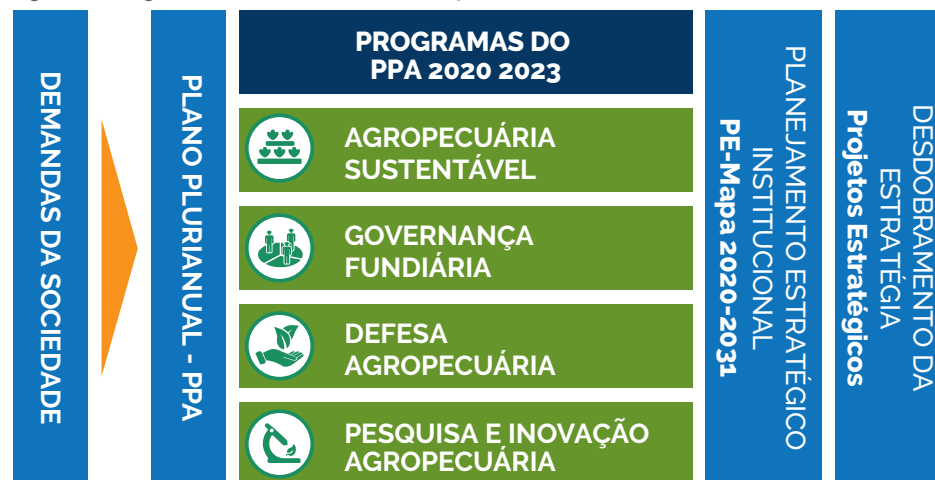
O PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, em que o governo eleito expressa os objetivos, as diretrizes e as metas da administração pública federal para os próximos quatro anos. O PPA 2020-2023 apresenta quatro programas sob a responsabilidade do MAPA, aos quais o Plano Estratégico está coerentemente alinhado:

- **Programa 1031: Agropecuária Sustentável.** Objetivo: promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar;
- **Programa 1040: Governança Fundiária.** Objetivo: promover a regularização da ocupação e do domínio da terra;
- **Programa 2202: Defesa Agropecuária.** Objetivo: promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos;
- **Programa 2203: Pesquisa e Inovação Agropecuária.** Objetivo: prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da agropecuária.

Além desses, há dois programas sob responsabilidade de outros ministérios, mas que contam com a participação do MAPA no desenvolvimento de importantes ações, com as quais o Plano Estratégico encontra-se igualmente alinhado:

- **Programa 1041: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais.** Objetivo: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras;
- **Programa 2217: Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano.** Objetivo: estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

Figura 12. Programas do PPA 2020-2023 sob responsabilidade do MAPA



A Visão de Futuro do MAPA é decomposta em um conjunto de Objetivos Estratégicos distribuídos em quatro perspectivas de negócio, como forma de “balancear” a atenção a ser dada a temas diversos:

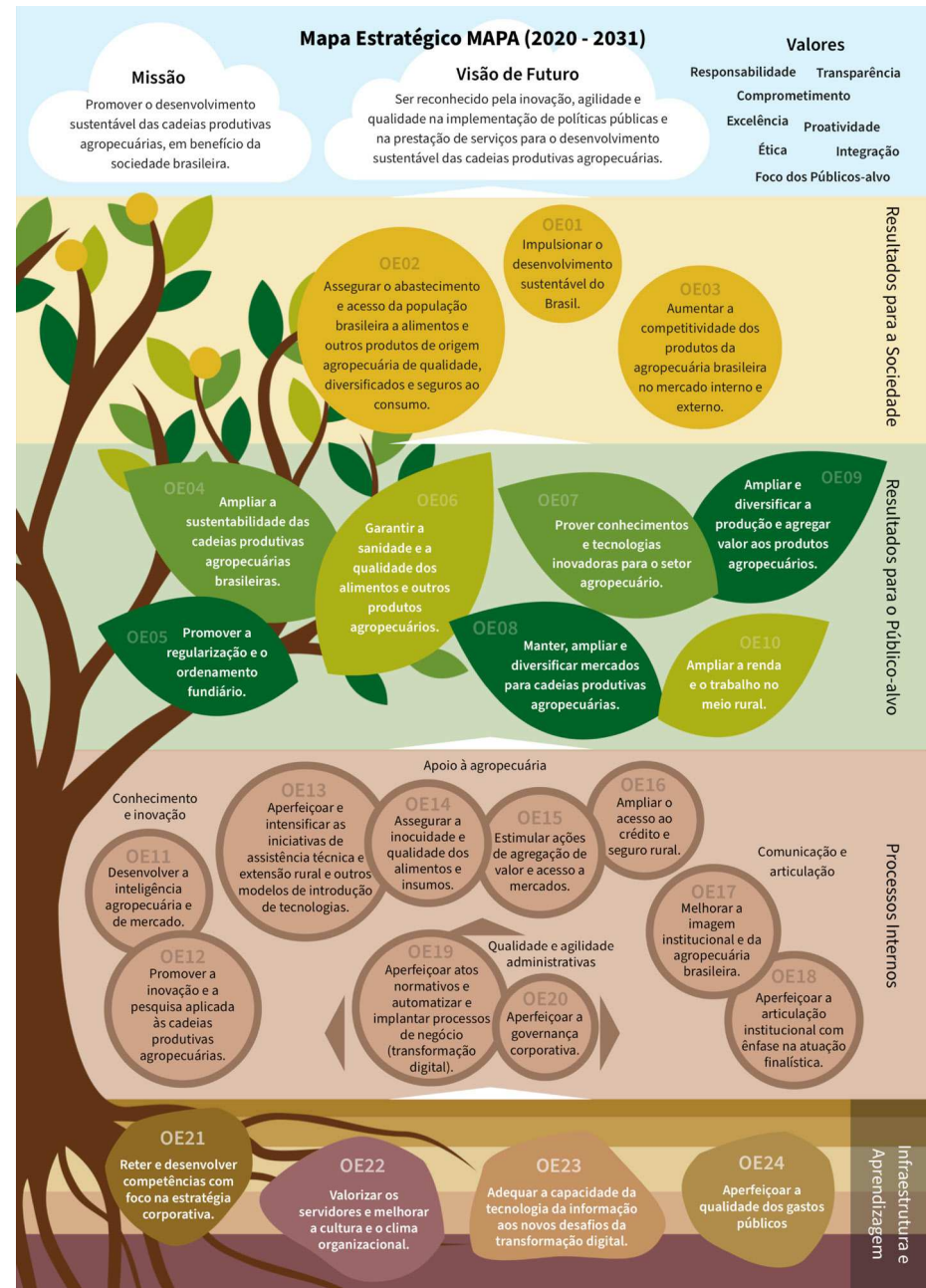
- Perspectiva de Resultados para a Sociedade: o alcance dos objetivos desta perspectiva acontece a partir da superação dos desafios traduzidos nas demais perspectivas, portanto são considerados “consequência” ou “efeitos”, atingidos a partir do sucesso das ações e projetos relacionados aos objetivos das outras perspectivas. Representam a contribuição da instituição para a sociedade;
- Perspectiva de Resultados para o Público-alvo: agrupa as grandes entregas da organização para os seus públicos-alvo. Ou seja, considerando as necessidades desses públicos, os objetivos estratégicos representam o que é gerado como resultado para os “clientes” diretos do MAPA;
- Perspectiva de Processos Internos: esta perspectiva aponta para os desafios afetos às atividades institucionais, ou seja, à sua cadeia de valor. São destacados objetivos para as funções em que a organização precisa ter excelência, considerando o cenário externo enfrentado e suas prioridades políticas e técnicas;
- Perspectiva de Infraestrutura e Aprendizado: reúne os desafios internos da organização relacionados aos recursos humanos, às infraestruturas física e tecnológica e ao orçamento.

O mapa Estratégico apresenta graficamente o conjunto de Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão do Ministério.

Figura 13. Esquema - objetivos, indicadores e metas, projetos.



Figura 14. Mapa Estratégico 2020 – 2031



Os Objetivos Estratégicos e os Programas do PPA estão coerentemente alinhados. É importante mencionar que a relação apresentada a seguir associa os Objetivos Estratégicos aos Programas do PPA com os quais têm relação mais direta. No entanto, os Objetivos também têm impacto indireto sobre outros Programas.

Programa 1031 - Agropecuária Sustentável:

- OE04: ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras;
- OE08: manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias;
- OE09: ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários;
- OE10: ampliar a renda e o trabalho no meio rural;
- OE13: aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias.
- OE15: estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados;
- OE16: ampliar o acesso ao crédito e seguro rural;
- OE17: melhorar a imagem institucional da agropecuária brasileira.

Programa 1040 - Governança Fundiária:

- OE05: promover a regularização e ordenamento fundiário.

Programa 2202 - Defesa Agropecuária:

- OE06: garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários;
- OE12: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.

Programa 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária:

- OE07: prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário;
- OE12: Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias.

Programa 1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:

- OE04: ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Programa 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano:

- OE04: ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Como instrumento para medição da realização dos Objetivos Estratégicos, são definidos Indicadores de Desempenho com suas respectivas Metas, que proveem informações ao longo do tempo sobre a evolução do alcance de cada Objetivo. Por fim, o instrumento que irá

gerar os resultados que irão atender às metas estabelecidas nos indicadores de desempenho e contribuir para a consecução dos Objetivos Estratégicos são as Iniciativas ou Projetos Estratégicos.

Os Objetivos Estratégicos, os indicadores de desempenho, as unidades responsáveis, as metas pactuadas e os resultados alcançados no período serão apresentados a seguir.

Objetivos estratégicos, indicadores, metas e resultados em 2020

OE01 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

Descrição do Objetivo: participar do desenvolvimento sustentável do país ao fomentar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente, gerar emprego e aumentar a renda, trazendo estabilidade no meio rural e aos agentes das cadeias produtivas agropecuárias. Contribuindo para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

IND01.1 – Variação do PIB do agronegócio

Finalidade do Indicador: o desenvolvimento do país é alcançado com o desenvolvimento econômico e a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio é uma medida de crescimento econômico do agronegócio brasileiro, englobando não apenas a etapa de produção primária, mas também as etapas anteriores e posteriores a essa, mensurando, assim, toda a atividade econômica do setor.

Área Responsável: SPA – Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2020: 3,5%

Resultado apurado: dado ainda não disponível.

Análise crítica: o indicador para 2020 refere-se ao período acumulado entre janeiro e outubro de 2020 (o dado final para 2020 só será informado em março/2021). O PIB do agronegócio brasileiro cresceu 2,78% em outubro e, com isso, a alta acumulada no período de janeiro a outubro chegou a 16,81%. O PIB do setor cresceu lentamente em abril e em maio, devido aos impactos negativos da pandemia sobre diferentes atividades do setor.

No entanto, desde junho, o cenário tem sido marcado por recuperação e aceleração do crescimento. No período, os segmentos primários e de agrosserviços mantiveram destaque, com altas de 40,08% e de 14,74% no PIB, respectivamente. Segundo o CEPEA/USP, no que tange ao segmento dos agrosserviços, o resultado positivo do PIB reflete a continuidade do abastecimento do mercado doméstico e o excelente desempenho em termos de exportações assim como a expansão



da prestação de outros serviços às cadeias do agronegócio, como serviços financeiros, de comunicação e de consultoria, entre outros – refletindo, sobretudo o forte desempenho da agropecuária e da agroindústria da pecuária. O forte crescimento do PIB agropecuário reflete a expressiva produção de grãos, com o país tendo produzido uma safra 2019/2020 recorde, e as expansões de produção pecuária. Reflete, também, o forte avanço dos preços agropecuários reais, resultado dos aumentos extraordinários na demanda, tanto externa quanto doméstica, e da elevação da taxa de câmbio.

OE02 – Assegurar o abastecimento e acesso da população brasileira a alimentos e outros produtos de origem agropecuária de qualidade, diversificados e seguros ao consumo

Descrição do Objetivo: promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em conformidade com as normas sanitárias, sem contaminação química ou biológica, em quantidade suficiente e diversificados, à população brasileira.

IND02.1 – Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal – Objetivo 1230 do PPA

Finalidade do Indicador: o indicador visa averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança.

Área Responsável: SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2020: 81%

Resultado apurado: dado ainda não disponível.

Análise crítica: com relação ao Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal, os resultados se referem ao ano anterior, neste caso, dados de 2019, que resultaram em um valor de 89% naquele exercício. A justificativa deve-se ao fato de que amostras coletadas no último trimestre do ano somente receberão os respectivos laudos de análise no primeiro trimestre do ano posterior, o que impede o fechamento do ano imediatamente anterior para a confecção do Índice e a compilação dos resultados. O valor alcançado demonstra resultados microbiológicos e físico-químicos dentro dos parâmetros legais de segurança e de qualidade encontrando-se, em sua grande maioria, dentro da legalidade, corroborando os dados encontrados em anos anteriores. O Índice alcançado para o ano-base 2019 foi superior à meta estabelecida. Com a adoção de fiscalização com base em critérios de análise de risco, voltada para estabelecimentos e produtos de maior risco de não conformidade, ter-se-á a curto e médio prazo resultados de menor conformidade dos produtos fiscalizados.

IND02.2 – Taxa de capacidade de armazenagem da produção

Finalidade do Indicador: mensurar a capacidade estática de armazenagem em relação ao

volume da produção.

Área Responsável: Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

Meta para 2020: 76%

Resultado apurado: 64,52%

Análise crítica: nas últimas duas safras, a produção de grãos teve um aumento de 14%, sendo 7% na de 2018/2019 e 4% na 2019/2020, essa tendência de expansão não veio acompanhada de um aumento significativo da capacidade de armazenagem do Brasil. No ano de 2020 os preços da soja e do milho foram elevados levando a exportação desses grãos, assim o escoamento da produção para os portos reduz a necessidade de armazenamento. A alta do dólar elevou o preço dos grãos e também elevou o custo de construção dos armazéns, esses fatores desestimularam a construção de novas estruturas.

IND02.3 – Índice de execução do abastecimento

Finalidade do Indicador: verificar a regularidade no abastecimento do Programa de Vendas em Balcão, identificar pontos críticos e eventuais intercorrências e viabilizar a proposição de melhorias de processos e procedimentos.

Área Responsável: Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

Meta para 2020: 70%

Resultado apurado: 82%

Análise crítica: a equipe técnica responsável pelo ProVB, seja na matriz, seja nas Regionais, envidou todos os esforços necessários para evitar o desabastecimento de milho em grãos nas Unidades Armazenadoras da Conab no decorrer de 2020, em face das restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Foram expedidas recomendações para a gestão de estoques equilibrada por parte das Regionais, visando à garantia da continuidade do Programa. Diante disso, o desempenho alcançado superou a meta estipulada para o ano de 2020.

OE03 – Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

Descrição do Objetivo: promover o aumento da produtividade da agropecuária brasileira por meio da promoção de inovações e sua incorporação na produção, com vistas a atender às demandas de consumo dos mercados doméstico e externo.

IND03.1 – Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários

Finalidade do Indicador: avaliar a representatividade das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao comércio agropecuário mundial.

Área Responsável: SCRI – Secretaria de Comércio e Relações Internacionais



Meta para 2020: 7%

Resultado apurado: dado ainda não disponível

Análise crítica: os dados do indicador refletem a participação do Brasil no comércio agrícola mundial. A atualização dos valores somente é possível após maio de cada ano, em virtude das atualizações de dados dos demais países. Em 2019, a participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial foi de 6,84%. Por este valor é possível observar que o Brasil mantém participação relevante neste comércio, colocando-se como terceiro maior exportador mundial agrícola, atrás somente de UE (14%) e EUA (12%). Tal desempenho ocorreu em virtude da forte participação brasileira no comércio de produtos do complexo soja (37% de market-share), carne bovina (17%), milho (24%), café (19%), carne de frango (32%), açúcar (28%) e algodão (18%). O Brasil se destaca também por ter importante participação nas importações agrícolas dos principais importadores mundiais - 8,1% de participação na UE e 19,7% de participação na China são exemplos. Manter a estabilidade deste número ao longo do tempo é um feito importante, tendo em vista o alto nível concorrencial deste mercado no mundo.



OE04 – Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

Descrição do Objetivo: promover o crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima para a geração de bioenergia, alinhada com as demandas da população mundial e comprometida com o uso racional dos recursos naturais e com a inclusão de pequenos e médios produtores.

IND04.1 – Nº de municípios com tecnologias do Plano ABC financiadas

Finalidade do Indicador: o indicador se baseia na expansão da utilização das tecnologias do Plano ABC nos municípios do Brasil.

Área Responsável: SDI – Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação

Meta para 2020: 2.989 municípios

Resultado apurado: 3.004 municípios

Análise crítica: o desempenho foi acima do esperado, favorecido principalmente por uma queda de quase 15% nas taxas de juros mínima e máxima da linha de crédito do Programa ABC, em que pese a existência de outras linhas de crédito do plano safra que competem com o Programa ABC, seja na taxa de juros, nos prazos de carência e de pagamento, nos itens financiáveis, na questão documental (desobrigação de projeto) etc. Outro ponto que também contribui de forma negativa para o indicador é a suspensão das contratações de financiamento pelo BNDES, que já vem ocorrendo em alguns anos anteriores e voltou a ocorrer no ano de 2020 (suspensão em novembro de 2020 e retorno das contratações em janeiro de 2021), tendo em vista o exposto a seguir, nos termos da própria comunicação do BNDES: “...em razão do nível de comprometimento dos recursos disponíveis no aludido



Programa, para o Ano Agrícola 2020/2021.” Pois, cerca de 80% dos recursos disponíveis para esta linha de crédito no ano-safra já tinham sido utilizados. Adicionalmente, caso o estado de pandemia de Covid 19 se estenda por muito mais tempo, deverá ser modificada a forma de transferência de tecnologia (ações de capacitação etc.) e avaliados estes impactos em futuros financiamentos, via Programa ABC. Não obstante, a disponibilização de maiores recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC favorecerá a divulgação deste Plano e a adaptação das ações de transferência de tecnologia, neste novo cenário, para os produtores rurais, contribuindo para uma maior visibilidade do mesmo e possível alavancagem nos financiamentos desta linha de crédito.

Em que pese o relatado anteriormente, a ampliação do rol de municípios com tecnologias do Plano ABC implementadas tende a ser mais difícil. Na Região Centro-Oeste cerca de 93% dos municípios já tem ABC; na Região Sudeste são 70%; na Região Norte são 68% (restrições fundiárias também afetam negativamente o avanço do Plano ABC na área); na Região Sul são 60% e; na Região Nordeste são 21%, mas restrições fundiárias, restrições de acesso a crédito e restrições derivadas da seca no Nordeste; além da necessidade de criação/disseminação de tecnologias que proporcionem o avanço das tecnologias do Plano ABC na Caatinga, também afetam negativamente o avanço do Plano ABC na área.

IND04.2 – Índice de Sustentabilidade da Agropecuária – Objetivo 1203 do PPA

Finalidade do Indicador: mensurar a sustentabilidade ambiental da produção agropecuária brasileira. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva

Meta para 2020: 32%

Resultado apurado: 44,97%

Análise crítica: o resultado obtido advém da média aritmética dos valores apurados nas três dimensões do indicador.

A Dimensão Crescimento da Produtividade (DCP) mensura a quantidade de culturas (considerando grãos, cana-de-açúcar e café) com avanços de produtividade observados em relação ao ano anterior, utilizando os valores da produtividade em séries históricas publicadas pela Conab em seu sítio eletrônico. No ano de 2020, o valor obtido foi de 66,66%, a partir da contabilização de 18 culturas, das quais 12 obtiveram aumento de produtividade em 2020.

A Dimensão de Adequação Ambiental (DAA) visa a mensurar a implementação da política de regularização ambiental de imóveis rurais, conforme previsto na Lei nº 12.651/2012 - Código Florestal. Para tal, mensura os resultados relacionados ao avanço na análise dos cadastros de imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em relação ao total de imóveis inscritos, assim como a área de imóveis com processos de regularização ambiental encerrados ou em curso, em relação à área de imóveis rurais que solicitaram adesão ao

Programa de Regularização Ambiental (PRA). O fator que mais contribuiu, no âmbito da análise da regularização ambiental de imóveis rurais inscritos no CAR, foi a importância da agenda no contexto internacional e consequente aporte de recursos financeiros para o fortalecimento institucional e execução da política. Assim, a DAA registrou um valor de 20,18% na implementação da política de regularização ambiental

A Dimensão de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados (DSM) mensura o avanço relacionado à adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis e à facilitação de acesso a mercados específicos. A medição referente a 2020 apresentou o valor consolidado de 48,07%. Relaciona-se com a DSM o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC, composto por programas que dizem respeito a processos tecnológicos que propõem uma série de ações, com vistas a promover a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agricultura – conforme preconizado na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) – para melhorar a eficiência no uso de recursos naturais e aumentar a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas. O avanço da agricultura orgânica no país também contribuiu para esta dimensão.

IND04.3 – Área de imóveis rurais inscritos no CAR com análise da regularização ambiental realizada

Finalidade do Indicador: mensurar a área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR com diagnóstico de regularidade ambiental realizada.

Área Responsável: SFB – Serviço Florestal Brasileiro

Meta para 2020: 27.261.794,80 ha

Resultado apurado: 6.838.638,68 ha

Análise crítica: a análise do resultado do indicador demonstra incremento de 2.211.554,10 ha na área de cadastros analisados, em relação à linha de base, e o alcance de 25% da meta estabelecida para 2020. Os principais fatores que impactaram o desempenho observado foram: equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; mudanças nas diretrizes de implementação da agenda; fatores externos adversos à governança do SFB, como as competências da agenda compartilhadas com Estados e Distrito Federal, o que reduz a governança do SFB na implantação da política e a necessidade de ampla articulação e sinergia com diferentes atores; dimensão territorial e particularidades regionais do país; falta de conhecimento dos produtores rurais acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (se traduz em resistência do público-alvo); e situação da pandemia do COVID-19, com reflexos na capacidade de análise de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelos órgãos competentes. Por outro lado, os fatores que mais contribuíram para a execução apresentada foram: importância



da agenda no contexto internacional e consequente aporte de recursos financeiros para o fortalecimento institucional e execução da política; realização do VII Encontro Nacional de Implantação do Cadastro Ambiental Rural em agosto de 2020, com a participação das 27 unidades da federação e instituições parceiras; desenvolvimento e manutenção do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) associados à solução da análise do CAR; produção de mapeamentos temáticos e capacitações em apoio aos entes federados; e elaboração do Plano de Comunicação para implantação da solução da análise dinamizada CAR.

OE05 – Promover a regularização e o ordenamento fundiário

Descrição do Objetivo: propor e implementar políticas e ações, racionalizando a estrutura e os processos de modo a tornar mais célere e confiável o processo de regularização fundiária.

IND05.1 – Índice de Regularização Fundiária – Objetivo 1236 do PPA

Finalidade do Indicador: medir o processo de regularização fundiária da malha nacional. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Área Responsável: Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Meta para 2020: 4,87%

Resultado apurado: 10,64%

Análise crítica: foram emitidos 109.112 (cento e nove mil, cento e doze) títulos em 2020, sendo 97.150 (noventa e sete mil, cento e cinquenta) referentes a Projetos de Assentamento e 11.962 (onze mil, novecentos e sessenta e dois) da titulação de Regularização Fundiária.

Em análise à meta estabelecida no Plano Plurianual - PPA para 2020, que era de 4,87% sobre uma estimativa de 1.025.875 de processos que demandavam regularização fundiária, que totalizava aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) títulos emitidos, o resultado alcançado foi acima do pactuado. Obteve-se um índice de 10,64%, considerando o total de 109.112 títulos emitidos em 2020 e a demanda estimada de 1.025.875 de processos.

Esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto entre o Incra/Sede e as Superintendências Regionais (SRs), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho.

Como restrições, destacam-se as dificuldades inerentes à Pandemia da Covid-19, que limitaram as atividades de campo nos PAs, e a redução do quadro de servidores do Incra por aposentadorias, tanto no Incra/Sede como nas SRs, situação que vem se agravando consideravelmente nos últimos anos, com perspectiva de se agravar em curto prazo.

OE06 – Garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários

Descrição do Objetivo: garantir a segurança dos alimentos e outros produtos agropecuários,

aperfeiçoando os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

IND06.1 – Porcentagem de suspeitas atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no prazo regulamentar

Finalidade do Indicador: o indicador reflete a capacidade técnica e estrutural dos Serviços Veterinários Oficiais para efetiva prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Mede o percentual de atendimento das suspeitas das enfermidades no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, respiratória e nervosa das aves).

Área Responsável: SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária

Meta para 2020: 84,5%

Resultado apurado: 74,6%

Análise crítica: o resultado do indicador foi de 74,6%, abaixo da meta proposta de 84,5%. O resultado final de 2020, em um total de 5.569 atendimentos a suspeitas de doenças das síndromes realizados pelos serviços veterinários estaduais, sob coordenação do Departamento de Saúde Animal, da SDA/MAPA. O atraso nos atendimentos das doenças de alto impacto nos rebanhos impede a rápida detecção e a eficiência na sua contenção, cujas ocorrências podem produzir graves impactos econômicos e sociais ao país.

Na análise por síndrome, destaca-se o baixo desempenho no índice dos atendimentos da Síndrome vesicular, de 58,4%, refletindo a influência do grande número de ocorrências de lesões vesiculares relacionadas ao Sênecavirus A. Dos 1.300 atendimentos da síndrome vesicular, 1.020 foram em suínos. Esse grande volume de ocorrências sobrecarregou a capacidade do serviço veterinário, gerando atrasos nos atendimentos. Os atendimentos relativos a suspeitas da Síndrome Hemorrágica dos suínos tiveram um índice de 64,6% dentro do prazo. Já o indicador relacionado aos atendimentos de Síndrome neurológica apresentou um índice de 84,7%, atendendo à meta proposta. Para os atendimentos relacionados à Síndrome respiratória e nervosa das aves o indicador ficou em 76,4%.

Em 2020, o Departamento de Saúde Animal - DSA implantou o e-Sisbravet, sistema informatizado para registro e controle das notificações de suspeitas de doenças e dos atendimentos realizados pelo serviço veterinário oficial. O e-Sisbravet passou a registrar de forma automática o horário da notificação e de forma mais exata os horários dos atendimentos, que leva à maior precisão no cálculo do indicador em relação ao sistema anterior (SivCont), que registrava somente o dia da notificação e do atendimento.

Com o e-Sisbravet o monitoramento passou a abranger todas as notificações e ser realizado em tempo real dos registros dos atendimentos.

O principal fator para o baixo desempenho do indicador é a contínua redução da capacidade técnica e operacional dos serviços veterinários estaduais, responsáveis pelos atendimentos às suspeitas das doenças. Por sua vez, essa capacidade depende diretamente da atenção

dedicada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal aos órgãos estaduais de defesa agropecuária.

Como medidas mitigadoras para evitar problemas ou situações de risco causadas pelo mau desempenho no indicador, é necessário apoiar a estruturação e manutenção dos órgãos estaduais de defesa agropecuária por meio da descentralização oportuna e contínua de recursos financeiros e apoio técnico; e aprimorar o acompanhamento pelo DSA e pelas Superintendências Federais de Agricultura dos atendimentos realizados pelos serviços veterinários estaduais, fortalecendo as capacidades do MAPA e promovendo reuniões técnicas e treinamentos para as equipes de campo.

OE07 – Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário.

Disponibilizar e disseminar conhecimentos e soluções tecnológicas (práticas, produtos e serviços) e estimular a adoção de novas tecnologias (Ex.: sensores, internet das coisas, geolocalização, robótica etc.) para a modernização do setor agropecuário.

IND07.1 – Impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade – Objetivo 1228 do PPA

Finalidade do Indicador: prover informações sobre o impacto econômico do conjunto de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade.

Área Responsável: Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Meta para 2020: R\$ 38,2 bilhões

Resultado apurado: dado ainda não disponível.

Análise crítica: este indicador, que é o mesmo do Programa 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária do Plano Plurianual - PPA 2020-2023, tem o objetivo de prover informações sobre o impacto econômico de uma amostra de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade.

É um indicador que utiliza em sua composição dados anuais dos impactos econômicos gerados por mais de uma centena de tecnologias em uso pelo setor agropecuário.

Para estimar tais impactos econômicos são realizados, anualmente, estudos que envolvem visitas a campo e uma série de procedimentos na geração desses dados primários. Esclarece-se ainda que o impacto econômico corresponde ao benefício econômico gerado pela adoção da tecnologia no ano, ou seja, valores de janeiro a dezembro.

A média dos benefícios econômicos do período 2015 - 2018 (T0, número médio de tecnologias avaliadas - 128) correspondeu ao valor nominal de R\$ 36.908.168.820,24; com a correção monetária para dezembro de 2019, corresponde a R\$ 39.690.520.026,02. A média do quadriênio posterior, de 2016 a 2019, foi da ordem de R\$ 42.988.687.400,00 (número médio de tecnologias avaliadas - 141); tem-se, portanto, um aumento de pouco mais de 3 bilhões de reais, que em termos reais significa um aumento de 8,31% em relação à linha de base. O valor do indicador no quadriênio 2016-2019 já é superior à meta projetada para o quadriênio



2017-2020 (T1), o que sinaliza que a meta de 3,5% no valor do indicador pode ser também superada. Para fazer a média dos últimos quatro anos para obter o indicador são necessários os dados de 2020, que ainda não estão finalizados, mas serão informados em abril de 2021. Do ponto de vista prático, o último valor do indicador indica que houve evolução positiva na adoção de tecnologias pelo setor agropecuário em relação ao quadriênio 2015-2018, o que se refletiu em um incremento do impacto econômico.

OE08 – Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

Descrição do Objetivo: aumentar a quantidade e diversidade de produtos agropecuários ofertados, preservando os clientes atuais e prospectando novos mercados.

IND08.1 – Índice de abertura de mercados para produtos agropecuários brasileiros

Finalidade do Indicador: avaliar a capacidade do Brasil em acessar mercados para produtos agropecuários brasileiros.

Área Responsável: SCRI – Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

Meta para 2020: 0,78

Resultado apurado: 0,73

Análise crítica: muito em função do cenário de pandemia vivido ao redor do mundo no ano de 2020, a demanda por alimentos se intensificou, buscando a maioria dos países garantir a segurança alimentar de sua população. Novas possibilidades de acesso a mercados foram conquistadas via o esforço do MAPA nas negociações técnicas, sanitárias e fitossanitárias, garantindo a possibilidade de exportação dos produtos da agropecuária brasileira. No entanto, nem sempre estas aberturas significam efetivas exportações dos produtos, considerando que há a necessidade de ações complementares para que as mesmas se concretizem, como a promoção comercial, o desenvolvimento de acordos de facilitação bilateral ou regional entre o Brasil e outros países, e a competência do setor produtivo, ator diretamente envolvido nas transações comerciais. Desta forma, mesmo não atingindo a meta proposta para o período, houve uma significativa ampliação de destinos para os quais o Brasil exportou seus produtos, em comparação com o ano de 2019, mostrando otimismo para o próximo ano, com a manutenção da pujança da agropecuária brasileira, que está cada vez mais preparada para atender os diversos mercados e suas diferentes exigências.

OE09 – Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

Descrição do Objetivo: ampliar e diversificar o conjunto de produtos agropecuários com atributos e características que resultem em um maior valor agregado, do ponto de vista ambiental,

econômico e social.

IND09.1 – Percentual de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas

Finalidade do Indicador: avaliar o impacto das ações de controle e fiscalização da rede de produção orgânica, assim como o impacto das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e de base agroecológica, considerando a aplicação das normas para a produção orgânica que promovem a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Área Responsável: SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2020: 7,60%

Resultado apurado: 4,09%

Análise crítica: a meta de 2020 foi estabelecida em 7,6 %, considerando a capacidade orçamentária para apoio à ampliação da taxa de crescimento anual do número de unidades cadastradas; e o desempenho, registrado em 4,09 %, foi bastante prejudicado pelo isolamento imposto pela Pandemia do Novo Coronavírus.

O isolamento impediu a realização das inspeções ou visitas de verificação necessárias para avaliação dos sistemas de produção e possível certificação ou cadastramento. Por isso, novas unidades de produção foram impedidas de entrar para o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, desde o início da pandemia.

IND09.2 – Índice de agregação de valor

Finalidade do Indicador: o incentivo para geração de novas cultivares passa pela garantia do direito de propriedade intelectual que possibilita o retorno financeiro ao investimento na pesquisa. Quanto maior o número de espécies incluídas no regime de proteção, maiores as opções de investimento por parte das empresas de melhoramento, além de propiciar a atração de investimentos externos. Com relação ao número de cultivares protegidas, quanto maior a quantidade, maior a probabilidade de acesso dos agricultores a variedades de plantas de alto potencial, refletindo no aumento de rentabilidade dos cultivos.

Área Responsável: SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2020: 3004,40 cultivares protegidos

Resultado apurado: 3196,60 cultivares protegidos

Análise crítica: apesar da atipicidade do ano de 2020 (pela pandemia, distanciamento e lockdown), e da constante redução de servidores do SNP (tanto técnicos quanto administrativos), os resultados (3196,60) superaram as metas estabelecidas para o ano (3004,40), tanto na variável “ número de espécies incluídas no regime de proteção”, quanto na “certificados de proteção emitidos”. Acreditamos que os resultados positivos se devem, principalmente, à digitalização total dos serviços de solicitação, análise e concessão dos



pedidos de proteção de cultivar. A digitalização permitiu tanto ao SNPC seguir sem interrupções em suas atividades, quanto permitiu que os usuários dos serviços de proteção seguissem depositando novos pedidos e respondendo as diligências dos pedidos em análise.

IND09.3 – Índice de aumento da produção regularizada em Águas da União

Finalidade do Indicador: mensurar o aumento da produção regularizada em Águas da União.

Área Responsável: SAP – Secretaria de Aquicultura e Pesca.

Meta para 2020: 5%

Resultado apurado: dado ainda não disponível

Análise crítica: com o intuito de promover melhor gestão dos contratos de cessão de uso, foi instituído o Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União - RAP por meio da Instrução Normativa SAP/MAPA nº 1, de 03 de fevereiro de 2020, com a finalidade de normatizar a rotina de envio desses dados fixando a obrigatoriedade na forma e prazos previamente estipulados. Como advento da normativa, em 2019 a produção declarada foi de 68.168 toneladas de organismos aquáticos cultivados em áreas regularizadas representando um aumento de 8,7% de produção declarada quando comparado a produção declarada do ano de 2018. Os dados da produção declarada do ano de 2020 serão reportados em setembro de 2021, após coleta, validação e análise dos dados.

OE10 – Ampliar a renda e o trabalho no meio rural

Descrição do Objetivo: estimular a criação de oportunidades de geração de renda e trabalho, inclusão produtiva e qualidade de vida que tornem o campo atrativo para a permanência e oportunizando a mobilidade social.

IND10.1 – Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar

Finalidade do Indicador: medir a evolução do rendimento das famílias de agricultores familiares.

Área Responsável: SAF – Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Meta para 2020: R\$ 867,29

Resultado apurado: R\$ 833,13

Análise crítica: o prazo para o cálculo desse indicador é 31 de março de 2021, já que os componentes para o cálculo são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). A meta desse indicador para 2020, assim como as metas até 2031, deverão ser baseadas na variação do salário mínimo do ano anterior para o ano analisado. Neste caso, o índice de 2019 para 2020 foi de 4,10%, ou seja, para que a meta seja alcançada esse valor deverá ser de no mínimo de R\$867,29, posto que o resultado de 2019 foi de R\$833,13. É importante destacar que o principal indicador de sustentabilidade econômica de um estabelecimento rural é a renda líquida. De maneira simplificada, caso a renda seja suficiente

para manter uma família residente, haverá sobrevivência econômica, caso contrário é necessário buscar renda fora da atividade agropecuária e é por isso que esse indicador é baseado no salário mínimo que sempre foi o garantidor de um padrão básico de remuneração no Brasil.

O resultado em 2019, que foi o último resultado divulgado, foi bastante positivo. A meta estava em R\$821,60 e o resultado alcançado R\$833,13 o que garantiu maior renda e melhor qualidade de vida para as famílias de agricultores familiares no Brasil.

OE11 – Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

Descrição do Objetivo: desenvolver um sistema de inteligência estratégica direcionado para a tomada de decisão pelo MAPA, Governo Federal, agentes econômicos e sociedade em geral, permitindo maior compreensão sobre o processo produtivo, o abastecimento, a segurança alimentar e a competitividade do país no mercado internacional.

IND11.1 – Taxa de implementação do observatório agropecuário

Finalidade do Indicador: medir o nível de evolução do projeto de Implementação do Observatório Agropecuário.

Área Responsável: SDI – Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação.

Meta para 2020: 86%

Resultado apurado: 80%

Análise crítica: os valores obtidos foram inferiores ao esperado devido a ajustes na plataforma ao longo do ano, necessárias para sua otimização, o que não impactará na conclusão da entrega em 2021. O ano de 2020 mostrou-se muito produtivo onde conseguimos concluir importantes e estratégicas etapas do projeto como: Integração dos dados do Zoneamento Agrícola de Risco Climático da SPA, dos produtos agrícolas da CONAB, do crédito rural do BACEN, do CAR, dos dados públicos do INPE, IBAMA, LAPIG, ANA, INCRA, FUNAI; modelagem de dados das bases citadas; dicionário de dados das bases citadas; sistematização dessas bases de dados; Painel Estatístico do ZARC; Painel Estatístico de Produtos Agrícolas; Painel Estatístico de Crédito Rural Público; Painel Temático do PronaSolos; Jornada de Inovação contemplando a fase Discovery (Mapeamento de ecossistema, entrevistas internas, matriz de alinhamento; entrevistas com os principais stakeholders do projeto) e a fase do Design thinking composta por quatro Design Sprints; Plano de comunicação; Desenvolvimento do Portal do Observatório; desenvolvimento da Plataforma Geoespacial; Painel temático Geoespacial da Agropecuária Sustentável e Meio Ambiente; Infraestrutura de dados e serviços e arquitetura da informação.

IND11.2 – Índice de interesse das informações agropecuárias

Finalidade do Indicador: mensurar o grau de interesse pelas informações do setor agropecuário geradas pela Conab, elevando a assertividade na geração de conhecimento



e contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises.

Área Responsável: Conab – Companhia Nacional de Abastecimento.

Meta para 2020: 0,50

Resultado apurado: 0,50

Análise crítica: a meta atingida reflete o esforço da Conab em gerar conhecimento para a agropecuária de forma ativa e transparente e facilitar o acesso por meio de ferramentas de disponibilização dos dados gerados pela empresa. Em 2020 o Portal de Informações Agropecuárias da Conab recebeu 129.835 acessos, com média mensal de 10.820, provenientes de 81 países. As publicações geradas pela empresa tiveram 167.746 downloads, com média mensal de 13.979, provenientes de 135 países.

OE12 – Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

Descrição do Objetivo: promover a realização das pesquisas necessárias à efetividade das atividades das cadeias produtivas agropecuárias com a adoção de seus resultados e/ou adaptação de práticas e técnicas inovadoras e sustentáveis.

IND12.1 – Número de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa no ano

Finalidade do Indicador: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos entregues pela programação de projetos de pesquisa da Embrapa anualmente.

Área Responsável: Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Meta para 2020: 1.400 ativos

Resultado apurado: 1.427 ativos

Análise crítica: a programação de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) produziu, em 2020, resultados que permitiram a superação da meta estabelecida, atingindo um alcance de 102% e um crescimento de 4% em relação à linha de base. Cabe observar que os projetos de PD&I têm uma duração média de 3 a 4 anos e, portanto, seus resultados são produzidos ao longo desse período, o que permitiu que os impactos causados pela pandemia de SARS-CoV-2 ainda não apareçam. A programação de PD&I entregou 767 ativos pré-tecnológicos (coleção biológica, metodologia técnico-científica, banco de dados) e 660 ativos tecnológicos (cultivar, matriz ou reprodutor, processo agropecuário, processo industrial, produto/insumo agropecuário ou industrial, máquinas e/ou implementos, software para clientes externos). Quanto à regionalização dos resultados, consideramos que, no momento, regionalizar as ações de pesquisa não teria significado prático, já que a Embrapa preza por uma lógica de trabalho e desenvolvimento de ativos em rede, com parceiros. A principal razão para considerarmos essa alternativa de relato inadequada é o fato de que um resultado gerado por uma Unidade não é necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo,



ecorregional. Ainda, neste último caso, haveria distorções. O desafio para o ano de 2021 está relacionado aos desdobramentos da pandemia e seus impactos econômicos. Eventuais restrições orçamentárias poderão comprometer entregas futuras.

IND12.2 – Número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa no ano

Finalidade do Indicador: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa anualmente.

Área Responsável: Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Meta para 2020: 630 ativos

Resultado apurado: 587 ativos

Análise crítica: até o dia 16/03/2021, foram qualificados 544 ativos tecnológicos e 43 ativos pré-tecnológicos a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) gerados em 2020 pela Embrapa. Tendo em vista que a qualificação está relacionada à inserção dos ativos no mercado e ao potencial para negociações, houve impacto decorrente da pandemia de SARS-CoV-2 e dos reflexos econômicos negativos gerados. O desafio para o ano de 2021 está relacionado aos desdobramentos da pandemia e seus impactos econômicos. Eventuais restrições orçamentárias poderão comprometer entregas futuras.

Regionalização do resultado (os dados por região não devem ser somados, pois um determinado ativo pode ter sido indicado para mais de uma região): Centro-Oeste: 370 ativos qualificados; Nordeste: 382 ativos qualificados; Norte: 304 ativos qualificados; Sudeste: 386 ativos qualificados; Sul: 384 ativos qualificados..

IND12.3 – Recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária

Finalidade do Indicador: medir o volume de aplicações financeiras dirigidas a estudos e pesquisas do setor agropecuário.

Área Responsável: SDI – Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação.

Meta para 2020: R\$ 43.000.000,00

Resultado apurado: R\$ 49.177.961,95

Análise crítica: o resultado obtido supera a linha de base, pois buscou-se coletar informações sobre o aporte de recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária de toda a estrutura organizacional do MAPA, incluindo suas vinculadas. Assim, os resultados desse indicador contribuem para, juntamente com outros fatores, promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias, de forma transversal, incluindo, por exemplo, as cadeias florestais e pesqueiras, defesa sanitária, abastecimento, agricultura familiar e 34 portfólios de pesquisa, desenvolvimento e inovação liderados pela Embrapa.

OE13 – Aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias

Descrição do Objetivo: desenvolver políticas de assistência técnica e extensão rural para aumentar a renda e a qualidade de vida do agricultor familiar, dos pequenos e médios produtores, incluindo: capacitação; acesso a inovações; acesso a crédito e a mercados diferenciados; e estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas.

IND13.1 – Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

Finalidade do Indicador: apresentar a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, médios produtores, empreendimentos agropecuários, técnicos agrícolas e outros atores envolvidos no processo de Ater.

Área Responsável: SAF – Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Meta para 2020: 45.500 serviços

Resultado apurado: 52.146 serviços

Análise crítica: em relação à meta proposta houve muita dificuldade de atendimentos presenciais aos produtores causada pelos efeitos da pandemia. Esses resultados refletem recursos que foram alocados previamente na ANATER, em que as ações concretas que foram iniciadas em 2020 como é o caso de ações dos Programas AgroNordeste e Produzir Brasil - Programa de Consolidação de Assentamentos na Região Centro.

Em relação às variáveis que compõe esse indicador esse número apoiou as ações de ATER apenas para agricultores familiares, o indicador ATER Gerencial não deu início devido a transferência do Programa do Médio Produtor para 2021. Em relação ao indicador capacitação foi celebrado convênio com o SENAR para elaboração de cursos EaD no intuito de capacitar extensionistas rurais e agricultores em temáticas pré-estabelecidas, esses cursos estão sendo modulados pelo SENAR com o apoio do MAPA e iniciarão em 2021.

Em relação às metas estabelecidas, atualmente, apenas 18% dos produtores rurais recebem algum tipo de assistência técnica, com o advento do Programa ATER Digital o MAPA espera ampliar esse número de produtores rurais atendidos com ATER, portanto ampliamos as metas até o ano 2031 de uma forma que o ATER Digital possa ser mais um instrumento que auxilie na obtenção dessa meta.

OE14 – Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

Descrição do Objetivo: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários. Implantação do modelo de autocontrole.



IND14.1 – Índice de efetividade das ações de fiscalização de estabelecimentos e registro de produtos de uso veterinário

Finalidade do Indicador: mensurar a efetividade das ações do MAPA para realizar a fiscalização de estabelecimentos e análise de processos de registro de produtos de uso veterinário.

Área Responsável: SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2020: 17,75%

Resultado apurado: 25,72%

Análise crítica: os resultados alcançados foram superiores ao esperado. O indicador IEPV consolida dois indicadores, o IFPV, que mede a efetividade das ações de fiscalização de estabelecimentos de produtos veterinários, e o IERP, que mede a efetividade da análise de processos de registro de produtos veterinários. Dessa forma, para entendimento do indicador, há que se avaliem separadamente tais subindicadores.

Para 2020, a meta do indicador de fiscalização era já baixa para o ano, em virtude de uma esperada diminuição do número de fiscalizações pela pandemia de COVID-19, e, portanto, o resultado se manteve dentro do esperado.

Com relação ao indicador de efetividade de análise dos processos de registro, embora não houvesse indicadores prévios/linha de base e a meta tenha sido estabelecida com base em dados observacionais, houve uma melhora que pode ser considerada significativa e que pode ser explicada com base nos seguintes pontos:

- i) desde 2019 e, mais significativamente, nesse ano de 2020, vem havendo uma mudança de paradigma de gestão da Coordenação de Fiscalização e Registro de produtos de uso veterinário, que vem implementando melhorias de processo significativas;
- ii) deve-se mencionar também o advento do teletrabalho, que, por sua atratividade, conseguiu trazer um maior número de servidores para a área em 2019, que é considerada pouco atrativa dentro do Ministério (e em 2020 o grupo recebeu mais dois analistas para produtos farmacêuticos e um analista para produtos veterinários). Assim, desde 2019, tem havido aumento do número de processos concluídos, de forma mais marcante em 2020.

Concluindo, o próprio aprimoramento dos mecanismos de controle, com a implementação dos indicadores atuais, é medida importante para busca da melhoria contínua dos processos.

IND14.2 – Percentual de amostras processadas

Finalidade do Indicador: monitorar o processamento de amostras recebidas na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária – LFDA, de forma a acompanhar o atendimento das demandas laboratoriais da Defesa Agropecuária nacional, por meio da análise dos percentuais de amostras processadas, rejeitadas e aguardando análise.

Área Responsável: SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2020: 91%

Resultado apurado: 91,8%

Análise crítica: o resultado alcançado no ano de 2020 está levemente acima da meta, que é de 91%. Do total de 171.363 amostras recebidas, a Rede LFDA analisou 157.364 amostras, ou seja 91,8%. Comparado a 2019 (88,6%), observa-se melhora no resultado do Indicador. No ano de 2020, houve 4.817 amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou envio da amostra ao laboratório, o que representa 2,8% das amostras. Outras 132 amostras foram rejeitadas por motivos internos aos laboratórios (0,1% do total recebido).”

As áreas técnicas de Medicamentos Veterinários e Defensivos-MVD (25,0% = 1 amostra), Identidade e Qualidade de Alimentos-IQA (7,6% = 608 amostras), Microbiologia de Alimentos-MIC (7,1% = 729 amostras) e Resíduos e Contaminantes em Alimentos-RCA (6,0% = 817 amostras) apresentaram os maiores percentuais de rejeição de amostras por motivos externos ao laboratório, sendo a temperatura fora a faixa adequada o motivo mais prevalente. Estas mesmas áreas técnicas mostraram os maiores percentuais de rejeição externa também em 2019, quando a Rede LFDA teve 3,3% de amostras rejeitadas por motivos de coleta ou envio: MVD (12,2%=6 amostras), IQA (8,8% = 1.360 amostras), MIC (9,3%=1.422 amostras) e RCA (7,0 = 1.027 amostras).

Em relação às amostras aguardando análise, ou seja, aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo, a Rede LFDA encerrou o ano de 2020 com 5,3% de amostras não analisadas (ou 9.050 amostras), percentual inferior ao observado em 2019, quando houve 7,8% das amostras sem relatório de ensaio emitido ao fechamento do período (ou 14.218 amostras). Em 2020, uma das razões do número de amostras aguardando análise ao encerramento do ano, foi a quantidade de amostras enviadas ao laboratório nos últimos 2 meses do ano. É fato que a pandemia de COVID-19 impactou nos resultados do ano de 2020 em todos os aspectos, ainda que tenha sido alcançada a meta relacionada a este indicador, fruto do trabalho árduo das equipes dos laboratórios oficiais do MAPA. Todas as normas de saúde em relação ao isolamento de grupos de risco e nos casos em que houve servidores com testes positivos para COVID-19 nos laboratórios foram atendidas, o que reduziu a mão-de-obra e levou a Rede LFDA a implementar planos de emergência, como revezamento de equipes e adequação de processos de trabalho, para que as adversidades advindas da pandemia não limitassem significativamente a ação de fiscalização agropecuária no âmbito das análises laboratoriais nos LFDA.

OE15 – Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

Descrição do Objetivo: promover a valorização de produtos agropecuários nacionais, por meio da agregação de valor advindo de: marcas coletivas, indicação geográfica, produção artesanal, sistemas de certificação, entre outros, fomentando a organização social e o cooperativismo.

IND15.1 – Agentes das Cadeias Produtivas Agropecuárias Beneficiados

Finalidade do Indicador: medir o esforço do MAPA em prover capacitação para o público-alvo.

Área Responsável: SDI – Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação.

Meta para 2020: 22,72%

Resultado apurado: 41,89%

Análise crítica: após o cálculo de dados do Indicador de Desempenho observou-se que os resultados foram superiores ao esperado. Tal resultado foi alcançado por meio do esforço conjunto de todas as Coordenações-Gerais que integram o Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas. Onde houve contabilização dos 2.027 agentes beneficiados nos cursos do Programa Produção Integrada; 7.000 agentes beneficiados em Assistência Técnica e Gerencial em parceria com o SENAR, no âmbito do Programa AgroNordeste; e 190 produtores que foram capacitados em Assistência Técnica e Gerencial, com foco em gestão da propriedade e implantação de BPA nos sistemas produtivos, do Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite.

Vale destacar que a expressiva adesão de 2.027 agentes capacitados no Programa PI Brasil foi possível devido ao oferecimento do curso na modalidade EaD, amplamente utilizada durante à pandemia mundial do Covid-19.

OE16 – Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

Descrição do Objetivo: elevar o apoio financeiro aos produtores rurais para implantação, modernização e ampliação da produção agropecuária no estabelecimento rural. Ofertar, ao produtor rural, a proteção da produção contra os riscos advindos de fatores climáticos, a fim de minimizar perdas na produção agrícola.

IND16.1 – Taxa de crescimento das contratações do crédito rural

Finalidade do Indicador: avaliar o crescimento das contratações de crédito rural.

Área Responsável: SPA – Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2020: 1,79%

Resultado apurado: 16,70%

Análise crítica: as contratações de crédito rural em 2020 tiveram crescimento mais acentuado do que no ano anterior, em todas as regiões do país, com destaque para os financiamentos destinados a investimentos. Esse desempenho é explicado pelo aumento da produção agropecuária na safra 2019/20 e na safra 2020/21 (período de julho a junho), conforme estimativa realizada pela CONAB, bem como pelo aumento da taxa de câmbio e dos preços agrícolas. A oferta de crédito rural em 2020 também foi ampliada, em decorrência do aumento da disponibilidade de recursos na safra 2019/20 e para a safra 2020/21. No intuito de compatibilizar a oferta desses recursos com sua demanda para as diversas finalidades,



foram realizados remanejamentos desses recursos entre programas de investimento.

IND16.2 – Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR

Finalidade do Indicador: indicar o quanto o MAPA estendeu o acesso ao seguro rural subvencionado em termos de número de produtores rurais beneficiados, mensurado de forma indireta por meio do número de apólices de seguro rural subvencionadas e extensão de área segurada no âmbito do PSR, em relação aos números agregados para o Brasil.

Área Responsável: SPA – Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2020: 11,41%

Resultado apurado: 10,37%

Análise crítica: a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 aprovou recursos da ordem de R\$ 957,1 milhões para o PSR, executados por meio da Ação Orçamentária 099F – concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Deste total, R\$ 881 milhões foram efetivamente disponibilizados para as contratações do seguro rural subvencionado, os quais foram utilizados praticamente em sua totalidade. Considerando os valores globais, foram beneficiados aproximadamente 105,7 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para 13,7 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 45,8 bilhões. Observa-se que o índice apurado de 10,37% em 2020 foi o dobro em relação ao ano anterior, em virtude sobretudo do maior volume orçamentário disponível. Porém, a aprovação na LOA e um posterior cancelamento de dotação orçamentária do Programa, no montante de R\$ 119 milhões em relação ao PLOA 2020, não permitiu atingir a meta estipulada de 11,41%.



Análise crítica: as divulgações das ações do ministério realizadas por meio da atuação da Assessoria Especial de Comunicação Social foram fundamentais para bom desempenho do indicador. Iniciativas como a postagem diária de notícias no portal, de posts informativos nas redes sociais e o atendimento eficiente de solicitação de informações de veículos de imprensa contribuem positivamente para a repercussão do MAPA na imprensa nacional e internacional.

A análise da repercussão do MAPA na Mídia demonstra que no ano de 2020 foram publicadas espontaneamente na mídia 24.085 notícias, das quais 23.831 foram favoráveis, um percentual de 98,85% que superou positivamente a meta estabelecida para o indicador. A perspectiva para o próximo ano é manter a atuação que vem se demonstrando bastante eficiente e ainda ampliar a produção de conteúdos audiovisuais que, conforme demonstrado em iniciativas como as séries do YouTube “Carrinho de Compras” e “Tá no MAPA” e o vídeo “Retrospectiva 2020”, obtiveram uma boa recepção por parte do público alvo do MAPA.

IND17.2 – Média da taxa de engajamento dos perfis ativos do MAPA nas redes sociais

Finalidade do Indicador: mensurar o crescimento da expressividade das páginas das redes sociais do MAPA a partir da quantidade de público.

Área Responsável: GM – Gabinete da Ministra.

Meta para 2020: 3%

Resultado apurado: 1,25%

Análise crítica: o resultado deste indicador considera o somatório de 3 variáveis: A - Engajamento Facebook; B - Engajamento Instagram; e C - Engajamento Twitter. Somente os dados da plataforma do Facebook foram coletados; por falta de ferramenta de medição ou apuração, as variáveis B e C não foram coletadas. Dessa forma, o indicador de engajamento nas redes sociais, representado pelas 3 variáveis citadas, atingiu 1,25%, abaixo da média estabelecida de 3% para o ano de 2020.

A variável “A” isoladamente, claramente, não representa a totalidade do desempenho das redes sociais do MAPA durante o ano analisado. O cálculo de engajamento do Facebook, (conforme a fórmula do indicador) refere-se ao percentual de ações/engajamento do período (reações + comentários e compartilhamentos) em relação ao alcance (quantidade de vezes em que os conteúdos foram vistos). Assim, em 2020 houve 4.746.324 (número estimado) de visualizações de conteúdo e 59.293 interações; ou seja, o resultado de 1,25% foi apenas para o Engajamento no Facebook.

Para demonstrar que no ano de 2020 a performance das redes do MAPA foi extremamente positiva, pode-se ilustrar com os percentuais de crescimento de seguidores das redes: o Twitter alcançou um crescimento de 95,24% e o Instagram de 75%. Em 2020, a AECS solicitou a contratação de uma ferramenta de monitoramento para as redes sociais, o que



OE17 – Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

Descrição do Objetivo: ampliar a percepção positiva do MAPA com os agentes e representantes das cadeias produtivas agropecuárias, do governo e da sociedade, com foco na disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades.

Fortalecer a inserção das cadeias produtivas agropecuárias no mercado externo, buscando seu reconhecimento no mercado interno.

IND17.1 – Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA

Finalidade do Indicador: medir a quantidade de notícias espontâneas favoráveis em relação ao total.

Área Responsável: GM – Gabinete da Ministra.

Meta para 2020: 90%

Resultado apurado: 98,85%

possibilitaria realizar uma análise mais consistente dos dados e informações. Ocorre que o processo de contratação da ferramenta não foi finalizado e os dados tiveram que ser retirados de forma manual, dificultando a análise das informações. Com a finalização da contratação da ferramenta de monitoramento, a AECS conseguirá demonstrar, de forma mais eficiente, em 2021, a performance positiva das redes sociais do MAPA.

OE18 – Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

Descrição do Objetivo: ampliar a participação em negociações internacionais, para estabelecimento de normas e regras visando a manter e conquistar novos mercados para os produtos das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com as representações das entidades privadas e públicas (federais, estaduais, distritais e municipais), com vistas a influenciar e promover a elaboração e execução de políticas de interesse do setor agropecuário. Subsidiar o Poder Legislativo com informações necessárias para a formulação e a aprovação de projetos de interesse do setor agropecuário nacional.

IND18.1 – Taxa de avaliação de projetos em tramitação no Congresso Nacional

Finalidade do Indicador: avaliar a capacidade do MAPA de analisar os projetos em tramitação.

Área Responsável: GM – Gabinete da Ministra.

Meta para 2020: 80%

Resultado apurado: dado ainda não disponível.

Análise crítica: em função da relevância de mecanismos fortes de suporte à gestão e de eventuais restrições a serem superadas, devido à situação de pandemia, a falta de um sistema operacional de Monitoramento e Gestão de Projetos em tramitação afeta fortemente as áreas gestoras da AERIN/RELGOV e ASPAR. Destaca-se que a coleta de dados é realizada manualmente, implicando na dificuldade de mensurar o quantitativo exato dos dados a serem coletados. Ainda assim, vale salientar que no ano de 2020 houve crescimento na quantidade de projetos que foram filtrados e, conseqüentemente, analisados pelas áreas técnicas em comparação ao ano de 2019, senão vejamos: 2020 (348 projetos analisados) - 2019 (233 projetos analisados). Por se tratar de um indicador novo e, ainda, considerando as dificuldades supracitadas, não é possível fazer uma análise comparativa com uma base de dados confiável e ágil. No entanto, será realizada a análise de proposições em tramitação relativas ao Agronegócio, conforme o indicador, relativas ao ano de 2020.

IND18.2 – Taxa de resposta às demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas

Finalidade do Indicador: medir a capacidade de atendimento das demandas acordadas nas Câmaras Setoriais e Temáticas.

Área Responsável: SPA – Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2020: 60%

Resultado apurado: 73%

Análise crítica: mesmo tendo obtido um aumento de atendimento em relação à meta estabelecida para o ano de 2020, houve dificuldades na coleta e apuração dos dados causadas pelos efeitos da pandemia, renovação da metodologia de apuração dos indicadores e desenvolvimento de sistema para melhor gerenciamento das demandas.

IND18.3 – Taxa de participação do MAPA na elaboração de regras internacionais

Finalidade do Indicador: a participação proativa do MAPA em fóruns internacionais de interesse do agronegócio (multilaterais, regionais e bi regionais) contribui para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.

Área Responsável: SCRI – Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

Meta para 2020: 0,63

Resultado apurado: 0,82

Análise crítica: considerando a força de trabalho existente no DTSF/SCRI e as condições fornecidas pela Administração para a execução dos trabalhos, foram programadas metas inicialmente modestas, porém com uma evolução não muito conservadora, de forma a rapidamente ampliar a busca pelo atendimento à quase totalidade dos eventos programados. No entanto, à primeira mensuração da meta, referente ao ano de 2020, já se obteve um índice bem superior ao programado, demonstrando compromisso e esforço de toda a equipe para o pleno atendimento aos fóruns e discussões internacionais para a elaboração de normas ou acordos de interesse nacional. Entre reuniões bilaterais e multilaterais com os demais países para tratar de negociações sanitárias, fitossanitárias (SPS) e também no âmbito técnico (TBT), o corpo de servidores do DTSF participou em 54 oportunidades durante o período mensurado, de um total de 66 apresentadas. Destacam-se nesse rol: reuniões bilaterais com a Argentina, Chile, Irã, EUA e Belarus; reuniões para discussões do Acordo Mercosul-Canadá; reuniões do Subgrupo Técnico Mercosul SGT-8; reuniões de comitês técnicos do Codex Alimentarius; reuniões do G77 + China; e reuniões de comitês técnicos diversos da FAO. Por fim, há que se considerarem os resultados obtidos no presente ano de 2021, de modo a proceder com revisão das metas para o desempenho do indicador nos anos futuros.

OE19 – Aperfeiçoar atos normativos e automatizar e implantar processos de negócio (transformação digital)

Elaborar, revisar, atualizar e simplificar atos normativos, modelar e automatizar processos, com vistas a promover a transformação digital do MAPA, com foco na prestação de serviços mais eficientes, eficazes, econômicos e efetivos, de forma transparente para a sociedade.



IND19.1 – Número de processos/serviços transformados em digitais

Finalidade do Indicador: medir o resultado da Transformação Digital no MAPA com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

Meta para 2020: 18 serviços

Resultado apurado: 56 serviços

Análise crítica: observa-se que tanto para o período de junho de 2020, quanto para dezembro do mesmo ano, esse indicador superou as metas estabelecidas, respectivamente de 10 e 18 (meta acumulada). Para junho o resultado alcançado foi de aproximadamente 3x a meta estabelecida, com o resultado de 29 serviços transformados/automatizados. Já no segundo semestre, 27 novos serviços foram automatizados, somando 56 serviços transformados/automatizados em 2020.

Os resultados para esse indicador, em 2020, demonstram a boa execução do Plano Digital, em relação ao esforço e eficácia para a consecução de suas metas, com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.

Os principais riscos para o próximo período que corresponde à transformação até junho de 2021, dizem respeito a possível diminuição de força de trabalho de servidores temporários no âmbito da CGTI, bem como dificuldade de preenchimento de vaga restante para GSISP disponibilizada pela SGD/ME. Há ainda risco de uma possível, porém remota, solicitação de devolução pelo ME de GSISPs já preenchidas com servidores na CGTI que atuam nas ações de transformação digital.

Como oportunidades, tem-se a criação de painel do plano digital, por parte do MAPA, que facilitará o acompanhamento e tomada de decisões sobre o mesmo, o provável envio, por parte do ME, de times (squads) de servidores temporários para atuarem em dois projetos prioritários do PD (Projeto de Autocontrole-SDA e Projeto CAR-SFB) e o início das ações do contrato de suporte ao MAPA da ferramenta BPMS, o qual permitirá mais um canal de automação de serviços/ processos no âmbito do MAPA.

IND19.2 – Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários

Finalidade do Indicador: verificar a diminuição do prazo de concessão de registros de estabelecimentos.

Área Responsável: SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2020: 88 dias

Resultado apurado: 73 dias

Análise crítica: o indicador obteve resultado total positivo, com tempo de atendimento menor que o esperado para o período, no caso dos registros de estabelecimento de vinhos

e bebidas e de fertilizantes. A meta esperada era de 88 dias e a média alcançada no ano foi de 73 dias, o que representa uma redução de 17,04%. O tempo é composto tanto por atividades desenvolvidas no MAPA quanto por tempo que as empresas têm para entrega de documentação adicional em caso de exigências.

No caso do registro de Vinhos e Bebidas, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal está com projeto de curso EAD junto à ENAGRO para orientação de empresas, importadores e exportadores sobre os detalhes técnicos de registro no sistema SIPEAGRO.

Para a continuidade da redução dos tempos de registro, as equipes técnicas sugerem a facilitação dos procedimentos de viagem, tendo em vista a necessidade de deslocamento de vistorias para aprovação dos registros de estabelecimentos; a ampliação do regime de tele trabalho; a padronização dos procedimentos e treinamento das equipes e o pronto atendimento nas falhas encontradas no sistema SIPEAGRO, que atende tanto o registro de Vinhos e Bebidas, quanto de Fertilizantes.

OE20 – Aperfeiçoar a governança corporativa.

Descrição do Objetivo: desenvolver o conjunto de mecanismos de estratégia, liderança e controle que direcione, monitore e avalie, tempestivamente, a gestão do MAPA, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços à sociedade.

IND20.1 – Índice de governança pública

Finalidade do Indicador: mensurar a melhoria da governança institucional considerando os avanços quanto a liderança, capacidade estratégica, gestão de riscos organizacionais e “accountability”. O índice é equivalente ao calculado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

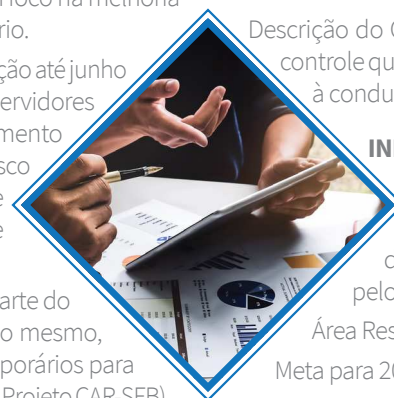
Meta para 2020: sem meta definida para 2020.

Resultado apurado: a partir de 2021.

Análise crítica: não houve medição para o ano de 2020. A coleta dos indicadores envolve a aplicação de entrevistas com autoridades, órgãos de controle e representantes do setor administrado, as quais devem ser conduzidas por consultores externos (e não por pessoal do MAPA) independentes, a fim de garantir a sinceridade nas respostas e a fidedignidade na análise. Nesse sentido, não havia previsão quando da propositura do indicador para realização da coleta no ano de 2020. Ainda que houvesse, teria sido inviabilizada a coleta pela descontinuidade de diversas ações em virtude dos ajustes fiscais ocorridos no ano.

OE21 – Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

Descrição do Objetivo: implementar práticas de gestão de pessoas que propiciem o desenvolvimento de competências do quadro funcional, adequadas ao posicionamento estratégico do órgão.



IND21.1 – Índice de participação do corpo funcional em ações de desenvolvimento

Finalidade do Indicador: monitorar o percentual de servidores ativos que participam de ações de desenvolvimento.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

Meta para 2020: 35%

Resultado apurado: 36,6%

Análise crítica: o resultado de 2020 foi ultrapassado em 1,66%. Apesar do acréscimo, este índice foi impactado basicamente pelos fatores elencados abaixo:

- i) Redução no quantitativo de servidores ativos;
- ii) Expansão da base virtual de aprendizagem da Enagro, o que possibilitou maior alcance das ações educacionais ofertadas: Implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e canal da Enagro no youtube; e
- iii) Maior participação dos servidores em ações de desenvolvimento na modalidade de ensino remota e à distância.



IND21.2 – Nível de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas

Finalidade do Indicador: monitorar a execução das necessidades de desenvolvimento indicadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)

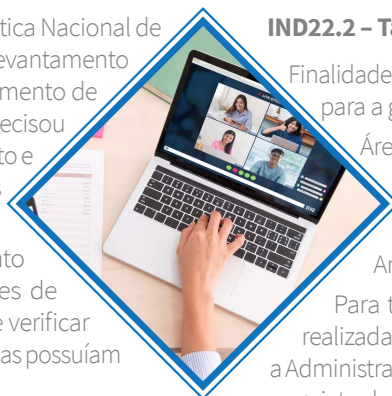
Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

Meta para 2020: 30%

Resultado apurado: 9,63%

Análise crítica: os resultados do indicador foram impactados por diversos fatores:

- i) A publicação do Decreto nº 9.991/19 dispôs novas diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), incluindo nova metodologia para levantamento das necessidades de capacitação e elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP). Em razão das alterações ocorridas, a equipe executora precisou estudar novas estratégias para coletar as necessidades de desenvolvimento e elaborar o PDP, o que requereu tempo de estudo e maturação dos novos conceitos incorporados;
- ii) A ausência de um diagnóstico de necessidades de desenvolvimento atualizado resultou em um número muito elevado de necessidades de desenvolvimento previstas (2.749 cadastradas), dentre as quais se pode verificar que muitas possuíam similaridades entre si (escritas de formas diferentes, mas possuíam os mesmos objetivos de aprendizagem);
- iii) O sistema SIPEC não possuía a funcionalidade de consolidar as necessidades de desenvolvimento, o que diminuiria a quantidade de necessidades previstas para o período e permitiria a redução das similaridades encontradas; e



iv) A publicação da Portaria nº 94, de 19 de março de 2020 (revogada e substituída pela portaria nº 352, de 06 de novembro de 2020), decorrente da pandemia do COVID-19, que restringiu a execução dos eventos de capacitação, ocasionando o cancelamento de diversos eventos nacionais e internacionais, e a necessidade de realização de eventos apenas a distância. A Enagro já está realizando um Projeto Estratégico da Secretaria – PES para atualização do diagnóstico.

OE22 – Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

Descrição do Objetivo: adequar a cultura aos valores institucionais e promover a melhoria do clima organizacional visando à valorização dos servidores.

IND22.1 – Taxa de intervenções executadas para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais

Finalidade do Indicador: mensurar o percentual das intervenções realizadas, dentre as planejadas, para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

Meta para 2020: 50%

Resultado apurado:

Análise crítica: a medição deste indicador depende do início do projeto “Cultura Organizacional Alinhada aos Valores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, cujo início da implementação está previsto para o primeiro semestre de 2021.

A COGEP já elaborou e encaminhou termo de referência para contratação de consultoria que irá executar as ações do projeto.

IND22.2 – Taxa de ações executadas para melhoria do clima organizacional

Finalidade do Indicador: mensurar o percentual das ações realizadas, dentre as planejadas, para a gestão do clima organizacional.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

Meta para 2020: 100%

Resultado apurado:

Análise crítica: a apuração desse indicador depende da elaboração do projeto.

Para tanto a COGEP aguarda o resultado da pesquisa de clima organizacional realizada pelo órgão central do sistema de pessoal. Tal pesquisa foi realizada para toda a Administração Pública Federal. Dessa forma a COGEP aguarda os resultados para elaborar o projeto de clima organizacional para o MAPA.

OE23 – Adequar a capacidade da tecnologia da informação aos novos desafios da transformação digital

Descrição do Objetivo: adequar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC às necessidades demandadas pelo MAPA e pelas novas tecnologias de apoio à transformação digital.

IND23.1 – Índice de Capacidade de Entrega de TIC

Finalidade do Indicador: mensurar a capacidade de entrega de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

Meta para 2020: 46%

Resultado apurado: 92,11%

Análise crítica: o número de demandas aumentou em 2020, acredita-se que com o home office as áreas de negócio sentiram mais necessidade em automatizar seus processos. O aumento fora da curva de demandas se deve ao fato da pandemia, diante disso não é garantido que essa taxa de crescimento evolua proporcionalmente ao longo do período do planejamento estratégico.

Em 2020 o Escritório de Projetos iniciou várias frentes no sentido de registrar e acompanhar demandas que garantissem mais integrações entre os serviços do MAPA e evoluções tecnológicas, impactando diretamente na melhoria dos serviços oferecidos por esta CGTI. Entre as frentes citadas temos integrações do SEI com a ferramenta LECOM do Ministério da Economia, dentro do plano de Transformação Digital, além de novas contratações, tais como licenças Qlik sense. Também foram feitos contratos de renovação das soluções que trouxeram valor ao Ministério.

Em 2019, após a absorção de outros órgãos por parte deste Ministério, tal como a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, houve um período de adequação destes órgãos ao Ministério – que se refletiu em novas demandas. Após este período, já em 2020, as Secretarias destes órgãos abriram várias frentes para oferecerem melhores serviços aos cidadãos, refletindo num aumento considerável de projetos para esta CGTI, tais como o SISRGP 4.0, vindo da Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP; o CAF, vindo da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF e o novo Garantia Safra, vindo da Secretaria de Política Agrícola – SPA, que são grandes projetos que refletem políticas públicas estratégicas para o MAPA e para o Brasil.

OE24 – Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

No cenário de crescente evolução da dívida pública no qual se impõe um maior controle do crescimento real das despesas do Estado, deve-se criar um ambiente propício ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto pelas unidades administrativas.

IND24.1 – Coeficiente de alocação de recursos em atividades administrativas

Finalidade do Indicador: mensurar a aderência ao teto de 20% da execução orçamentária nas ações administrativas (programa de gestão e manutenção da unidade, ou similar) em relação ao total de despesas discricionárias da pasta, deixando os restantes 80% para custeio de atividades finalísticas.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

Meta para 2020: 20%

Resultado apurado: 13,33%

Análise crítica: a meta estabelecida para o indicador “Coeficiente de alocação de recursos em atividades administrativas” foi cumprida no exercício de 2020. Deve-se, principalmente, ao aumento proporcional dos recursos orçamentários nas ações finalísticas desempenhadas pelo Ministério, tais como o fomento ao setor agropecuário, a consolidação de assentamentos rurais e a modernização e fortalecimento da defesa agropecuária. Por outro lado, a apropriação adequada dos custos das despesas relacionadas às áreas técnicas ainda é um desafio e necessita ser difundida e implementada na sua completude. Esse desafio está contemplado no projeto estratégico “Apropriação de Custos”.

IND24.2 – Índice de execução orçamentária e financeira

Finalidade do Indicador: medir a efetividade da execução orçamentária e financeira das despesas discricionárias, exclusive as oriundas de emendas parlamentares, nas fases de empenho, liquidação e pagamento das unidades do MAPA.

Área Responsável: SE – Secretaria Executiva.

Meta para 2020: 85%

Resultado apurado: 87,64%

Análise crítica: a meta estabelecida para o indicador “Índice de execução orçamentária e financeira” foi cumprida, uma vez que a média harmônica das taxas de empenho, liquidação e pagamento atingiu 87,64 %. Portanto, mais de 2 pontos percentuais da estabelecida para o exercício financeiro de 2020.

Entre os fatores que contribuíram para esse resultado, destacam-se:

- i) execução orçamentária acima de 99%;
- ii) liberação de toda a dotação orçamentária, sem contingenciamentos, conforme o Decreto nº 10.295, de 30 de março de 2020; e
- iii) alta execução financeira, no âmbito das unidades da administração direta.

Para os próximos exercícios, os esforços devem-se concentrar na execução total dos recursos disponibilizados, aliando o planejamento adequado às necessidades reais das unidades e à restrição fiscal pela qual o País atravessa.



Projetos Estratégicos corporativos, prazos, metas e resultados em 2020

Os projetos estratégicos são identificados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como Projetos Estratégicos Corporativos – PECs. Os PECs são os projetos estruturantes que o MAPA deverá implementar para que as metas estabelecidas nos Objetivos Estratégicos sejam atingidas. Os PECs são o “como” o MAPA irá operar para execução de suas estratégias, alcançando também resultados no médio e curto prazo, considerando seus prazos de execução.

O conjunto de PECs foi elaborado com base na identificação dos principais desafios enfrentados pela agropecuária brasileira, seguida de uma priorização pela equipe de gestão do MAPA, com a participação ativa de todas as Unidades Administrativas. Os PECs estão relacionados a Objetivos Estratégicos específicos, mas podem também impactar outros Objetivos. A lista de PECs é apresentada abaixo:

- 1. Plano de Ação para o Nordeste – AgroNordeste;
- 2. Programa de Governança Fundiária;
- 3. Programa Nacional de Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural em Microbacias Hidrográficas – Águas do Agro;
- 4. Programa de Autocontrole;
- 5. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária – ProDefesa;
- 6. Promover a Ampliação da Produção Florestal Sustentável;
- 7. Promoção da Imagem da Agropecuária Brasileira em Mercados Internacionais;
- 8. Produzir Brasil;
- 9. Residência Profissional Agrícola;
- 10. Observatório da Agropecuária Brasileira;
- 11. Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais;
- 12. Programa de Agro Gestão Integrada de Riscos – Programa Agir;
- 13. Águas da União para Fins de Aquicultura – Águas da União;
- 14. Inovação e Agregação de Valor ao Médio Produtor Rural;
- 15. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira – Inova Embrapa; e
- 16. Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico – Fortaf Amazônia Legal.

1. Plano de Ação para o Nordeste – AgroNordeste

Objetivo: apoiar a organização e a diversificação da produção agropecuária do Nordeste do

Brasil e a ampliação dos canais de comercialização, com pertinência econômica e social e com maior eficiência, menores riscos e maior potencial de sucesso e impacto.

Principais entregas (metas):

- i) acesso de pequenos e médios produtores da região a políticas de crédito, seguros e incentivos ampliado;
- ii) estratégias e ações de defesa agropecuária específicas para a região Nordeste desenvolvidas e em execução;
- iii) estratégias e ações de pesquisa agropecuária e assistência técnica específicas para a região Nordeste desenvolvidas e em execução;
- iv) estratégias e ações específicas para questões relacionadas à juventude rural empreendedora desenvolvidas e em execução;
- v) acesso de produtores da região a mercados nacionais e internacionais ampliado;
- vi) segurança jurídica para uso de recursos hídricos (aquicultura + irrigação) estabelecida ou em processo de estabelecimento;
- vii) assentamentos regularizados, consolidados e emancipados;
- viii) cobertura de propriedades com o Cadastro Ambiental Rural regular ampliada;
- ix. modelo de atuação do MAPA no Semiárido com foco territorial em microrregiões alvo implantado; e
- x. até 30 Agropolos de Desenvolvimento implantados ou em implantação no Semiárido.

Unidade Responsável: Gabinete da Ministra – GM.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020: autorizado pela COFLEX/Ministério da Economia um empréstimo de US\$ 270 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento; consolidação de ações para implantação de agropolos em 300 municípios e 16 territórios do AgroNordeste; o plano passou a cobrir, além de toda Região Nordeste e do norte de Minas Gerais, também 28 municípios do norte do Espírito Santo; elaboração de plano de trabalho para a implantação das primeiras Unidades de Referência Técnica (URTs) de conservação de solo e água na convergência AgroNordeste e Águas do Agro na Bahia; capacitação Técnica em Ovinocaprinocultura, ministrada pela Embrapa Caprinos e Ovinos (Sobral/CE), em 3 módulos, para 27 técnicos de campo do Senar/PB e 8 técnicos do Senar/MG; publicação de 3 Portarias de Reconhecimento de Adesão ao SISBI/POA do Ceará, Rio Grande do Norte, Mossoró (RN), de Alagoas e da Paraíba; Regularização e inclusão de 5 Cooperativas de Processamento de Leite e de Carne caprina e ovina no Cadastro de Compras CONAB/PB.

2. Programa de Governança Fundiária

Objetivo: aperfeiçoar a governança fundiária, por meio da:



- a) revisão e consolidação da legislação do setor;
- b) integração de cadastros rurais e aperfeiçoamento do processo de regularização fundiária e gestão da informação; e
- c) emissão significativa de documentos de regularização fundiária, na ordem de grandeza necessária para o desenvolvimento sustentável no meio rural do país.

Principais entregas (metas): 600 mil documentos definitivos e provisórios em assentamentos rurais, glebas públicas federais e, por meio de convênios com estados, glebas públicas estaduais emitidas.

Unidades Responsáveis: Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020: foram emitidos 109.112 (cento e nove mil, cento e doze) títulos em 2020, sendo 97.150 (noventa e sete mil, cento e cinquenta) referentes a Projetos de Assentamento e 11.962 (onze mil, novecentos e sessenta e dois) da titulação de Regularização Fundiária.

Em análise à meta estabelecida no Plano Plurianual - PPA para 2020, que era de 4,87% sobre uma estimativa de 1.025.875 de processos que demandavam regularização fundiária, que totalizava aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) títulos emitidos, o resultado alcançado foi acima do pactuado.

Entretanto, quanto à Meta do “Regula 600” de 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) títulos, cabe esclarecer:

I) considerando a Declaração de Emergência na Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde emitida em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), e que para o atingimento da meta pactuada é primordial a execução de atividades presenciais, o que foi comprometido consideravelmente em virtude da pandemia, conseqüentemente não foi possível o cumprimento da meta pactuada;

II) a não aprovação pelo Congresso Nacional da MP nº 910/2019, que propôs alteração significativa no texto da Lei nº 11.952/2009, mas não restou convertida em lei no prazo esperado perdendo seus efeitos a partir de 19/05/2020; e

III) a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA 2020 trouxe valores aquém das necessidades orçamentárias do INCRA para o atingimento das metas estipuladas pelo Governo Federal. Trabalhou-se arduamente junto ao Congresso Nacional para reforçar as verbas destinadas às ações, resultando em aumento de quase 100% e a Lei nº 14.111 com suplementação de 142 milhões nas ações 211A e 2000 que foi publicada apenas em 24/12/2020.



3. Programa Nacional de Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural em Microbacias Hidrográficas – Águas do Agro

Objetivo: promover o desenvolvimento da atividade agropecuária conservacionista e sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade referencial de planejamento e organização dos produtores rurais.

Principais entregas (metas):

- i. articulação entre parceiros para alinhar as atividades relacionadas ao Programa;
- ii. capacitação de 1.000.000 de produtores e técnicos;
- iii. instalação e manutenção de Unidades de Referência Tecnológica – URTs;
- iv. difusão de tecnologias sobre uso e manejo conservacionista do solo e da água;
- v. recuperação de áreas degradadas;
- vi. readequação ou construção de 50.000 km de estradas vicinais orientadas para conservação de solo e água;
- vii. criação e adequação de linhas de crédito que estimulem o uso de energia renovável; e
- viii. adequação de linha de crédito para garantir a implementação de ações de conservação de solo e água.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI.

Prazo: dezembro de 2029

Principais resultados em 2020: articulação entre os parceiros, incluindo Programas e Projetos em andamento no âmbito da SDI, para alinhamento das atividades relacionadas ao Águas do Agro. Foram identificadas convergências de ações no âmbito do Agronordeste, em 7 territórios, especificamente em Irecê, Vale do Açu, Jaguaribe, Quixeramobim, Cariri Paraibano, Salinas, Alto Médio Canindé, Sergipana do Sertão de São Francisco, totalizando 22 municípios com situação crítica de disponibilidade hídrica das microbacias. No âmbito dos Projetos de Fundos Internacionais, Paisagens Rurais e Rural Sustentável Cerrados, foram definidas atuações convergentes e a inserção da temática de solo e água nos módulos de capacitação a serem ministrados pelo SENAR. Capacitação de 70 técnicos extensionistas em tecnologias e práticas de conservação do solo e água, junto ao SENAR, no âmbito do Projeto Paisagens Rurais. Planejamento para Implantação de 6 UTRs de ações conservacionistas visando a promover a conservação e recuperação da capacidade de infiltração dos solos, recuperação de nascentes e cursos d'água, reservação e produção de água, nas bacias hidrográficas do Rio Verde Grande e Rido das Velhas (afluentes do Rio São Francisco) e do Rio Jequitinhonha.

4. Programa de Autocontrole

Objetivo: criar programa de estímulo à conformidade sanitária.

Principais entregas (metas):

- i. Comitê Permanente de Autocontrole instalado;
- ii. áreas para implantação/aperfeiçoamento do autocontrole prioritizadas;
- iii. procedimentos e normativas para implantação e aperfeiçoamento do autocontrole para as áreas prioritizadas revisados; e
- iv. requisitos e estudos de viabilidade de sistema integrador do MAPA com demais sistemas de estabelecimentos e indústrias levantados.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

Prazo: dezembro de 2024

Principais resultados em 2020:

- 1) finalizada minuta de projeto de Lei de Autocontrole no MAPA;
- 2) diagnóstico de temas necessários de revisão de arcabouço legal e ferramentas para a implantação e aperfeiçoamento do Autocontrole nas áreas prioritizadas (alimentação animal, fertilizantes, vinhos e bebidas e abate de suínos), com adequação dos normativos atuais, realizado. Os processos e procedimentos são aplicáveis aos setores regulados e estarão adequados à Lei de Liberdade Econômica, com redução da burocracia, ao mesmo tempo em que as garantias de segurança dos produtos serão mantidas;
- 3) parceiros que irão participar da construção do ambiente de TI para suporte da gestão do autocontrole identificados.

5. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária – ProDefesa

Objetivo: contribuir para o aumento da produtividade agropecuária e para o acesso a mercados nacionais e internacionais por meio do fortalecimento dos Serviços de Defesa Agropecuária – SDA.

Principais entregas (metas):

- i. Modernização e desburocratização de serviços de defesa agropecuária:
 - a. eficiência dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária – LFDA melhorada;
 - b. eficiência na prestação de serviços em portos e aeroportos (redução do tempo médio de liberação de carga nos portos para exportação e importação) melhorada;
 - c. eficiência dos serviços da defesa agropecuária, incluindo os serviços de inspeção, registro e automação melhorada; e
 - d. boas práticas regulatórias (desempenho na elaboração e publicação de atos normativos) implantadas.
- ii. Controle e erradicação de pragas e de doenças:
 - a. Programa Nacional de Controle da Mosca da Carambola: estados livres da ocorrência da mosca da carambola;
 - b. País Livre da Febre Aftosa: estados livres da febre aftosa com e sem vacinação; e

c. Estados Livres da Peste Suína Clássica – PSC: estados livres da Peste Suína Clássica.

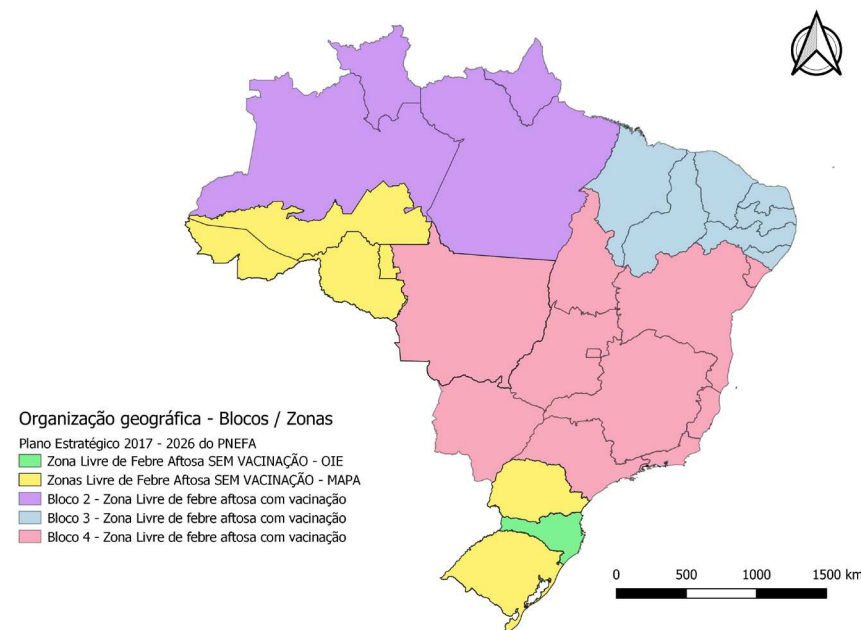
iii. Conhecimento e Inovação para a Defesa Agropecuária:

- a. Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal;
 - b. Desenvolvimento de Competências em Defesa Agropecuária;
 - c. Sistema de Inteligência Estratégica em Defesa Agropecuária;
 - d. Apoio à Pesquisa de Desenvolvimento – PD em Defesa Agropecuária; e
 - e. Proposta de Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.
- iv. Monitoramento e Avaliação
- a. Instrumentos para o Monitoramento, Avaliação e Elaboração de Lições Aprendidas implantados; e
 - b. Processos de Apoio à Gestão da SDA Automatizados implantados.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

Prazo: dezembro de 2024

Gráfico 2: Organização Geográfica - Blocos / Zonas



Principais resultados em 2020:

- 1) mantidas as 27 Unidades da Federação - UF livres de aftosa com e sem vacinação;

- 2) reconhecimento nacional da área livre de aftosa sem vacinação em 2020 do Bloco I (AC, RO, sul do AM e ponta leste de MT) além de PR e RS;
- 3) mantidas 24 UF livres da mosca-da-carambola;
- 4) mantidas 16 UF livres da peste suína clássica;
- 5) cumprida a meta total, prevista para o final do projeto, para melhoria dos serviços de Defesa Agropecuária;
- 6) definidos os temas prioritários da agenda regulatória para o biênio 2021-2022;
- 7) recebido o primeiro desembolso referente aos Componentes 1 e 2 (Projeto por Resultados) no valor de US\$ 30.500.000,00;
- 8) recebido o primeiro desembolso do Componente 3 (Cooperação Técnica), no valor de US\$ 1.100.000,00. Após conversão em reais foi repassado ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA para início da contratação dos estudos previstos no projeto;
- 9) formalizados 16 projetos no Sistema de Gestão de Estratégia e Projetos – SA do MAPA.

6. Promover a Ampliação da Produção Florestal Sustentável

Objetivo: promover a ampliação da produção florestal proveniente de florestas nativas, por meio do aumento em 300% da área de florestas públicas federais sob regime de concessão florestal e do início da implementação do Plano Plantar Florestas.

Principais entregas (metas):

- i. pelo menos 40 Contratos de Concessão Florestal firmados entre o poder concedente e as pessoas jurídicas adjudicadas em processos licitatórios de concessão florestal, tendo sua gestão realizada por meio de procedimentos padronizados e com apoio de sistema informatizado, sendo monitorados por um conjunto de, pelo menos, três ferramentas tecnológicas; e
- ii. Plano Plantar Florestas com governança estabelecida no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com atuação do Serviço Florestal Brasileiro em, pelo menos, três linhas de ação para sua implementação.

Unidade Responsável: Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020:

Publicação do Plano Anual de Outorga Florestal 2021 (PAOF 2021) – O Plano Anual de Outorga Florestal é um instrumento de planejamento das concessões florestais, elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro e aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As principais informações apresentadas no PAOF 2021 são referentes às florestas públicas passíveis de serem concedidas ao longo do ano de 2021, e uma análise setorial de políticas públicas com interface com as concessões florestais;

- 2) abertura do Edital de Concessão Florestal da Floresta Nacional do Amapá – A Concorrência nº

01/2020 foi aberta em meados de setembro de 2020, com prazo de recebimento de proposta até 23 de novembro de 2020. A sessão de abertura dos envelopes com documentos de habilitação ocorreu em 24 de novembro de 2020. Atualmente a concorrência encontra-se na fase de habilitação, dando-se início à análise dos recursos apresentados;

- 3) proposição de minuta de Edital de Concessão Florestal da Floresta Nacional de Humaitá – O Serviço Florestal Brasileiro, ao longo do ano de 2020, concluiu a elaboração do Edital de Concessão Florestal da Floresta Nacional de Humaitá/AM, considerando as sugestões coletadas durante o processo de consulta pública realizado entre os meses de novembro de 2019 e fevereiro de 2020. A minuta de edital possui parecer jurídico da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento favorável a sua publicação. Por meio da Portaria MAPA nº 398, de 17 de dezembro de 2020, foi autorizada pelo Poder Concedente a concessão florestal nesta floresta pública. Atualmente, a minuta de edital encontra-se sob análise do Tribunal de Contas da União, considerando que a Concessão Florestal da Floresta Nacional de Humaitá compõe o portfólio de projetos do Programa de Parceira de Investimentos (PPI), conforme Decreto nº 10.339, de 6 de maio de 2020;

- 4) instituição de marco regulatório quanto à destinação de florestas públicas sob domínio da União para realização das concessões florestais – Embora prevista na Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006), a destinação de florestas públicas sob domínio da União para as concessões florestais necessitava de regulamentação. No âmbito das atividades do PEC nº 06, bem como em articulação promovida pela inclusão da Gleba Castanho do PPI, conforme Decreto nº 10.339, de 6 de maio de 2020, foi proposta e editada a Portaria Interministerial MAPA/ME nº 7, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a entrega ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de áreas de domínio da União identificadas no Plano Anual de Outorga Florestal para concessão florestal. Este marco legal permite não apenas o início das tratativas de concessão florestal da Gleba Castanho, que compõe o PAOF 2021 e está incluída dentre as metas do PEC nº 06, mas também traz um arcabouço legal para a expansão das concessões florestais para outras florestas públicas de domínio da União.

7. Promoção da Imagem da Agropecuária Brasileira em Mercados Internacionais

Objetivo: promover e defender a imagem da agropecuária brasileira, em mercados selecionados, por meio da construção e divulgação de narrativas focadas nas características únicas da produção nacional, seus diferenciais competitivos, e na desmistificação de mensagens negativas, não verdadeiras, disseminadas internacionalmente.

Principais entregas (metas):

- i. principais questões que são alvo de ataques mapeadas;
- ii. repositório com informações sobre a agropecuária brasileira criado;
- iii. materiais que subsidiarão o posicionamento do governo brasileiro em mercados internacionais



produzidos;

iv. plano de comunicação para disseminação das narrativas construídas elaborado; e

v. narrativas positivas disseminadas.

Unidade Responsável: Gabinete da Ministra – GM.

Prazo: dezembro de 2021

Principais resultados em 2020:

1) realização dos Seminários sobre a Sustentabilidade da Agropecuária, apoiados pela APEX, GIZ, diversas Secretarias (SAF, SDI, SFB, SPA) e setores da sociedade. Compostos por 3 webinars - 09/09 (Inclusão Produtiva: o Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Crédito Rural, da Assistência Técnica e do Acesso a Mercados), 01/12 (Inovação e Produção Sustentável: Agricultura Tropical Brasileira e as Oportunidades para a Cadeia da Bioeconomia), 11/09 (Regularização Ambiental: Perspectivas para Implementação do Código Florestal). Seminários que contarão com a elaboração de uma publicação com resumo dos seminários e que será compartilhada no MAPA e setor privado;

2) construção e publicação (material impresso) das Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Brasileira. Com lançamento do material na Green Week de Berlin;

3) implementação da Agenda Estratégica para Sustentabilidade da Agricultura e seu Grupo de Trabalho;

4) participação do MAPA na Green Week (ligada ao Fórum Global de Alimentos e Agricultura), realizada em Berlin no período de 13/01 a 19/01;

5) série de vídeos elaborados pela SCRI para promover a agricultura no exterior (obs.: material digital elaborado em parceria e com apoio financeiro da FPA e de entidades privadas);

6) mapeamento de questões alvo de ataques, que é um trabalho constantemente realizado entre SCRI e Gabinete da Ministra;

7) disseminação de narrativas, promovidas com constantes reuniões com adidos Agrícolas para dispersão de dados técnicos embasados em estudos científicos;

8) levantamento dos indicadores agroambientais da OCDE, que irão auxiliar na construção do Repositório de Informações.

8. Produzir Brasil

Objetivo: implantar Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER aos assentados da reforma agrária, titulados ou em processo de titulação definitiva.

Principais entregas (metas):

- i. assistência técnica a 30.000 assentados do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA provida;
- ii. assentamentos titulados e em processo de titulação desenvolvidos, de modo a ter ações

conjuntas entre os governos federal, estaduais e municipais na reforma agrária;

iii. acesso às compras governamentais com foco nas cadeias produtivas locais e regionais ampliado;

iv. produtores em cooperativas e associações organizados, para potencializar o poder de compra e de venda;

v. capacitação sobre as novas tecnologias existentes para a produção no campo providas;

vi. insumos comprados e produtos para os mercados local e regional vendidos por meio de rede de divulgação de informações, de comercialização e de mercado institucional;

vii. linhas de créditos e incentivos rurais elaborados e assistidos; e

viii. ações e estratégias específicas para questões relacionadas à sucessão no campo desenvolvidas e em execução por meio da perspectiva de melhoria na qualidade de vida das famílias e do incremento da renda auferida nas atividades da propriedade.

Unidade Responsável: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020

O Programa Produzir Brasil passou por uma reformulação, deixando de ser um programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para se tornar um programa de Desenvolvimento Econômico em que a ATER é o meio para levar ao desenvolvimento. A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER contratou em 2020 por meio da EMATER-GO serviço de ATER para atender a 3.493 famílias no âmbito desse programa e, além disso, lançou Chamada Pública para seleção de entidades executoras de ATER para o Produzir Brasil no intuito de contratar ATER para mais 3.170 famílias nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Considera-se que o projeto foi desenvolvido com êxito no ano de 2020 e a perspectiva para 2021 é positiva, pois os recursos para execução do Produzir Brasil já se encontram na ANATER que, por sua vez, já está contratando as instituições que atuarão nesse programa.

9. Residência Profissional Agrícola

Objetivo: qualificar os jovens das áreas de ciências agrárias e afins em atividades de agricultura, pecuária, abastecimento e pesca.

Principais entregas (metas):

- i. bolsa aos jovens das áreas de Ciências Agrárias e afins concedidas, para realização das atividades em unidades residentes, mediante parcerias com Instituições de Ensino públicas e privadas sem fins lucrativos;
- ii. parcerias com Instituições de Ensino públicas e privadas sem fins lucrativos estabelecidas;
- iii. parceiros que irão executar o Programa Residência Profissional Agrícola capacitados; e



iv. jovens preparados para o mercado de trabalho, mediante treinamento prático de qualificação técnica, promovendo o fortalecimento do desenvolvimento rural, contribuindo com a geração de renda e agregando valor ao campo.

Unidade Responsável: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020:

Lançamento do Programa e do 1º Edital de Seleção de Propostas; elaboração do manual operacional do Programa; atualização de sua portaria de instituição; seleção, aprovação e celebração de 76 propostas – oriundas de 47 instituições de ensino em 24 Unidades da Federação; R\$ 17,1 milhões aplicados – possibilitando o atendimento de 943 alunos, 643 de nível superior e 300 de nível médio; 209 propostas com mérito técnico, aguardando disponibilidade de recurso; 28 já adequadas ao formato do Termo de Execução Descentralizada - TED e podendo ser celebradas em 2021.

Considera-se que o projeto logrou êxito no ano de 2020, o que indica sucesso em sua continuação.

10. Observatório da Agropecuária Brasileira

Objetivo: integrar, sistematizar e disponibilizar informações da agropecuária brasileira.

Principais entregas (metas):

- i. Observatório da Agropecuária Brasileira. Sala altamente tecnológica reformada e equipamentos instalados;
- ii. portfólio de dados existentes nas unidades administrativas do MAPA e em suas entidades vinculadas;
- iii. bases de dados estratégicas existentes nas unidades administrativas do MAPA e em suas entidades vinculadas integradas e sistematizadas;
- iv. bases de dados públicas de instituições como ANA, CEPEA, CNA, MMA, Ibama, IBGE, entre outras integradas e sistematizadas;
- v. painéis estratégicos acessíveis para as unidades administrativas do MAPA e suas entidades vinculadas; e
- vi. infraestrutura tecnológica, instalada no INMET, com equipamentos para armazenamento/ disponibilização das bases de dados estratégicas do MAPA e instituições parceiras.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020:

Integração dos dados do Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC da SPA, dos produtos agrícolas da CONAB, do crédito rural do BACEN, do CAR, dos dados públicos do INPE, IBAMA, LAPIG, ANA, INCRA, FUNAI; modelagem de dados das bases citadas; dicionário de dados

das bases citadas; sistematização dessas bases de dados; Painel Estatístico do ZARC; Painel Estatístico de Produtos Agrícolas; Painel Estatístico de Crédito Rural Público; Painel Temático do PronaSolos; Jornada de Inovação contemplando a fase Discovery (mapeamento de ecossistema, entrevistas internas, matriz de alinhamento, entrevistas com os principais stakeholders do projeto) e a fase do Design Thinking composta por quatro Design Sprints; Plano de Comunicação; desenvolvimento do Portal do Observatório; desenvolvimento da Plataforma Geoespacial; Painel Temático Geoespacial da Agropecuária Sustentável e Meio Ambiente; infraestrutura de dados e serviços e arquitetura da informação.

11. Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais

Objetivo: estabelecer um sistema integrado de vigilância e defesa agropecuária para fronteiras internacionais.

Principais entregas (metas):

- i. marco legal que institui o Programa, o sistema integrado de vigilância e defesa agropecuária para fronteiras internacionais, e seu regulamento operacional publicados;
- ii. organização, estruturação e estabelecimento de cadeia de comando para ações de vigilância e defesa agropecuária em fronteiras internacionais realizadas pelos órgãos federal, estaduais e municipais;
- iii. identificação de rotas e perigos, avaliação, gerenciamento e comunicação dos riscos de introdução de pragas, doenças e de ocorrência de fraudes, infrações e ilícitos no trânsito internacional de produtos agropecuários;
- iv. Subsistema de Inteligência em Defesa Agropecuária para integração de ações e informações de vigilância e defesa agropecuária para fronteiras internacionais estabelecido;
- v. agentes públicos treinados para atuação especializada em vigilância e defesa agropecuária para fronteiras internacionais;
- vi. requisitos de infraestrutura, recursos humanos e equipamentos adequados para as unidades dos órgãos e entidades de defesa sanitária agropecuária federais, estaduais e municipais que atuam em fronteiras internacionais definidos; e
- vii. sistemáticas de operacionalização das ações de defesa agropecuária específicas e estratificadas por região da faixa de fronteira e de acordo com suas peculiaridades definidas.

Unidade Responsável: Secretaria da Defesa Agropecuária – SDA.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020:

- 1) Elaboração de Proposta de Cadeia de Comando: elaboradas a organização, a estrutura e a cadeia de comando;
- 2) marco legal: foram elaborados a minuta de Decreto que inclui as ações de defesa agropecuária



no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras; o Projeto de Ato Normativo que Institui o Programa VIGIFRONTIeira; e a minuta de Projeto de Lei que institui penalidades para infrações ao trânsito internacional agropecuário;

3) análise de risco: foi realizada a identificação de pragas prioritárias para a região da faixa de fronteira;

4) operacionalização das ações de defesa agropecuária por região da faixa de fronteira: ocorreu o ingresso no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras; foram elaborados os Planos de Operações Integradas dos Estados do MS, MT e RR; realizada a Operação Integrada no Estado do Mato Grosso do Sul; realizada a Operação Integrada no Estado do Mato Grosso;

5) Subsistema de Inteligência em Defesa Agropecuária: elaboradas a Produção de Conhecimentos para 03 Operações Integradas;

6) programa de capacitação continuada: capacitados 60 servidores em Operações Integradas; capacitados 10 servidores na área de inteligência cibernética.

12. Programa de Agro Gestão Integrada de Riscos – Programa Agir

Objetivos:

- a) promover, disseminar e massificar o seguro rural no Brasil;
- b) reestruturar e ampliar a eficiência do programa Garantia Safra;
- c) aperfeiçoar e modernizar a metodologia dos estudos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC, criar plataforma digital para divulgar os resultados e aperfeiçoar o aplicativo Plantio Certo;
- d) tornar digital e eletrônico todo o processo de recebimento, a análise com uso de teletrabalho, o processamento e julgamento dos recursos apresentados para a Comissão Especial de Recursos do PROAGRO, visando a entregar os resultados com maior agilidade aos produtores;
- e) criar o Cadastro Nacional de Encarregados de Comprovação de Perdas (peritos agrícolas) do PROAGRO, Garantia Safra e Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, integrando as ações de supervisão, capacitação, controle de qualidade, cadastro de peritos e gestão da rede; e
- f) garantir a constante evolução dos programas de Gestão de Riscos por meio da pesquisa e do acesso à informação.

Principais entregas (metas):

- i. Seguro Rural promovido;
- ii. Garantia Safra reestruturada;
- iii. Zoneamento Agrícola de Risco Climático modernizado;
- iv. Comissão Especial de Recursos do PROAGRO digitalizada;
- v. rede de peritos agrícolas qualificada; e

vi. gestão de riscos modernizada.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola – SPA.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020:

Em 2020, foram publicadas as portarias do Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para 28 culturas e foi aperfeiçoado o aplicativo do ZARC - Plantio Certo. Foram realizados diversos eventos no âmbito do projeto Monitor do Seguro Rural, atendendo a mais de 1.400 participantes, e houve também o lançamento do Aplicativo do PSR e a publicação do Guia de Seguros Rurais.

Ainda em 2020, foi concluído o projeto de Digitalização da CER-PROAGRO, reduzindo o tempo de análise e julgamento de 2 anos para 9 meses, e elaborado o escopo do curso de capacitação básica de peritos.

Por fim, foi elaborado o texto da medida provisória do Garantia-Safra e desenvolvidas plataformas de requerimento de defesa, transferência de benefício e consulta de situação do Garantia-Safra.



13. Águas da União para Fins de Aquicultura – Águas da União

Objetivo: adequar as Políticas Públicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável da aquicultura em águas da União, gerando emprego e renda.

Principais entregas (metas):

- i. Sistema Nacional das autorizações de uso de espaço físico de águas da União para fins de Aquicultura – Sinau desenvolvido;
- ii. Decreto nº 4.895, de 25 de novembro 2003, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, alterado e publicado;
- iii. Instruções Normativas que regulamentam a aquicultura em águas da União alteradas;
- iv. arrecadação gerada com a aquicultura em águas da União transferida para a SAP;
- v. áreas aquícolas entregues;
- vi. Cessões de Uso (Relatório Anual de Produção) acompanhadas;
- vii. vistoria e fiscalização das cessões de uso de águas da União para fins de aquicultura implantadas;
- viii. áreas não ocupadas canceladas; e
- ix. Monitoramento Ambiental da Aquicultura em águas da União (Rede de Monitoramento) implantado.

Unidade Responsável: Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP

Prazo: maio de 2023

Principais resultados em 2020:

- 1) Decreto Publicado: Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para a prática da aquicultura. O Decreto regulamenta a atividade de aquicultura em águas da União, trazendo mais segurança jurídica para o produtor, além de perspectiva de aumento da produção e geração de emprego e renda. Esse normativo visa à desburocratização e celeridade no processo da cessão de uso;
- 2) 50 contratos publicados: a SAP assinou e publicou no ano de 2020 113 contratos de cessão, com capacidade de produção de 119.768,17 t/ano e geração de 1.163 empregos diretos e 4.652 indiretos;
- 3) publicação dos dados do Relatório Anual de Produção RAP 1: em 2020 foram publicados 02 Boletins, gerados a partir das informações declaradas, que serviram para informar o público de que forma o nosso patrimônio (águas da União) está sendo utilizado para gerar emprego e renda, oportunizando segurança alimentar e dignidade no campo. O Boletim tem como objetivo publicar de forma simples e acessível as principais informações da piscicultura em águas da União a partir dos dados informados pelos cessionários por meio do Relatório Anual de Produção;
- 4) instrumento de repasse para execução do Plano Nacional de Monitoramento Ambiental (PNMA): foi publicado o Termo de Execução Descentralizada - TED com a Universidade Federal de Goiás, no valor de R\$ 450.000,00, para monitoramento ambiental dos Parques Aquícolas de Serra da Mesa e Cana Brava até dezembro de 2023;
- 5) Sistema SINAU online no ar (V1): depois de 15 anos o processo de solicitação de águas da União para fins de aquicultura passou a ser online, trazendo segurança para o solicitante e a SAP, além de agilidade no processo. Esse sistema foi possível graças a uma parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia na plataforma gov.br.

14. Inovação e Agregação de Valor ao Médio Produtor Rural

Objetivo: implementar inovação e agregação de valor para o médio produtor rural.

Principais entregas (metas):

- i. Projeto de Desenvolvimento da Cadeia Pecuária de Corte Bovina do Médio Produtor Rural;
- ii. Projeto Cadeia do Leite do Médio Produtor Rural; e
- iii. Projeto de ferramentas de agregação de valor de produtos típicos agropecuários do Médio Produtor Rural.

Unidade Responsável: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo –SAF.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020:

A definição da parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER para a execução das atividades de ATER, por meio da assinatura do segundo termo aditivo

entre o MAPA e a ANATER com a previsão de atendimento aos médios produtores rurais. Foi também elaborado o modelo de contrato com os parceiros. Devido à restrição orçamentária da ação de ATER, não foi possível realizar o repasse financeiro para a finalidade desse Programa e o PEC terá que ser revisto. Há uma Solicitação de Mudança no Projeto – SMP em tramitação para diminuição de cadeias atendidas, mantendo-se apenas a cadeia de pecuária de corte.

Portanto, considera-se que o avanço foi a assinatura do termo aditivo que possibilita a ANATER atender aos médios produtores rurais. Entretanto, diante do corte orçamentário, caminha-se para diminuição da cadeia a ser atendida.

15. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira – Inova Embrapa

Objetivo: fortalecer a interação com o setor produtivo e o desempenho do processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Embrapa.

Principais entregas (metas):

- i. no mínimo 100 ativos de inovação qualificados disponíveis para transferência de tecnologia, por ano; e
- ii. no mínimo 300 parcerias estabelecidas com o setor produtivo, até 2023.

Unidade Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Prazo: dezembro de 2023

Principais resultados em 2020:

Priorização de problemas/oportunidades da agropecuária brasileira junto a 1700 stakeholders do setor produtivo; 136 novas parcerias em projetos tipo III (novo modelo de projetos em parceria com setor produtivo) - cerca de R\$ 53mi de orçamento total sendo cerca de 2,5% do total em recursos do sistema Embrapa de Gestão e o restante de parceiros - demonstra o interesse do setor produtivo em investir em conjunto com a Embrapa na busca de soluções para a agropecuária nacional; 317 ativos (cultivares, processos, máquinas, insumos etc.) qualificados e disponíveis para transferência de tecnologia, bem como 47 novos ativos disponíveis no portal da Embrapa (entre soluções tecnológicas + ativos para parcerias). De resultados qualificados disponíveis para TT destacáveis têm-se por exemplo: TambaPlus, BioAS -Tecnologia de Bioanálise de Solo, Cenoura BRS Paranoá, Aplicativo Bioinsumos, Sonda Multiparâmetros para Aquicultura. Foi iniciada qualificação para Carne Carbono Neutro e Plataforma PronaSolos, duas entregas de potencial alto impacto.

16. Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico – Fortaf Amazônia Legal

Objetivo: promover o fortalecimento da Agricultura Familiar e da Sociobiodiversidade na Amazônia Legal, no contexto socioambiental e econômico brasileiro.

Principais entregas (metas):



- i. 13.000 produtores familiares atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, pela Política de Garantia de Preço Mínimo – PGPM-Bio e pelo Programa Vendas em Balcão – ProVB;
- ii. 3.000 agricultores familiares capacitados para acesso aos mercados públicos e privados;
- iii. 20 grupos informais de agricultores familiares formalizados e estruturados; e
- iv. 4 encontros de oportunidades de negócios realizados para Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade.

Unidade Responsável: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Prazo: dezembro de 2022

Principais resultados em 2020:

Foram aplicados cerca de R\$ 85 milhões que possibilitaram melhorar a qualidade de vida de 23.772 dos agricultores familiares atendidos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Programa de Vendas em Balcão (ProVB) e na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Foram realizados dois “Encontros de Oportunidades de Negócios para Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade” que buscam beneficiar organizações destes segmentos, a partir da facilitação do acesso, principalmente, a mercados privados e a mercados institucionais, com consequente geração de renda. Foram capacitados mais de 5 mil agricultores familiares e extrativistas para terem acesso aos Programas executados no Fortaf-AL (ProVB, PGPM-Bio e PAA).

Ressalta-se que, por conta da pandemia do novo Coronavírus, foram disponibilizados mais recursos para o Projeto, o que permitiu superar substancialmente a meta inicialmente prevista, que era aplicar cerca de 13 milhões e atender 13 mil agricultores. De maneira geral, os agricultores receberam valores maiores e participaram mais de uma vez de alguns dos programas do Projeto. Por isso, foram atendidos mais de 23 mil agricultores.



Relação entre PECs e Objetivos Estratégicos

Os PECs são projetos focados nas áreas finalísticas do Ministério e, portanto, quando relacionados com o Mapa Estratégico, contribuem mais para a consecução dos Objetivos Estratégicos – OEs das Perspectivas Resultados para a Sociedade e Resultados para o Público Alvo. Para os OEs das Perspectivas Processos Internos e Infraestrutura e Aprendizagem, estão sendo planejados e executados projetos de menor envergadura, chamados de Projetos Estratégicos das Secretarias – PES.

Outro ponto a ser ressaltado é que a lista abaixo relaciona os PECs que têm mais a ver com cada OE, quando, na prática, os resultados gerados pelos PECs contribuem, direta e indiretamente, para a consecução da maior parte dos OEs constantes no Mapa Estratégico.

1. Plano de Ação para o Nordeste – AgroNordeste:

OE01, OE02, OE03, OE04, OE05, OE06, OE08, OE09, OE10, OE13 e OE16.

2. Programa de Governança Fundiária:

OE01, OE02, OE03, OE04 e OE05.

3. Programa Nacional de Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural em Microbacias Hidrográficas – Águas do Agro:

OE01, OE02, OE03, OE04 e OE13.

4. Programa de Autocontrole:

OE01, OE02, OE03, OE06, OE14 e OE19.

5. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária – ProDefesa:

OE01, OE02, OE03, OE06, OE07, OE08, OE09, OE11, OE12, OE14, OE15, OE19 e OE21.

6. Promover a Ampliação da Produção Florestal Sustentável:

OE01, OE02, OE03, OE04, OE08 e OE09.

7. Promoção da Imagem da Agropecuária Brasileira em Mercados Internacionais:

OE01, OE02, OE03, OE08, OE15 e OE17.

8. Produzir Brasil:

OE01, OE02, OE03, OE04, OE07, OE08, OE09, OE10, OE13, OE15 e OE16.

9. Residência Profissional Agrícola:

OE01, OE02, OE03, OE09, OE10 e OE13.

10. Observatório da Agropecuária Brasileira:

OE01, OE02, OE03, OE07, OE11, OE12 e OE19.

11. Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais:

OE01, OE02, OE03, OE06 e OE14.

12. Programa de Agro Gestão Integrada de Riscos – Programa Agir:

OE01, OE02, OE03, E16 e OE19.

13. Águas da União para Fins de Aquicultura – Águas da União:

OE01, OE02, OE03, OE08, OE09, OE10 e OE19.

14. Inovação e Agregação de Valor ao Médio Produtor Rural:

OE01, OE02, OE03, OE04, OE07, OE08, OE09, OE10, OE12 e OE15.

15. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira – Inova Embrapa:

OE01, OE02, OE03, OE04, OE07 e OE12.

16. Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico – Fortaf Amazônia Legal:

OE01, OE02, OE03, OE04, OE08, OE09, OE10, OE13 e OE15.

Principais resultados das áreas de atuação em 2020

Fora os resultados dos Projetos Estratégicos Corporativos – PECs elencados no item anterior, a seguir será realizada uma apresentação resumida dos principais resultados das áreas de atuação do MAPA em 2020.

Aquicultura e Pesca

A pesca é a atividade comercial praticada ao longo de todo o litoral brasileiro, que se estende por mais de 8.500 km de Costa, apresentando, portanto, elevada importância social e econômica para enorme contingente de trabalhadores nas regiões.

A atividade pesqueira é regida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

De acordo com o a Medida Provisória nº 870, de 1º janeiro de 2019, no Art. 21, III e com o Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por meio da Secretaria da Aquicultura e Pesca tratar da política nacional pesqueira e aquícola, inclusive a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões, dos registros e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca. Além disso, o referido decreto destaca a competência do Ministério em relação à pesquisa, ao cooperativismo e associativismo e as negociações internacionais em aquicultura e na pesca.

Ordenamento da pesca do Caranguejo-uça (Ucides Cordatus)

O caranguejo-uça (Ucides cordatus) é um recurso pesqueiro de elevada importância para a pesca artesanal no norte e nordeste do Brasil. Trata-se de um recurso de alto valor comercial e baixa complexidade de captura, podendo apresentar variação de valor de acordo com o processamento e o local de comercialização.

Publicação da Portaria SAP/MAPA nº 205, de 26 de junho de 2020, e da Portaria SAP nº 318, de 24 de dezembro de 2020

A portaria permite aos pescadores artesanais, que são a grande maioria dos pescadores do Brasil, utilizar o seu protocolo de requerimento de Licença como comprovante para autorização

temporária da atividade pesqueira na categoria de pescador profissional artesanal, para fins de concessão de financiamento ou crédito junto às instituições financeiras.

Instrução Normativa SAP/MAPA nº 19, de 13 de agosto de 2020

Essa Instrução Normativa veio regulamentando o art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que foi alterada pela Lei nº 14.011, de 10 de Junho de 2020, que dispensa de licitação águas da União com a finalidade de aquicultura, dando mais celeridade ao processo.

Ordenamento do Lambari (Astyanax sp)

A publicação da IN SAP/MAPA nº 9, de 2020, ordenou a pesca amadora do Lambari no Rio Timbó, em Santa Catarina. O recurso é de extrema relevância para a movimentação da economia da região no âmbito da atividade turística, garantindo emprego e renda para a população.

Ação junto ao IBAMA para publicação da IN IBAMA nº 01, de 21 de janeiro de 2020

Depois de 11 anos de estudos praticados pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri em parceria com a SAP, foi liberado o cultivo comercial da alga no litoral catarinense. Essa IN foi uma vitória, pois trouxe para os cessionários dos Parques Aquícolas mais uma opção de organismo a ser cultivado.

Cadeia dos Ornamentais

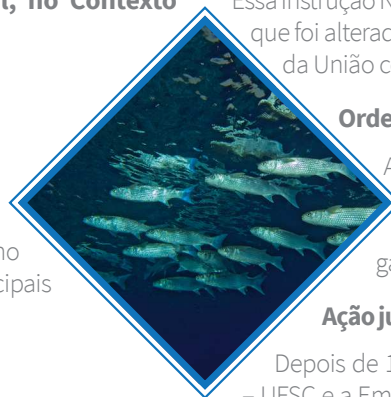
Publicação do Caderno “Diretrizes para Ordenamento de Aquicultura Ornamental”: este caderno foi desenvolvido em parceria com o SEBRAE Nacional a partir do “I Workshop Nacional de Ordenamento da Aquicultura Ornamental” realizado nos dias 11 e 12 de dezembro de 2019. Ele será utilizado para subsidiar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura Ornamental.

Ordenamento da Lagosta vermelha, verde, pintada e sapateiras

Em virtude dos impactos negativos da pandemia do COVID-19 sobre a pesca da lagosta, as exigências para adequação física das embarcações foram suspensas, por meio da IN SAP/ MAPA nº 11, de 2020.

Ordenamento da Piramutaba (Brachyplatystoma vaillantii)

A publicação da IN SAP/MAPA nº 6, de abril de 2020, e da Portaria SAP/MAPA nº 212, de agosto de 2020, foi baseada em critérios científicos e no diálogo com o setor, de maneira a aplicar medidas de gestão para a pesca da Piramutaba. A espécie é um dos principais recursos pesqueiros da Região Norte do país, e essas medidas são uma forma de garantir a sustentabilidade de pescarias.



Ordenamento da Pesca da Tainha no Sudeste e Sul do Brasil

No ano de 2020, foi realizada uma nova avaliação de estoque da espécie que norteou o estabelecimento de cotas de captura e o limite de embarcações a serem permissionadas, regulamentada por meio da Portaria SAP/MAPA nº 7, de abril de 2020. Para o melhor controle das cotas, o SisTainha, foi atualizado e, além disso, foi instituído o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Safra da Tainha de 2020, que produziu um Relatório com recomendações de gestão para a safra de 2021.

Frota de Cerco do Sudeste e Sul do Brasil

Foram publicadas a IN SAP/MAPA nº 14, de abril de 2020, e a Portaria SAP/MAPA nº 226, de 14 de setembro de 2020, que visaram a ampliar a gama de espécies passíveis de captura pela frota de cerco/traineira. As entregas visaram a garantir os rendimentos do setor pesqueiro, promovendo o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva.

Capacitação de produtores

Dentro do tema Capacitação, houve participação direta na coordenação de dois cursos de Capacitação, oferecidos pela Escola Agrícola de Jundiá - EAJ/UFRN dentro do Projeto Novos Caminhos do MEC. Os cursos foram: Produção Comercial de Peixes Ornamentais e Aquicultor; Produção Comercial de Peixes. Nesses cursos, foi capacitado expressivo número de mais de 6.000 alunos de todo o Brasil.

Revisão do ordenamento da pesca ornamental no Brasil

A publicação da IN SAP nº 10, de abril de 2020, inovou ao estabelecer regras de acesso à atividade de pesca ornamental a partir de uma lista negatista, além de definir petrechos e áreas de pesca. Os peixes ornamentais são produtos de extrema relevância na pauta de exportação brasileira do pescado. Desta forma, a medida impacta positivamente toda esta cadeia de produção e tem a aprovação do setor e de cientistas.

Projeto REBYC II LAC

O Projeto tem como principal objetivo promover a redução de fauna acompanhante nas pescarias de arrasto de camarão na América Latina e Caribe, por meio de medidas de gestão participativas, incluindo pescadores e cientistas. O REBYC II-LAC envolve, além do Brasil, cinco países: Colômbia, Costa Rica, México, Suriname e Trindade e Tobago.

Publicação da Portaria SAP nº 221, de 15 de setembro de 2020, e da Portaria SAP nº 318, de 24 de dezembro de 2020

A portaria valida os protocolos de solicitação de Licença de Pescador Profissional Industrial como documentos para o exercício da atividade pesqueira, promovendo a regularização da atividade de pesca e garantindo a possibilidade de emprego junto às empresas pesqueiras.

Manejo do Pirarucu (*Arapaima gigas*)

Foi implementado o Programa “Desenvolvimento da pesca manejada sustentável do pirarucu na Amazônia”, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional.

Publicação da Portaria SAP nº 135, de 14 de maio de 2020

Divulga a relação dos agentes validadores credenciados no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira e que poderão auxiliar nos trabalhos de recepção e validação de documentos referentes ao Registro Geral da Atividade Pesqueira, oferecendo aos usuários opções de locais para validação de documentação em diversos municípios, tomando o trabalho célere e reduzindo custos de deslocamento até as sedes das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Publicação da Portaria SAP nº 248, de 16 de outubro de 2020

Disponibiliza as vagas remanescentes para a modalidade de permissionamento de pesca de sombra ou cardume associado para as Regiões Norte e Nordeste – N/NE e Sudeste e Sul – SE/S do país, promovendo o exercício regular da atividade pesqueira e garantindo mais uma opção de trabalho e renda aos pescadores profissionais.

Pesca Amadora/Esportiva

Nos dias 10 e 11 de novembro 2020 ocorreu, no Canal Enagro no Youtube, o Workshop da Pesca Amadora/Esportiva organizado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA. O evento teve como objetivo principal realizar uma ampla discussão acerca do panorama atual da pesca esportiva no país, buscando ao final, promover a revisão da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 09, de 13 de junho de 2012, que estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional. Participaram do evento mais de 500 profissionais entre técnicos, pesquisadores e representantes do setor pesqueiro.

Revisão de classificação de risco da Tilapicultura para acesso a crédito

A Redução da classificação de risco do cultivo de tilápia no Banco do Brasil em Goiás, da classe D para classe B, aumentou a possibilidade de acesso a crédito ao produtor rural.

Revisão da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10/2011, que dispõe sobre o Sistema de Permissionamento de embarcações de pesca

Foi realizada uma consulta pública para receber sugestões à norma e, a partir disso, realizou-se um evento que reuniu representantes do setor pesqueiro, ONG's e cientistas para discutir as contribuições da consulta pública. A normativa estabelece as modalidades de pesca nacional, trazendo segurança jurídica para o setor pesqueiro que trabalha de forma embarcada.



Processo seletivo temporada da Tainha

Processo de habilitação e credenciamento de embarcações pesqueiras para atuarem na captura de Tainha (Mugil liza) na Safra de 2020; Em 2020, a SAP concedeu autorização de pesca para 10 embarcações na modalidade cerco/traineira e 130 para modalidade emalhe anilhado, garantindo a regularização da atividade de pesca e a manutenção de emprego e renda para o setor pesqueiro.

Desenvolvimento de sistemas de Mapa de bordo digitais (SISMBD)

Em 2020, já foram publicados os seguintes módulos para utilização: Armadilha, Cerco Sardinha, Cardume Associado, Iscador Automático, Espinhel N/NE, Vara e isca-viva.

Emissão de Certificados de Acreditação de Origem Legal – CAOL

Exportação de produtos pesqueiros e produtos de origem de Atum e afins para países do Mercosul. Em 2020, foram emitidos 229 certificados para uma produção total declarada de 10.970.158,45kg entre 7 empresas e também foram emitidos 349 Certificados de Acreditação de Origem Legal para exportação de produtos pesqueiros para países do Mercosul e a produção declarada foi de aproximadamente 840 toneladas.

Publicação da Portaria SAP nº 157, de 4 junho de 2020

Estabelece em caráter excepcional os procedimentos para protocolos de pedidos de renovação de registro de embarcação de pesca e entregas de mapas de bordo em decorrência da Pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19).

Ordenamento da pesca Manjuba perna-de-moça e leitosa ou branca

A publicação da Portaria SAP/MAPA nº 23, de novembro de 2020, que dispõe sobre o ordenamento da pesca de manjuba, no rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, foi baseada em critérios científicos e no diálogo com pescadores e seus representantes. As espécies são importantes recursos comerciais no Estado do Rio de Janeiro, especialmente nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Fidélis, região Norte Fluminense. Vale lembrar que esta foi uma demanda e mudança esperada pelos pescadores do rio Paraíba do Sul desde 2014.

Carcinicultura

Parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR para Execução do Diagnóstico e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Carcinicultura Brasileira, visando o desenvolvimento e ordenamento da atividade de carcinicultura, no que diz respeito à produção, oferta de crédito, infraestrutura, inovação, formação profissional e comercialização. Promoção da Rotas do Pescado – Carcinicultura Nacional.

Publicação da Portaria nº 263, de 29 de outubro de 2020

Determina a suspensão de 31.903 Licenças de Pescador Profissional Artesanal, fruto do trabalho de Auditoria nos registros de pescador profissional inscritos no Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira - SisRGP com redução das fraudes e moralização da atividade pesqueira.

Desenvolvimento do novo sistema de solicitação e emissão da Licença de Pescador Amador

Em junho de 2020, a SAP lançou o novo Sistema de solicitação e emissão da Licença de Pescador Amador/Esportivo, moderno, integrado e intuitivo. A digitalização do serviço possibilitou vários benefícios aos pescadores amadores, como agilidade no pagamento da taxa e liberação da carteirinha definitiva de forma mais rápida. A carteirinha possui QRCode, o que facilita a fiscalização

Criação de painéis interativos (infográficos) de análise de informações pertencente ao atual SISRGP e PREPS

Os infográficos possibilitaram o levantamento das embarcações pesqueiras autorizadas pela SAP apresentando quantitativos de embarcações por nº frota, UF, tamanho, arqueação bruta, status do registro, validade da autorização, área de operação e situação no PREPS.

Novo sistema de solicitação e emissão de Certificados de Competição de Pesca Amadora

Em junho de 2020, a SAP lançou o novo sistema para solicitação e emissão do Certificado de Registro na categoria de Organizador de Competição de Pesca Amadora, o que tornou o processo mais fácil, rápido e seguro. Mais uma ação em busca da transformação digital desburocratização e celeridade dos serviços prestados pela SAP.

Instrução Normativa SAP nº 17, de 10 de junho de 2020

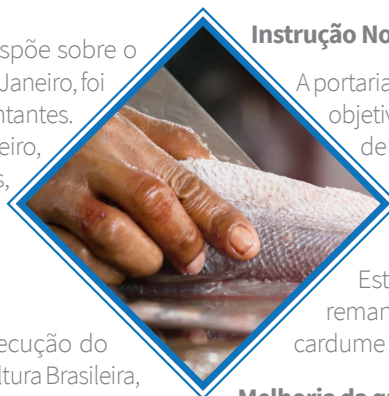
A portaria disponibilizou para consulta pública a proposta de Instrução Normativa com o objetivo de estabelecer normas e procedimentos para a importação e nacionalização de embarcações estrangeiras de pesca. Mais uma ação da SAP para a promoção do avanço tecnológico e para a renovação da frota nacional.

Portaria SAP/MAPA nº 248, de 16 de outubro de 2020

Estabelece critérios e procedimentos para a disponibilização das vagas remanescentes para a modalidade de permissionamento de pesca de sombra ou cardume associado.

Melhoria da qualidade do pescado brasileiro para o Mercado Nacional e Internacional

Foi publicada a Portaria SAP/MAPA nº 310, de 24 de dezembro de 2020, que estabelece os critérios higiênico-sanitários de embarcações pesqueiras de produção primária destinada ao processamento industrial. A medida permite a produção de um pescado mais seguro sob o



ponto de vista sanitário visando a sua exportação.

Ordenamento da sardinha-verdadeira, da sardinha-laje e SisLatinha

A pesca de sardinha-verdadeira é uma das principais do Brasil, abastecendo a indústria nacional. A Secretaria trabalhou na revisão do período de defeso da espécie, publicando a IN SAP/MAPA nº 18, de 2020, a partir de recomendações científicas. Ademais, para a avaliação da medida de gestão aplicada foi criado o SisLatinha, um sistema informatizado para o reporte de informações sobre o recebimento de sardinha-verdadeira e sardinha-laje nas indústrias pesqueiras.

Assuntos Fundiários

O tema de assuntos fundiários é conduzido, dentro no MAPA, pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF. A SEAF busca promover o acesso à propriedade da terra, condicionada ao cumprimento de sua função social, garantindo segurança jurídica e atua, dentre outras frentes, na revisão e edição de atos normativos que regulamentam a questão fundiária.

Publicação da Portaria Conjunta nº 1, de 02 de dezembro de 2020.

A Portaria Conjunta nº 1/2020 instituiu o Programa Titula Brasil, que tem como objetivo aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de titulação e regularização fundiária das áreas rurais sob domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. O Programa Titula Brasil originou-se por meio de estudos realizados pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF/MAPA que verificaram:

- a) a necessidade de a política pública de regularização fundiária em assentamentos de reforma agrária e em terras públicas federais rurais estar mais próxima do cidadão que dela necessita;
- b) a necessidade de aumentar a capacidade operacional do Incra;
- c) o interesse do poder público municipal em firmar parcerias como Incra na temática fundiária; e
- d) a previsão legal deste tipo de parceria de interesse mútuo.

O Programa será executado diretamente pelos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRF, compostos por recursos humanos das prefeituras municipais, capacitados e coordenados pelo Incra.

Formulação e Contratação do Curso de Regularização Fundiária em Terras Públicas Federais e em Assentamentos de Reforma Agrária.

No exercício de 2020, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários elaborou o conteúdo de dois cursos que serão disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem da Escola Nacional da Agricultura - Enagro.

Os cursos intitulados “Regularização Fundiária em Terras Públicas Federais” e “Regularização

Fundiária em Assentamentos de Reforma Agrária” foram divididos nos módulos “Conceitos Básicos” e “Operacionalização”.

Os módulos “Conceitos Básicos” têm como público alvo a sociedade em geral, enquanto os módulos “Operacionalização” atenderão aos servidores do Incra ou de órgãos parceiros que trabalham diretamente na temática dos cursos, sobretudo as prefeituras municipais que aderirem ao Programa Titula Brasil. Os cursos foram contratados no ano de 2020.

Consulta de 15 milhões de hectares de terras públicas federais rurais no âmbito da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais.

A Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais é coordenada pela SEAF/MAPA e composta por membros do Serviço Florestal Brasileiro; da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia; do Ministério do Meio Ambiente; do Incra; do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; e da Fundação Nacional do Índio - Funai.

Instituída com as finalidades de atuar, de maneira articulada, na gestão do patrimônio público e convergir ações de destinação e promoção de políticas públicas, a consulta das glebas públicas federais no âmbito da Câmara Técnica é requisito para destinação destas à regularização fundiária, o que assegura o prevalecimento do interesse público sobre o privado.

No ano de 2020, a Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais analisou 368 glebas, integral ou parcialmente, o que totalizou uma área de 15.050.872 (quinze milhões, cinquenta mil, oitocentos e setenta e dois) de hectares.

Celebração de dois Termos de Execução Descentralizada com o Incra, no valor de R\$ 8.427.033,00 (oito milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e trinta e três reais)

- **Termo de Execução Descentralizada nº 01/2020.**

Com valor total de R\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil reais) e vigência de 20 meses, o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 01/2020, celebrado entre a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU no dia 07 de dezembro de 2020.

O referido TED tem como objeto: fortalecer as ações de regularização fundiária das ocupações em glebas federais, dos imóveis do Incra ou da União dentro da Amazônia Legal, enquadrados pela Lei nº 11.952/2009, por meio da instrução de 19.000 (dezenove mil) processos desde a sua inserção nos sistemas informatizados SEI e SIGEF-Titulação até a manifestação técnica conclusiva.



• **Termo de Execução Descentralizada nº 02/2020.**

Com valor total de R\$ 2.727.033,00 (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil e trinta e três reais) e vigência de 20 meses, o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 02/2020, celebrado entre a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foi publicado no DOU no dia 18 de dezembro de 2020.

O TED supracitado tem como objeto: promover a regularização fundiária nos municípios sergipanos de Indiaroba, Carira e Riachão do Dantas, por meio do georreferenciamento de 6.875 imóveis, que podem compreender glebas públicas, áreas urbanas consolidadas, áreas de expansão urbana, ocupações territoriais rurais, imóveis rurais registrados, imóveis rurais titulados e não registrados, projetos de assentamentos rurais e suas parcelas internas e outras áreas sob gestão de órgãos públicos, e titulação de 2.627 posses.

Grupo de Trabalho da Portaria nº 162/2019.

A Secretaria Especial de Assuntos Fundiários participou do Grupo de Trabalho da Portaria MAPA nº 162, finalizado em 2020, que teve como objetivo contribuir com o estudo e a apresentação de propostas para unificação de centros de processamento de dados dos órgãos e entidades do MAPA, assim como com a reorganização da coleta de dados e informações cadastrais de produtores, possuidores de imóveis rurais e de estabelecimentos agropecuários. Teve como resultado a elaboração de Relatório Final que objetiva a entrega dos trabalhos desenvolvidos, centrados em propostas de integração de plataformas, sistemas e bancos de dados, além da inclusão de soluções integradas em uma única interface. No exercício de 2020, foi entregue o Projeto Básico, contendo informações sobre os sistemas e dados criados, integrados e compartilhados, bem como os benefícios provenientes do compartilhamento de dados em relação ao procedimento atual.

Participação no Grupo de Trabalho do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (GT13/CDPEB).

A SEAF participou, como representante do MAPA, no Grupo de Trabalho Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (GT13/CDPEB), com atribuição para planejar a implementação de políticas públicas e estabelecer o plano de consolidação Centro Espacial de Alcântara em área a ser afetada ao Comando da Aeronáutica, no município de Alcântara, no Maranhão, e propor a inclusão das necessidades de recursos para essa finalidade no Plano Plurianual da União do período compreendido entre 2020 e 2023 (GT-13), cuja última reunião do GT ocorreu em 17 de julho de 2020, por videoconferência. Da mesma forma, o Secretário Especial foi indicado como representante do MAPA na 8ª Reunião Plenária do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro – CDPEB, em substituição à Ministra, com a finalidade de aprovação do referido relatório, que, remarcada para o dia 30/09/2020, aprovou por unanimidade o documento.

Painéis de Business Intelligence com Dados da Regularização Fundiária.

Elaboração de ferramentas de Business Intelligence junto à CGTI/MAPA, para otimizar a extração de informações dos dados pertinentes à regularização fundiária, a fim de utilizá-las na criação de políticas públicas, possibilitando a criação de Painéis de Monitoramento das atividades fundiárias na esfera federal, bem como supervisionar as ações e diretrizes sobre políticas de colonização e reforma agrária, regularização fundiária, além do apoio ao MAPA na supervisão direta do Incra. Este projeto encontra-se em desenvolvimento, com perspectiva de entrega para este ano.

Participação da SEAF/MAPA no Grupo de Trabalho Interministerial Criado para Elaboração do Plano de Enfrentamento e Monitoramento da Covid-19 para Povos Indígenas Brasileiros.

Participação no Grupo de Trabalho elaborado conforme determinação cautelar no âmbito da ADPF 709, de relatoria do Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso. Foi concluído relatório consolidado das atividades do referido Grupo de Trabalho.

Política Agrícola

A Secretaria de Política Agrícola - SPA é, no âmbito do MAPA, a unidade responsável por formular as políticas agrícolas e as de segurança alimentar a serem desenvolvidas pelo governo federal e, ainda, por avaliar os resultados das políticas econômicas adotadas pelo Ministério para o setor.

A principal medida capitaneada pela Secretaria de Política Agrícola em 2020, do ponto de vista macroeconômico, foi a aprovação da Lei nº 13.986, de 07 de abril de 2020 (Lei do Agro), com o objetivo de facilitar a captação e a alocação de recursos privados, sobretudo do mercado de capitais, no financiamento do agronegócio, e, ainda, o desenvolvimento das finanças verdes na agropecuária. Além disso, o normativo também contribuiu para o aprimoramento da concessão de crédito rural.

Em 01 de julho de 2020, com o lançamento do **Plano Safra 2020/2021**, as principais medidas de apoio ao produtor rural e suas cooperativas foram:

- R\$ 236,3 bilhões em recursos para o crédito rural e melhores condições de financiamento, dos quais R\$ 56,9 bilhões foram alocados para investimentos;
- Fortalecimento do apoio prioritário aos pequenos e médios produtores rurais e aos programas de investimento destinados à produção em sistemas ambientalmente sustentáveis, com destaque para o Programa de Mitigação dos Gases de Efeito Estufa, Programa ABC;
- Aos pequenos produtores, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e aos médios produtores, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), foram ampliadas as disponibilidades de



recursos. São R\$ 33 bilhões para cada segmento, asseguradas melhores condições de financiamento, inclusive para construção ou reforma das moradias dos agricultores familiares no meio rural;

- Melhoria do acesso e da abrangência do crédito rural por meio da introdução da possibilidade de financiamento para a aquisição de equipamentos de monitoramento, de estações meteorológicas e de cotas de reserva ambiental, bem como para a comercialização de produtos do setor pesqueiro e aquícola;
- O MAPA disponibilizou o dobro do volume de recursos para a subvenção ao prêmio do seguro rural em 2020, passando de R\$ 440 milhões em 2019 para R\$ 880,9 milhões, o que permitirá a cobertura securitária de uma área de em torno de 13,9 milhões de hectares;
- Disponibilização de R\$ 50 milhões de recursos exclusivos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para apoiar a contratação de apólices de seguro rural de produtores das Regiões Norte e Nordeste;
- Projeto piloto com recursos garantidos de R\$ 50 milhões para grãos e frutas com subvenção diferenciada do seguro rural para apoiar produtores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Criação do aplicativo Programa de Seguro Rural – PSR, para melhorar o acesso ao seguro rural e disseminar a cultura de gestão de riscos agropecuários com informações qualificadas aos produtores sobre o funcionamento do programa e simulações de contratação de apólices nas seguradoras habilitadas no PSR;
- Lançamento do Projeto Monitor do Seguro Rural, ações permanentes de avaliação e aprimoramento dos produtos e serviços ofertados pelas seguradoras. Realizado junto a entidades representativas (produtor/cooperativas) para identificar e solucionar problemas.



Além disso, foram adotadas medidas mitigadoras dos efeitos da pandemia de Covid-19, abrangendo a renegociação de dívidas rurais e a criação de linhas especiais de crédito para os pequenos e médios produtores rurais, no âmbito do Pronaf e do Pronamp. Também foram aprovadas medidas similares para amenizar os danos ocasionados pela estiagem, na Região Sul; e pelo Ciclone Bomba, em Santa Catarina. Ademais, outra medida relacionada à pandemia foi a autorização do MAPA, no mês de abril de 2020, da antecipação do pagamento do benefício Garantia-Safra a 120.267 beneficiários do Programa, permitindo a disponibilização de R\$ 73,3 milhões em benefício somente naquele mês. A medida se estendeu nos meses subsequentes, a exemplo do mês de junho, em que foi autorizado o benefício para 82.677 agricultores, totalizando um montante de, aproximadamente, R\$ 70 milhões; e, no mês de julho/2020, para 60.170 agricultores, totalizando quase R\$ 51 milhões. O pagamento antecipado do benefício permanecerá durante todo o período em que o estado de calamidade pública estiver instalado.

Não obstante a crise gerada pela pandemia de Covid-19 e outras adversidades climáticas, no período de julho a outubro de 2020, o valor das contratações de crédito rural aumentou 21%,

com R\$ 92,6 bilhões contratados para o setor, dos quais R\$ 26,4 bilhões foram destinados às atividades agropecuárias realizadas em sistemas ambientalmente sustentáveis, à inovação tecnológica nas propriedades rurais, à irrigação e produção em ambiente protegido, e à construção e ampliação de armazéns. Além disso, no ano de 2020, foram subvencionados mais de 105 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para uma área de 13,7 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 45,8 bilhões.

5. Outras importantes ações no âmbito da política agrícola de gestão de riscos são:

- Estabelecimento de normativas para fomentar a capacitação técnica da rede de peritos agrícolas que trabalham no seguro rural no âmbito do PSR, visando a melhorar a qualidade dos serviços de vistorias de perdas nas lavouras na ocorrência de adversidades climáticas;
- Convênio do MAPA e Embrapa com o Banco Central visando a financiar os estudos e as pesquisas do Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático, com o objetivo de ampliar as culturas e sistemas de produção com zoneamento no país e modernizar as metodologias e informações de indicação de períodos de plantio mais adequados. O objetivo é minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos. Em 2020, foram objeto de revisão do ZARC 15 culturas e sistemas de produção;
- A Comissão Especial de Recursos do PROAGRO passou por uma força tarefa para digitalizar e tornar eletrônicas todas as fases de análise de recursos dos produtores rurais. Como resultado, houve aumento no número de processos julgados, que foi de 1.052 em 2018 e passará para 2.500 processos julgados em 2020, aumento de mais de 137% com o novo sistema de trabalho virtual, reduzindo o tempo de análise e julgamento dos processos de 2 anos para 9 meses no ano de 2020;
- Alteração das regras do Garantia-Safra para verificação das perdas por seca nos municípios em 2020, cuja nova metodologia foi utilizada apenas para os municípios nos quais a colheita acontece no período de estado de calamidade devido ao novo Coronavírus. A análise da verificação de perdas do Garantia-Safra, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19), impõe dificuldades de mobilidade de técnicos nos estados para realizar a avaliação da produção presencial nas propriedades. Diante disso, com essa ação do MAPA, não serão exigidos os laudos amostrais das visitas in loco de técnicos. Ainda, o pagamento dos benefícios foi realizado em apenas uma parcela de R\$ 850,00, no lugar de 5 parcelas;
- Agricultores familiares beneficiários do Garantia-Safra podem consultar dados das inscrições de forma *online*. O agricultor pode obter informações referentes ao cadastro, pagamento, bloqueios do benefício pelo Sistema de Gerenciamento do Garantia-Safra e saber se o benefício foi disponibilizado, verificar se o cadastro está correto, corrigir dados do Número de Identificação Social (NIS) e, eventualmente, o motivo do bloqueio do benefício, sem ter que se deslocar ao agente municipal;
- Com o objetivo de facilitar, simplificar e agilizar o envio e a análise dos requerimentos de defesas dos beneficiários que tiveram o benefício bloqueado no Programa Garantia-Safra, o MAPA, em parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia,

disponibilizou o serviço “Solicitar Requerimento de Defesa após Bloqueio do Benefício Garantia-Safra”, na plataforma Gov.br. O serviço é destinado aos agricultores familiares aderidos ao Programa Garantia-Safra que tiveram a concessão do benefício bloqueada, em função da identificação de indícios de não enquadramento dos critérios de elegibilidade na inscrição.

Agricultura Familiar e Cooperativismo

A agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquícultores, extrativistas e pescadores; a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, normalmente, seu local de trabalho e moradia.

A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, que muitas vezes alia a produção para abastecimento do mercado nacional com a produção para consumo próprio da família.

Em 2020, a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF dispôs de R\$120,4 milhões de orçamento próprio, tendo aplicado R\$119,9 milhões (99,6% de execução orçamentária). Desse valor, R\$26,95 milhões foram aplicados em serviços de ATER por meio de repasses à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -Anater.

Além desse recurso, a SAF também é responsável pela execução dos recursos aportados no Fundo de Terras, que financia o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Em 2020, o valor disponível foi de R\$169 milhões, executados na sua totalidade. Abaixo, destacam-se as principais ações implementadas em 2020 com foco no fortalecimento da Agricultura Familiar.

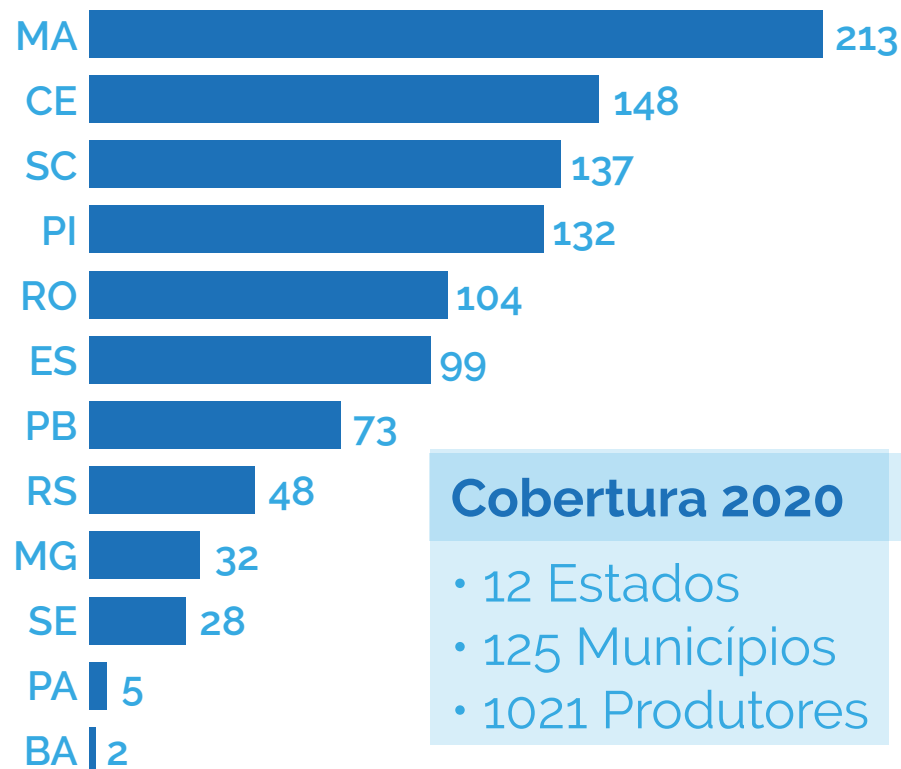
Terra Brasil

O Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário - tem como objetivo principal contribuir para a redução da pobreza rural, mediante o acesso à terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria

da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores e agricultoras familiares. Busca também contribuir para a redução das desigualdades sociais, de gênero, geração, raça e etnia, promovendo a inclusão social no meio rural. Em 2020 foram realizadas 1.021 contratações, o que representa uma estimativa de recursos financeiros oriundos do Fundo de Terras e Reforma Agrária em torno de R\$96 milhões somente para novos contratos. Houve uma taxa de crescimento do programa de 39,2% no comparativo de 2020/2019.

Gráfico 3. Agricultores contratados em 2020 por UF.

AGRICULTORES CONTRATADOS EM 2020, POR ESTADO



Bioeconomia

Em 2020, o MAPA lançou diversos programas para aprimorar suas ações frente à agropecuária brasileira, levando em consideração a sustentabilidade ambiental e a produtividade. Nesse sentido, foi lançado em julho de 2020 o Programa Fortalece Sociobio na Plataforma Mais Brasil, para a seleção de projetos de Consórcios Públicos das Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, que tenham por finalidade o fortalecimento da sociobiodiversidade, envolvendo pequenos e médios produtores rurais, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, no contexto do Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade. Para a execução do Programa já foram celebrados convênios nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro e investidos mais de R\$4.375.000.

O Programa Bioinsumos também foi lançado em 2020, incentivando que a academia, produtores rurais e a indústria contribuam nas estratégias de diversificação dos mecanismos de controle

de pragas e doenças no agronegócio.

Nesse mesmo sentido, foi lançado no Plano Safra 2020/21 a nova Linha de Crédito PRONAF Bioeconomia. O crédito será destinado ao financiamento de custeio e investimento em Sistemas de Exploração Extrativistas, de produtos da sociobiodiversidade, incluindo plantas medicinais, aromáticas e condimentares, produtos artesanais e turismo rural, e sistemas de geração de energia a partir de fontes renováveis (solar, eólica, biodigestão, hidráulica) e de sustentabilidade ambiental.

Acesso a Mercados

Foi realizada articulação junto ao Ministério da Economia para a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania para execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no valor de R\$ 500 milhões (quinhentos milhões de reais), por meio da Medida Provisória nº 957, que favoreceu o público da Agricultura Familiar principalmente diante das adversidades decorrentes da pandemia.

Ainda nesse sentido, também foram realizadas articulações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE por meio de grupo técnico de trabalho para abordar a questão da suspensão das aulas devido à pandemia ocasionada pelo Covid-19, a continuidade das aquisições de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e a distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade. Tal atividade resultou na publicação da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, e na Resolução CD/FNDE nº 02, de 9 de abril de 2020, que regulamentam a distribuição de gêneros alimentícios às famílias dos alunos da rede pública de ensino, durante a pandemia ocasionada pelo Covid-19, no âmbito do PNAE. A publicação da Resolução resultou na edição conjunta de cartilha orientativa disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus/documentos/cartilha-orientacoes-para-a-execucao-do-pnae>.

Outra importante conquista para o Ministério em relação à abertura de mercados para a Agricultura Familiar foi a migração da coordenação da modalidade Compra Institucional do PAA para o MAPA, em substituição ao Ministério da Cidadania, após tratativas no âmbito da reunião do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPAA.

Cooperativismo

Por meio do Projeto Mais Gestão, realizado em parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, foram assistidos 1.164 empreendimentos (associações e cooperativas), em todo o território nacional, com o objetivo de qualificar suas práticas gerenciais e ampliar acesso aos mercados públicos e privados. Dentre os temas trabalhados, estão: governança organizacional; gestão de pessoas; gestão econômica e financeira; gestão da produção e processos; gestão comercial e gestão socioambiental. Atualmente, o projeto é desenvolvido por 782 agentes de ATER, que passaram por capacitações em metodologias participativas e políticas públicas para a agricultura familiar.

O Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável – PMVCS, desenvolvido em parceria com a Cooperação Técnica Alemã – GIZ, promoveu o fortalecimento de agricultores familiares, associações e cooperativas, contribuindo para a otimização da gestão dos empreendimentos da agricultura familiar e acesso a mercados de produtos da Amazônia brasileira, como açaí, castanha, entre outros. O projeto trabalhou os elos das principais cadeias de valor da sociobiodiversidade e beneficiou empreendimentos dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá e Pará. Ao todo foram 120 instituições capacitadas contribuindo para a geração de renda e formação de novas lideranças, com o engajamento de jovens e mulheres que participam ativamente de todo o processo produtivo.

No âmbito do PMVCS, foi desenvolvido o Programa CAPGESTÃO Amazônia com o objetivo de desenvolver capacidades de gestão e assistência técnica e extensão rural em empreendimentos da agricultura familiar por meio de formação continuada, totalizando 10 meses de curso. Foram beneficiados pelo CAPGESTÃO: 46 municípios; 69 empreendimentos; 4952 famílias; 59 instituições de ATER; 121 participantes.

Visando a fortalecer o sistema cooperativista e o associativismo rural da agricultura familiar, o Ministério celebrou parceria com a Universidade Federal de Viçosa - UFV para realizar cursos de capacitação e treinamentos com lideranças, técnicos e agricultores familiares de associações e cooperativas. Os cursos, com duração de 20 horas cada, abordam temas relevantes para o bom funcionamento dos empreendimentos, tais como: gestão de empreendimentos coletivos e mercados; governança participativa, redes de sociabilidade e meio ambiente; contabilidade e finanças e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e suas organizações. Até o momento, a Universidade já capacitou 477 pessoas, nos nove Estados da Região Nordeste e na região semiárida dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em função da pandemia sanitária, os cursos passarão a ser oferecidos no ambiente virtual de aprendizagem da Universidade, permitindo assim a ampliação do público beneficiário para 2.000 capacitados.

Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação

O MAPA, por intermédio da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI), é responsável por formular políticas públicas para a inovação e o desenvolvimento rural e promover a sua integração com outras políticas públicas.

Com intuito de possibilitar a melhoria do ambiente brasileiro de inovação para a agropecuária e fomentar o setor, a SDI, por meio do aperfeiçoamento e da simplificação de mecanismos regulatórios, de financiamentos e investimentos, busca 4 grandes eixos estratégicos: sustentabilidade, desenvolvimento de cadeias produtivas, agricultura digital e bioeconomia.

Quanto à Diretriz de Sustentabilidade, a SDI desenvolve ações para promover a agricultura de baixa emissão de gases de efeito estufa (Plano ABC); manejo e conservação do solo (Programa PronaSolos); conservação da água em microbacias (Plano Águas do Agro); a irrigação e o uso



racional da água, Agrometeorologia, Previsões Climáticas e Meteorológicas (por meio do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET); e adaptação e mitigação dos impactos causados por mudanças climáticas.

Quanto à Diretriz de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, a SDI desenvolveu inúmeras ações para agregar valor às cadeias produtivas diversas, inclusive para o cacau (por intermédio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira); por meio de indicação geográfica; denominação de origem; emissão de selos e certificações; produção integrada; e boas práticas agropecuárias, com intuito de propiciar desenvolvimento regional.

Com relação à Diretriz de Agricultura Digital, ante a rápida transformação digital promovida no campo recentemente, a SDI realizou relevantes avanços em conectividade no campo, agricultura de precisão, adoção de novas tecnologias na agropecuária, incentivo à criação de polos tecnológicos e de start-ups em inovação agrícola.

Para a Diretriz de Bioeconomia, a SDI apoiou várias ações de pesquisa e inovação tecnológica associada à biologia avançada (Biotecnologia, Nanotecnologia, Edição Gênica etc.); realizou ações de promoção de bioinsumos (por meio do Programa Nacional de Bioinsumos); recursos genéticos e naturais; e bioenergia.

Quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, buscou-se uma Gestão Orçamentária Integrada, com orientações integradas da estrutura de execução orçamentária e financeira da CEPLAC e INMET à SDI. Nesse contexto, criou-se o acompanhamento das despesas, contratos administrativos e do corpo técnico, aglutinando os orçamentos da CEPLAC e sua execução financeira realizado em 2020 e com previsão de incorporação do INMET nessa vertente de atuação.

Dessa forma, ficou aglutinado o orçamento de três Unidades Gestoras (UG): 420013, 130010 e 130011, com execução detalhada abaixo:

Tabela 4. Orçamento CEPLAC, INMET E SDI

UG's	DOTAÇÃO	EMPENHADO	Não executado
130010 - CEPLAC	14.237.619	14.166.495	71.124
130011 - INMET	30.598.987	29.949.158	649.829
420013 - SDI	17.796.636	15.071.149	2.725.487
TOTAL	62.633.242	59.186.801	3.446.441

Plano ABC

No ano de 2020, foi realizado o balanço de 10 anos do Plano ABC (2010-2020) e elaboradas as novas diretrizes para a década futura. Mais de 40 milhões de hectares em todo o país já adotaram tecnologias previstas do plano como integração lavoura-pecuária-floresta, sistema plantio direto e fixação biológica de nitrogênio. O volume de financiamento para uma agricultura sustentável ultrapassa R\$ 20,8 bilhões e já são mais de 26,8 milhões de hectares de pastagens degradadas recuperadas.

Também foi recriada a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de

uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – CENABC (Decreto nº 10.431/2020) e publicadas as Coletâneas de fatores de emissão e remoção de gases de efeito estufa da pecuária e agricultura brasileira Revisão do Plano ABC

Programa Nacional de Solos do Brasil (PronaSolos)

Visando a contribuir para o aumento da competitividade, lucratividade e sustentabilidade das lavouras brasileiras por meio do melhor uso e conservação de solos, está em andamento o Programa Nacional de Solos do Brasil (PronaSolos). Com o objetivo principal de suprir a carência por informações de solos no Brasil por meio de levantamentos de solos e interpretações de uso em escalas iguais ou mais detalhadas que 1:100.000.

Em 2020 foi lançada a Plataforma Tecnológica do PronaSolos, a qual propõe estabelecer uma base de dados integrada, o Portal PronaSolos, onde estão consolidadas todas as informações sobre solos do país geradas até o momento e as futuras a serem realizadas, de todas as instituições, empresas públicas, universidades, entidades estaduais de pesquisa etc.

Diagnóstico de áreas de pastagens degradadas e pastagens recuperadas no território brasileiro

A SDI, por meio da parceria com o Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás (Lapig/UFG), avaliou o grau de degradação das áreas de pastagens no Brasil no período de influência do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) e verificou expressiva redução no número de propriedades com áreas de pastagens com degradação severa e moderada entre 2010 e 2018.

Foram identificados 26,8 milhões de hectares recuperados, sendo que a meta do Plano ABC era de 15 milhões.

Regulamentação da Lei que instituiu a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Elaboração de minuta de Decreto para a regulamentação da Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013, que instituiu a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, bem como elaboração do “Programa Nacional de Integração Lavoura-Pecuária e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (Integra Brasil)”.

Sistema Plantio Direto

Elaboração e aprovação de projeto com recursos na ordem de 600 mil Euros pelo fundo Euroclima+ para “Sistema Plantio Direto: Base para Agricultura Sustentável”, em parceria com a Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação (FEBRAPDP), tendo como base diagnóstico da Matéria Orgânica do Solo e Serviços Ecosistêmicos, Índice de Qualidade Participativo do SPD (IQP) e Indicadores de qualidade do solo em SPD para os biomas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa.



Antecipação Meteorológica e Climatológica

Modernização da estrutura computacional do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET/SDI) para ampliar a previsão meteorológica e climatológica para 6 meses, em todo território nacional.

Banco Nacional de Dados Meteorológicos (BNDMET)

Lançado o BNDMET, uma plataforma única com todas as informações disponíveis sobre a meteorologia brasileira, por meio de uma parceria entre o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET/SDI) e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

Por meio do BNDMET é possível acessar informações atualizadas e precisas que poderão ser consultadas a qualquer momento, e de qualquer local, sobre as condições meteorológicas atuais ou a partir de qualquer data sugerida na pesquisa de dados disponível, sendo uma demanda crescente dos tomadores de decisão e da comunidade científica, dos produtores rurais e da sociedade em geral.

Promoção do registro de Indicação Geográfica (IG)

Em 2020 foram registradas as seguintes Indicações Geográficas: “Campos de Cima da Serra” para queijo artesanal serrano; “Novo Remanso” para abacaxi; “Terra Indígena Andirá-Marau” para guaraná; “Campo das Vertentes” para café; “Matas de Minas” para café. Foram protocolizados, ainda, os seguintes registros: “Matas de Rondônia” para café; “Mamirauá” para pirarucu manejado; “Planalto Sul Brasileiro” para mel de melato da Bracatinga; “Montanha” para carne de sol; “Planalto Norte Catarinense” para erva-mate; “Região de Garça” para café; “Região de Tanguá” para laranja.

Irrigação

Articulação para aprimorar as políticas creditícias e securitárias para agricultura irrigada; articulação e produção de propostas para alteração e aprimoramento das normativas técnicas das políticas de recursos hídricos e de meio ambiente para irrigação; apoio financeiro e institucional para pesquisa e direcionadas para manejo de água para agricultura irrigada.

O Lançamento do Programa de Fomento à Agricultura Irrigada do Nordeste (Profinor), tem o intuito de possibilitar o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo através do aumento da área da agricultura irrigada, por meio do fornecimento de crédito para que produtores rurais possam instalar ou trocar equipamentos de irrigação por outros mais eficientes e também instalar sistemas de energia alternativa.

Produção Integrada (PI-Brasil)

Com o objetivo primordial de oferecer produtos seguros para a saúde humana e animal através da Produção Integrada, o Programa PI Brasil de certificação oficial do governo brasileiro contempla um conjunto de ferramentas e soluções de apoio à produção sustentável de alimentos com enfoque nas cadeias da fruticultura, olericultura e grãos.

Em 2020 foram publicadas três novas Normas Técnicas Específicas nas cadeias de oliveira, tabaco e folhosas e 2.027 agentes capacitados pelo Programa PI Brasil, por meio de curso na modalidade EaD.

Selo Arte

Foi publicada a Instrução Normativa nº 61/2020, na qual restou regulamentado o enquadramento dos produtos cárneos artesanais para concessão do Selo Arte. Isso permite a venda interestadual de produtos alimentícios artesanais, como carne de sol, linguiças e defumados. Com a certificação, os produtores artesanais poderão acessar mais mercados e aumentar sua renda.

Ademais, em 2020 foram concedidos 31 selos para produtos artesanais.

Programa Mais Leite Saudável

Programa que permite aos laticínios, agroindústrias e cooperativas de leite utilizar créditos presumidos do PIS/PASEP e da COFINS para compensação de tributos ou ressarcimento em dinheiro, desde que executem projetos que promovam o desenvolvimento de seus produtores de leite.

Em 2020 foram 29.276 produtores atendidos.

Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite

O Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite -PQLF é uma ferramenta de controle elaborada pela indústria, contemplando assistência técnica e gerencial, com capacitação de produtores sempre focando gestão da propriedade e implementação de boas práticas agropecuárias. O Plano aproxima produtores e indústria, visando maior desenvolvimento para o setor produtivo e segurança para o consumidor.

O PQLF é elaborado pelas indústrias de laticínios. Os PQFLs são avaliados pelo MAPA e cobrados durante fiscalização. Como a indústria de laticínios obtém matéria prima de diferentes produtores, o PQFL de uma dada indústria pode beneficiar dezenas de produtores. Assim, considerando os PQFLs avaliados pelo MAPA em 2020, mais de 190 propriedades foram beneficiadas.

Programa Pro-Cacau

Com vistas a fortalecer a cadeia produtiva do cacau, foi desenvolvido o Programa Pro-Cacau, que visa, dentre outros pilares, a robustecer a pesquisa no tema por meio da criação da Unidade Mista de Pesquisa e Inovação (UMIPI) - CEPLAC/EMBRAPA com o objetivo de gerar tecnologia e inovação para a cacauicultura nacional. O portfólio se apoia em quatro temas: a) preservar recursos genéticos de cacau ex situ, in vivo e in vitro; b) melhoramento genético do cacauero visando resistência à vassoura-de-bruxa e outros atributos agrônômicos e industriais; c) gerar soluções tecnológicas para o controle da Monilíase do cacauero e da vassoura-de-bruxa; e d) processos relacionados ao manejo do cacau no âmbito de sistemas agroflorestais e integrados.



Programa Nacional de Bioinsumos

Lançado em maio de 2020 e com Conselho Estratégico inaugurado em outubro do citado exercício, o Programa Nacional de Bioinsumos incentiva cada vez mais que a academia, os produtores e a indústria contribuam nas estratégias de diversificação dos mecanismos controle de pragas e doenças no agronegócio. A agricultura de base biológica mostra uma curva ascendente no país e no mundo; e o agronegócio brasileiro está lado a lado com essa tendência sustentável e inovadora. No âmbito deste programa, foram registrados 95 produtos de base biológica no ano de 2020.

O programa é um dos pilares da visão de bioeconomia que o MAPA está desenvolvendo, visando ao acesso, ao desenvolvimento e ao uso sustentável da rica diversidade biológica brasileira. A proposta é contribuir para o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, como também gerar renda, riqueza e qualidade de vida para os produtores, inseridos nos diferentes elos das cadeias produtivas do agronegócio e toda a sociedade.

Plataforma ID Agro

O ID Agro é uma plataforma 100% digital que visa a proporcionar ao setor agropecuário o registro oficial de tratores e equipamentos agrícolas, sem custo para o produtor rural, gerando um documento oficial, com fé pública, permitindo a uniformização das informações e rastreamento dos tratores e aparelhos automotores.

O benefício principal da ID Agro é permitir o registro do proprietário cadastrando o bem (trator ou outro aparelho automotor), com fotos; no qual irá constar o documento do bem, histórico de donos, possibilidade de realizar a transferência, registrar sinistro (roubo, furto, vandalismo) com repasse de informação em tempo real aos órgãos de segurança pública, sob centralização do Ministério da Justiça e Segurança Pública, além de uma central de mensagens.

Agricultura Digital

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), com vistas a realizar análise e estudos de viabilidade, acerca da possibilidade de realização de projeto relacionado à Construção e Validação de Arquiteturas, Sistemas e Modelos de Sustentação Econômica que viabilizem a transformação digital no campo, voltado para os seguintes focos operacionais: tecnologias no estado da arte, abrangendo principalmente as tecnologias de conectividade (4G e 5G), internet das coisas (IoT) e plataformas; aspectos técnicos, administrativos e legais que representam gargalos para a efetiva implementação das tecnologias; e tecnologias com potencial de aplicação de imediato no agronegócio.

O acordo firmado prevê a identificação de nichos de inovação para atender a objetivos específicos como, por exemplo, a oferta de melhor conectividade nas áreas rurais, o incentivo à utilização de ferramentas e de tecnologias para agricultura de precisão e a otimização de processos produtivos, entre outros.

Programa Agro 4.0

Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Economia (ME), da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) implantaram o Programa Agro 4.0, com investimentos de R\$ 4,8 milhões em 14 projetos pilotos de adoção e de difusão de tecnologias 4.0 nos segmentos do agronegócio.

O objetivo do programa é promover, por meio dessas tecnologias, o aumento de eficiência e de produtividade, e redução de custos no agronegócio brasileiro. O edital, na modalidade concurso, é voltado a empresas usuárias de tecnologias 4.0 do setor produtivo, especialmente, produtores rurais e agroindústrias, que irão realizar a adoção de tecnologias 4.0 em suas unidades, fazendas ou plantas.

Dados Geoespaciais

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Espacial Brasileira (AEB) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica para estimular o desenvolvimento de tecnologias e de aplicações espaciais para o setor agropecuário nacional.

O objetivo do acordo é aumentar a produtividade e a qualidade do setor agropecuário com o estabelecimento de novas tecnologias, produtos e serviços geoespaciais e satelitais para o setor agropecuário.

Estratégia para integração das bases de dados do MAPA

Desenvolvimento de uma arquitetura de integração das bases de dados e plataformas do MAPA (Portaria nº 162/2020), com entrega de propostas estruturadas que atendem aos requisitos para tomadas de decisões em três perspectivas:

- I. proposta de integração das bases e arquitetura de dados do MAPA;
- II. proposta de unificação dos centros de processamento de dados do MAPA; e
- III. proposta de um novo paradigma para a gestão integrada de informações e dados fundiários e ambientais.

Gestão Florestal

Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Regularização Ambiental

- Ampliação da área cadastrada no CAR em cerca de 27 milhões de hectares, totalizando uma área cadastrada de cerca de 570 milhões de hectares e 7 milhões de imóveis rurais, incluindo beneficiários de assentamentos da reforma agrária e famílias de territórios tradicionais de povos e comunidades tradicionais.
- Manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), permitindo a continuidade dos serviços de integração de dados do CAR dos 27 entes federados no banco de dados federal, e a inclusão de diversas melhorias nas



funcionalidades disponíveis ao público.

- Desenvolvimento da plataforma tecnológica para a análise dinamizada do CAR e para a regularização ambiental dos imóveis rurais, esta última integrada à plataforma WebAmbiente, desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em cooperação com diversos especialistas de diferentes instituições parceiras.
- Apoio às unidades da federação na implementação do CAR, por meio da disponibilização da plataforma do SICAR para uso e gestão local, além de capacitações, encontros temáticos, reuniões técnicas, compartilhamento de informações, produção de mapeamentos temáticos e elaboração de diagnósticos de situação da implantação da política local, para nortear a forma de apoio necessário a cada Estado.
- Realização do VII Encontro Nacional de Implantação do CAR, entre os dias 17 e 21 de agosto de 2020, com a participação de representantes dos órgãos gestores do CAR das 27 Unidades Federativas, das Superintendências do MAPA e membros de instituições parceiras, como as Cooperações Financeira e Técnica Alemãs Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), além da Embaixada da Alemanha no Brasil; Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema); Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e Banco Mundial.

Vale ressaltar que as ações realizadas foram, em sua maioria, executadas no âmbito de Projetos de Cooperação internacionais associados à regularização ambiental de imóveis rurais, geridos pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a saber: Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha para Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado (CAR-KfW); Projeto Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado (Projeto FIP-CAR); e Projeto Gestão Integrada de Paisagens no Bioma Cerrado (Projeto FIP-PAISAGENS RURAIS).

Fomento Florestal

- Gestão da Plataforma Saberes da Floresta, um portal de Educação à Distância do SFB, tendo sido lançados os cursos: “Introdução ao Manejo Florestal”, “Introdução a Cooperativas e Associações” e “Manejo Florestal Comunitário e Familiar”; e novas turmas para os cursos: “Manejo do Açaí”, “Manejo da Castanha”, “Introdução às Concessões Florestais” e “Gestão de Empreendimentos Comunitários”. Além disso, estão em desenvolvimento os cursos: “Manejo Florestal de Exploração de Impacto Reduzido”, “Recomposição da Vegetação Nativa” e “Óleos e Resinas Florestais”. Até dezembro de 2020, foram 10.905 inscritos, referentes às turmas lançadas na plataforma ao longo do ano. Vale ressaltar que essas ações foram realizadas no âmbito do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia (Projeto KfW Gestão Florestal).

- Celebração de parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para a implementação do Projeto “Bioeconomia Florestal: estudo para inovação financeira das cadeias de valor de base florestal”, cujo objetivo é a elaboração de um estudo que visa a identificar, avaliar e revisar os atuais mecanismos financeiros, de modo a definir ações para potencializar o uso desses ou propor soluções inovadoras para o financiamento do setor florestal brasileiro.
- Estabelecimento de dois Grupos de Trabalho para os biomas Caatinga e Amazônia visando a estabelecer as bases para a agenda de fomento florestal nesses biomas, com a atribuição de: (a) organizar as ações desenvolvidas pelo SFB e por outros parceiros nos biomas; (b) identificar e avaliar os principais gargalos e obstáculos para o desenvolvimento de cadeias produtivas florestais e de base florestal nos biomas; (c) identificar e avaliar as interfaces e sinergias existentes entre as iniciativas relevantes, para o desenvolvimento de atividades florestais e das cadeias produtivas associadas nos biomas; (d) propor estratégias para o desenvolvimento florestal sustentável nos biomas; e (e) apresentar um Plano de Ação (atividades, cronograma e responsabilidades) de curto prazo para a construção de uma proposta de desenvolvimento florestal para o Bioma Caatinga.

Treinamento de 56 técnicos de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) e atendimento com ATeG para mais de 700 proprietários rurais, no âmbito do Projeto FIP-PAISAGENS RURAIS.

- Consolidação do mapeamento do uso do solo (TerraClass) para o bioma Cerrado, do ano de 2018, no âmbito do Projeto FIP-PAISAGENS RURAIS.
- Apoio para a implementação de Projetos selecionados por meio do Edital nº 01/2015 – Recuperação de Áreas de Preservação Permanente para Produção de Água, promovido pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e Fundo Socioambiental Caixa (FSA/CAIXA).

Além disso, no âmbito das ações do FNDF, foi realizado o planejamento de dois estudos junto à UFLA para identificação de lacunas importantes quanto aos princípios norteadores da agenda de fomento florestal, notadamente no sentido de garantir expressão superior às atividades desenvolvidas, comprometida com objetivos institucionais mais amplos e integrados à política federal, e que permita ao SFB estar alinhado ao projeto de desenvolvimento nacional e às agendas do MAPA. Outros estudos em fase de planejamento são os seguintes:

- Planejamento de estudo, a ser conduzido em parceria com a UnB, integrado à estratégia de construir um arcabouço mais robusto de suporte à formulação e implementação de políticas de desenvolvimento florestal;
- Planejamento de estudo prospectivo do Setor Florestal Brasileiro, com vistas a produzir subsídios que contribuam para formular direcionadores estratégicos para o SFB, compreendendo a dinâmica histórica, a avaliação de cenários futuros e a definição de estratégias de ação de curto, médio e longo prazos para o desenvolvimento do setor florestal;



- Levantamento e análise do estoque regulatório, visando a analisar os instrumentos regulatórios que alcançam o setor florestal, em âmbito nacional e federal, dado que é fundamental e necessário promover a melhoria da qualidade e do desempenho regulatório que alcança o setor florestal.

Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)

Em 2020, o SFB publicou o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), referente à atualização de 2019. O CNFP foi instituído pela Lei nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 6.063/2007, sendo integrado pelo Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União e pelos cadastros de florestas públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O CNFP é um instrumento de planejamento da gestão florestal, que reúne dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal. Os dados do CNFP auxiliam os processos de destinação das florestas públicas para uso comunitário, criação de unidades de conservação e realização de concessões florestais. O Cadastro contribui para a transparência, a participação social e unificação das informações sobre as florestas públicas.

Concessões Florestais

Durante o ano de 2020, o SFB deu andamento à gestão de 17 contratos de concessão florestal que totalizam 1,05 milhões de hectares, localizados em 6 Florestas Nacionais nos Estados de Rondônia e Pará, que produziram 263.561,71 m³ de madeira em tora. A produção florestal de 2020 resultou na arrecadação de R\$ 16.482.648,47.

O SFB, em um esforço para recuperar a adimplência dos contratos de concessão florestal, formalizou um conjunto de termos visando à quitação dos valores inadimplidos, os quais resultaram na arrecadação de mais R\$ 11.049.023,94, concluindo-se assim uma arrecadação total de R\$ 27.531.672,41.

Informações detalhadas sobre a produção e a arrecadação de cada floresta concedida, bem como informações complementares sobre o cenário atual das concessões florestais federais são apresentadas anualmente no Relatório de Gestão de Florestas Públicas (RGFP), com prazo de publicação até 31 de março de 2021, que estará disponível do site do SFB.

Embora não previsto diretamente como metas do PEC 6 - Promover a Ampliação da Produção Florestal Sustentável, durante o ano de 2020, o SFB deu início às seguintes iniciativas que buscam fortalecer aquele Projeto Estratégico:

- Inclusão de 6 projetos de concessão florestal (Florestas Nacionais de Humaitá, Iquiri, Balata Tufari, Jatuarana e Pau Rosa e a Gleba Castanho, todas no Estado do Amazonas) no Programa de Parceria de Investimentos (PPI), conforme formalizado pelo Decreto nº 10.339, de 6 de maio de 2020, e Resolução ME nº 162, de 2 de dezembro de 2020 (aguardando publicação de Decreto);

- Contratação do BNDES para estruturação de oito projetos de concessão florestal, sendo 6 integrantes do PEC (Florestas Nacionais de Iquiri, Balata Tufari, Jatuarana, Pau Rosa e Três Barras e da Gleba Castanho).

Gestão de Informações Florestais

- Coleta de Dados de Campo: coleta de campo do cerrado do Estado de São Paulo e em parte do cerrado de Minas Gerais, cobrindo 11.720.000 ha, com 1.580 amostras de solo coletadas, 2.100 árvores com amostras botânicas coletadas. Assim, chegou-se a 83% do Cerrado com informações coletadas e aproximadamente 430 milhões de hectares no Brasil todo, correspondente a mais de 50% do seu território.
- Aplicativo para Registro dos Dados Coletados em Campo: foi finalizado o aplicativo para tablete e Smartphones, o qual deverá ser utilizado para o registro e envio dos dados coletados em campo pelas instituições contratadas pelo SFB para a coleta desses dados.
- Publicação dos resultados do Inventário Florestal Nacional (IFN) por estado: foi lançada em março de 2020 publicação com os principais resultados no Estado do Espírito Santo.
- Dados Abertos: disponibilização dos dados do IFN coletados em campo para os Estados do Paraná, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará.
 - Informações florestais no Portal do Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF): “Árvores e Seus Usos” (dados das árvores nativas do Cerrado: pequi (pequi), baruzeiro (baru), babaçuzeiro (babaçu), mangabeira (mangaba) e buritizeiro (buriti), com painéis interativos, mapas de ocorrência das espécies, download de dados e fotos; “Árvores e seus Produtos” (informações sobre a produção do pequi e babaçu; e “Árvores do Brasil” (informações sobre algumas das principais árvores do Brasil, incluindo o pequi e ipês, muito presentes no Cerrado, estando disponíveis infográficos, painéis interativos, além de informações sobre árvores fora da floresta.
- Webinários Bioeconomia da Floresta: Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento das Cadeias da Sociobiodiversidade: entre agosto e setembro de 2020, foram realizados 7 seminários virtuais (webinários), organizados pelo SFB com diversos parceiros, onde foram apresentados e discutidos desafios e oportunidades para a promoção das cadeias do açaí, da castanha da Amazônia, do pinhão, do babaçu, do pequi e outros frutos do cerrado, incluindo apresentações baseadas em informações reunidas no SNIF sobre produção e extração vegetal e os dados coletados no âmbito do IFN sobre as principais espécies utilizadas pelas comunidades locais e sobre a distribuição e abundância das espécies encontradas em campo. Os eventos foram transmitidos pelo canal do SFB no YouTube e contaram com cerca de 4.600 participantes.
- Bioeconomia da Floresta: a Conjuntura da Produção Florestal Não-Madeireira no Brasil: após a publicação, no segundo semestre de 2019, da primeira edição do livro, em 2020 a obra foi traduzida para os idiomas inglês e espanhol e, após a diagramação dessas novas duas versões, elas serão inseridas no Portal SNIF.



- Produção de informações e atualização da Base de Florestas: Sistemas Agroflorestais, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Espécies Nativas: florestas plantadas e restauração; Produtos Florestais Não-Madeiros (produção, técnicas, financiamentos e políticas); incentivos e instrumentos econômicos; atualização de bases de dados de florestas do Brasil; mapas e relatórios da modelagem para cinco espécies do Cerrado (pequi, o baru, a mangaba, o buriti e o babaçu).
- Boletim SNIF 2020: publicação da 5ª Edição do boletim com detalhamento da metodologia, informações sobre as bases utilizadas para a atualização da base de florestas, detalhamento dos webinários de Bioeconomia e dados atualizados do Comércio de Produtos Florestais.

Pesquisa, Desenvolvimento e Caracterização de Espécies Florestais

- Concessão da primeira Carta de Patente Invenção do SFB: em novembro de 2020, foi concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a Carta Patente de Invenção nº Br 102013029377-6: Título: “Painel Composto de Embalagens Longa Vida Pós Consumo, Cimento ou Gesso e, Opcionalmente Partículas de Madeira, Bem Como o Processo de Sua Fabricação”. Essa invenção possibilita a reciclagem de embalagens longa vida pós-consumo, que iriam para o lixo, para a produção de painéis e blocos desse material triturado e misturado com cimento ou gesso.
- Implantação do novo banco de dados de Madeiras Brasileiras do Laboratório de Produtos Florestais (LPF): esse banco de dados em inglês e português conta com 268 espécies de madeiras tropicais brasileiras e informações sobre suas propriedades físicas e mecânicas e indicação de espécies listadas nos apêndices da CITES. Informação muito importante para profissionais e comunidade acadêmica para subsidiar cálculos estruturais e usos dessas madeiras.
- Implantação do novo Portal Web do LPF em português: o Portal conta com informações sobre projetos e produtos desenvolvidos e pesquisados pelo LPF e com vídeos e publicações em revistas técnico-científicas, além de livros e apostilas de tecnologia de produtos florestais que podem ser baixados gratuitamente pelo visitante do website.
- Entrega do Prêmio Madeiras Alternativas de 2019/2020: evento promovido anualmente em parceria entre o Salão Design e o Laboratório de Produtos.
- Criação do “Curso Óleos e Resinas Florestais”: curso e vídeo disponíveis para o público externo no Portal Saberes da Floresta do SFB.
- Disponibilização da versão Android da chave eletrônica “Madeiras Comerciais do Brasil”: lançamento do aplicativo na Play Store do Google Play que permite consultar as características e identificar espécies de madeiras comerciais brasileiras.
- Realização do X Seminário de iniciação científica PIBIC do LPF: com participação e apresentação de 5 bolsistas alunos da Universidade de Brasília, o Seminário é realizado anualmente e mostra os trabalhos desenvolvidos pelos alunos em projetos de pesquisas



do LPF.

- Desenvolvimento de pesquisas em ferramentas tecnológicas para controle e rastreabilidade de produtos madeiros: pesquisas realizadas/ em andamento utilizando a ferramenta tecnológica de espectroscopia de infravermelho próximo (NIRs), essa pesquisa em cooperação com organismos internacionais realiza atividades de identificação de espécies madeiras e auxilia fiscais e órgãos de controle na fiscalização ambiental para controlar o comércio de madeiras legais no Brasil de forma econômica e ágil. Com isso, a ferramenta possibilita a identificação de madeiras transportadas ou comercializadas ilegalmente relacionadas nos apêndices da CITES (espécies em risco de extinção).
- Negociação Arboretum com a Caixa Econômica Federal para Projeto de plantio de mudas em diversos biomas: essa parceria será objeto de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado entre as partes para o fomento e plantio de milhões de mudas de árvores nos diversos biomas brasileiros com agregação de renda e emprego nas comunidades envolvidas.
- Edição do folder da Biodegradação - madeiras altamente duráveis: publicação que mostrará o trabalho de anos do LPF na determinação da durabilidade natural de madeiras brasileiras e informação que será disponível ao público em geral visando a orientar o uso dessas madeiras.
 - Participação do SFB na Consulta Pública Nacional da ABNT: participação de técnicos do LPF na elaboração de normas técnicas em 4 Comissões de Estudo de Normas da ABNT: madeira serrada, pellets, portas e biodegradação.
 - Publicações: foram publicados 15 artigos técnico científicos publicados ou aceitos em periódicos nacionais e internacionais, 67% a mais em relação a 2019, além de 4 artigos técnico científicos publicados em congressos nacionais e internacionais, apesar de ser um ano de pandemia e de cancelamento de eventos mundialmente. Todas as publicações estarão disponíveis para consulta e download no Portal Web do LPF.

Comércio e Relações Internacionais

Um dos objetivos estratégicos do MAPA é Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias. Desde o início de 2019, o MAPA vem trabalhando para garantir a diversificação de mercados para os produtos brasileiros. As exportações de produtos agrícolas bateram recorde em 2020, confirmando a força do agro brasileiro.

No âmbito do Ministério, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI atua nas seguintes frentes:

- negociações comerciais: posicionamento do país nas negociações agrícolas internacionais e acordos comerciais;
- negociações não-tarifárias: negociações internacionais sanitárias e fitossanitárias, ambientais, de recursos genéticos e propriedade intelectual;
- eventos internacionais: articulação e participação para o setor produtivo em eventos

- visando promover o agronegócio brasileiro;
- promoção internacional: conjunto de ações do MAPA para a promoção dos produtos e serviços agropecuários no mercado externo;
- estatísticas de comércio exterior: informações detalhadas sobre estatísticas de exportação e importação de produtos agropecuários;
- Adidos Agrícolas: representantes especializados da estrutura diplomática brasileira.

Desde 2020, houve 74 mercados internacionais abertos para produtos agrícolas brasileiros, representando um total superior a US\$ 14 bilhões em novas exportações. Paralelamente, 712 estabelecimentos foram habilitados para exportações.

- Aberturas de mercado por região: África (9), Américas (34), Ásia (29) e Oceania (1).
- As aberturas tiveram como objetivo diversificar a pauta exportadora brasileira tanto em termos de produtos como de destinos.
- Exemplos de aberturas visando à diversificação de pauta: castanha de baru para a Coreia do Sul, melão para a China, gergelim para Índia, castanha do Pará para Arábia Saudita, milho de pipoca para Colômbia e mudas de coco para as Guianas.
- Exemplos de aberturas para produtos de alto valor agregado: material genético avícola para os Emirados Árabes Unidos e Marrocos; embriões equinos para os Estados Unidos; embriões e sêmen de bovinos para a Zâmbia, Mianmar e Qatar.
- Além das aberturas, continuam em negociação acordos comerciais interessantes para o agronegócio brasileiro.
- Participação e acompanhamento de discussões ocorridas no âmbito de fóruns e iniciativas internacionais contestando potenciais barreiras não-tarifárias impostas por interesses comerciais estrangeiros.
- A Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) buscou nesses fóruns demonstrar, com base em dados, as características únicas da produção agrícola brasileira que alia inovação e sustentabilidade.
- Entre as negociações com vistas a acesso, ampliação e manutenção de mercados, destacam-se também:
 - ◊ a finalização do acordo de boas práticas de regulamentação com os Estados Unidos, no âmbito do Acordo de Cooperação Comercial e Econômica (ATEC) que aproxima os sistemas regulatórios agrícolas brasileiro e norte-americano;
 - ◊ o reconhecimento de certificação orgânica com o Chile para mais tipos de produtos;
 - ◊ Com vistas à adesão à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), trabalhou-se com aporte de dados para reforçar os posicionamentos sobre a agricultura e a ocupação do território brasileiro.
- Foram definidos três novos postos para adidos agrícolas: Delegação do Brasil em Paris/França, Berlim/Alemanha e Camberra/Austrália.



- Foi finalizado o Processo Seletivo de Adidos Agrícolas 2020, para 5 postos (Ottawa/Canadá, Genebra/Suíça – OMC, Paris/França, Berlim/Alemanha e Camberra/Austrália).
- A área de promoção comercial foi muito impactada pelas restrições de reuniões e eventos presenciais causadas pela COVID-19. Das 15 feiras do setor do agronegócio que estavam na programação do MAPA para o ano de 2020, somente uma foi realizada da forma tradicional, a BIOFACH (Nuremberg, Alemanha), porém o Ministério participou virtualmente de 5 outras como por exemplo: Canadá, Tailândia, Colômbia, Peru e China (China International Import Expo - CIIE).

Defesa Agropecuária

A garantia de alimentos seguros para a população é um dos desafios do MAPA. Nos termos do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, o Ministério tem entre suas áreas de competência a defesa agropecuária e a segurança do alimento, abrangidos: a saúde animal e a sanidade vegetal; os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares; os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal e vegetal; a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e o controle de resíduos e contaminantes em alimentos.

Em 2020, houve recorde de registro de defensivos agrícolas biológicos, que não deixam resíduos nas culturas e não causam efeitos no meio ambiente. Ações de fiscalização coibiram o uso e o comércio de alimentos e defensivos ilegais no país.

Transformação Digital

No ambiente de adversidade, causado pela pandemia, em que predominaram os trabalhos virtuais, a Defesa Agropecuária logrou acelerar a transformação de diferentes serviços ao cidadão, que antes eram realizados de forma presencial, para a forma remota. Essa Transformação Digital significa menos gastos com tempo e dinheiro por parte do cidadão. No ano de 2020, a SDA disponibilizou o acesso a 22 serviços em plataformas digitais.

Combate à fraude em produtos e insumos

Auditores fiscais federais agropecuários do MAPA, em parceria com as Superintendências Federais de Agricultura – SFA e outros órgãos federais e estaduais, realizaram operações para coibir o comércio e o uso de defensivos agrícolas irregulares com princípios ativos proibidos no Brasil e produtos contrabandeados dos países vizinhos. Foram realizadas ações em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. Também foram feitas ações de fiscalização conjunta para apreender cachaça clandestina em Minas Gerais e sementes ilegais no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso, além de quatro mil frascos de azeite de oliva falsificados em Araraquara (SP).

Em janeiro, o MAPA realizou, como medida cautelar, o fechamento da Cervejaria Backer, em Belo Horizonte (MG). O Ministério adotou, junto aos demais órgãos, medidas imediatas para interromper a produção e a comercialização dos produtos contaminados por mono e dietilenoglicol. A apreensão dos produtos realizada nas dependências do estabelecimento e no

comércio em Minas Gerais contabilizou um total de 79.481,34 litros de cerveja com presença dos contaminantes, de várias marcas e vários lotes, sendo deste total 56.659 garrafas, que ofereciam riscos aos consumidores. No Espírito Santo, os resultados das análises realizadas indicaram 9.047 garrafas de cerveja contaminada retiradas dos mercados, totalizando 5.428,2 litros de produtos. A atuação do MAPA foi determinante para a devida apuração e responsabilização referente ao caso.

Defensivos biológicos

Em 2020, foram registrados 76 defensivos agrícolas considerados de baixo impacto (biológicos, microbiológicos e orgânicos). Esse é o maior número de registros de produtos desse perfil em um mesmo ano. As opções para solicitações de registros desses produtos foram ampliadas. O MAPA também cancelou os registros de todos os produtos técnicos à base do ingrediente ativo “Paraquat”, após decisão da Anvisa de proibir o uso do produto no país.

Relatoria de processos de auto de infração

Com parte da equipe das Superintendências Federais de Agricultura - SFA em regime de teletrabalho, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal organizou uma força-tarefa com 16 auditores para realização de relatoria, em primeira e segunda instâncias, dos processos de apuração de auto de infração de bebidas. Ao todo, foram 530 (quinhentos e trinta) processos analisados. Com este esforço, o prazo de conclusão destes processos foi reduzido em 70%, aumentando a efetividade das ações fiscais e poder coercitivo das sanções aplicadas.

Estados livres de Febre Aftosa sem vacinação

Em agosto, o MAPA reconheceu os Estados do Acre, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia como livres de febre aftosa sem vacinação. Também foram reconhecidas regiões do Amazonas e de Mato Grosso. O reconhecimento nacional pelo MAPA é um dos passos para alcançar o reconhecimento internacional junto à Organização Mundial de Saúde Animal – OIE. Atualmente, no Brasil, apenas Santa Catarina possui a certificação internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação. O Brasil já é livre de aftosa com vacinação, mas esse bloco será livre sem vacinação. E isso deve melhorar o valor dos produtos desses locais para exportar para mercados mais exigentes, como Japão e Coreia do Sul.

Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola

A mosca-da-carambola (*Bactrocera carambolae*) é caracterizada como praga quarentenária presente no Brasil, e sua dispersão pode causar grandes prejuízos econômicos. A praga causa danos não apenas na carambola, mas em diversas outras frutas como goiaba, acerola, tangerina, caju, pitanga, entre outras. O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo, e a mosca-da-carambola é a principal ameaça à manutenção dos mercados de exportação já estabelecidos e em constante expansão do segmento fruticultura. As ações do Programa têm o objetivo de

erradicar a praga no país. Atualmente o Brasil mantém 24 Unidades da Federação livres da praga. Em 2020 foram realizadas pulverizações de hospedeiros em mais de 4 milhões de plantas, além de serem eliminados aproximadamente 400 mil quilos de frutos infestados.

Abertura de Mercados Internacionais

A SDA é responsável por discutir e negociar requisitos de inocuidade, identidade, qualidade e segurança de alimentos e produtos de origem animal e vegetal e insumos agropecuários, de saúde animal e de sanidade vegetal estabelecidos pelos países importadores com o objetivo de acessar, manter ou ampliar mercados de exportação de produtos agrícolas brasileiros, além de elaborar análises de risco de pragas e doenças para importação de produtos no comércio agropecuário internacional.

No período de janeiro a novembro de 2020, foram abertos 79 mercados para produtos do Brasil. Outras 23 (vinte e três) negociações internacionais estão em andamento, na fase de encaminhamento das informações sanitárias. Na área de produtos de origem animal, de janeiro a outubro de 2020, foram abertos 21 mercados para produtos do Brasil. Na área de produtos de origem vegetal, no período de janeiro a outubro de 2020, a SDA publicou 14 normas para o estabelecimento de requisitos fitossanitários para produtos agrícolas de diferentes países, autorizando sua importação com consequente abertura do mercado brasileiro.

Fortalecimento da Força de Trabalho da Defesa Agropecuária

Para reforçar a fiscalização agropecuária, 123 novos Auditores Fiscais Federais Agropecuários – Médicos Veterinários tomaram posse no MAPA e iniciaram suas atividades em frigoríficos de 14 Estados. Os novos funcionários foram aprovados no concurso de 2017 e convocados em dezembro de 2020.

Também foi convertida em Lei (Lei nº 13.996/2020) a Medida Provisória nº 903/2019, que prorroga por mais dois anos o contrato provisório de 269 médicos veterinários do MAPA. Os profissionais que atuam nas linhas de inspeção ante e post mortem em frigoríficos passam a ter contratos válidos até no máximo fevereiro de 2022, dependendo do início de cada contrato. Em novembro de 2020, a Inspeção contava com 235 médicos veterinários contratados temporariamente.

Vinhos e Bebidas

Para a área de vinhos e bebidas, foram concedidos 989 (novecentos e oitenta e nove) registros de novos estabelecimentos e renovações de registros e concedidos 15.972 (quinze mil, novecentos e setenta e dois) registros de novos produtos. Em 2020, foram emitidos 540 (quinhentos e quarenta) certificados de exportação de vinhos e bebidas, permitindo o acesso destes produtos ao mercado internacional.



Programa de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários (Quali-SV)

O Programa Quali-SV busca reforçar os controles sobre a saúde dos rebanhos, por meio do monitoramento de indicadores e auditorias dos serviços veterinários oficiais. Em 2020 o Departamento de Saúde Animal revisou os procedimentos de avaliação, visando as avaliações a novas situações decorrentes de alterações de status sanitário de UF, novas diretrizes de programas sanitários ou de novos processos de captação de dados. Em consequência, também foi revisado o “Manual de Auditorias do Programa Quali-SV”, havendo posterior capacitação dos auditores envolvidos no Programa. Adicionalmente, foi definida metodologia para o uso de indicadores para avaliação da qualidade dos Serviços Veterinários.

Gestão Interna

Disponibilização do aplicativo mobile e-SISBI

O e-SISBI é um sistema eletrônico disponibilizado para gestão dos serviços oficiais de inspeção de produtos de origem animal, vegetal e insumos agropecuários dos Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios de Municípios, contemplando o Cadastro Geral voluntário de todos os serviços de inspeção, dos estabelecimentos e produtos neles registrados, além de controles aplicados à referida inspeção.

Facilita o processo de adesão dos interessados aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários – SISBI, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.

Proporciona maior transparência às informações de interesse público das inspeções de produtos e insumos agropecuários estaduais e municipais.

Permite ao cidadão que contribua com a melhoria dos serviços de inspeção no Brasil.

De extrema importância para o desenvolvimento do agronegócio nacional, permitindo o livre comércio de produtos de origem animal em todo o território nacional e viabilizando o desenvolvimento da pequena agroindústria.

Transformação Digital no MAPA

Eixo 1 (Transformação Digital dos Serviços Públicos) - Entregues 17 serviços digitais, envolvendo várias Secretarias do MAPA, tais como SAF, SAP, SDI e SDA.

Eixo 2 (Unificação de Canais Digitais) - Além do novo portal do MAPA, houve dois serviços envolvendo o Pescador Amador, que é uma política pública sob a responsabilidade da Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP.

Todo esse esforço por parte da CGTI com apoio das Secretarias do MAPA visa facilitar o acesso do cidadão aos serviços oferecidos pelo governo federal, criar e melhorar processos, além de trazer economicidade e inovação.

Espera-se que até 2021 todos os serviços acordados estejam disponíveis para o cidadão.

Modernização dos sistemas da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP

Absorção dos sistemas SisRGP e SSADP mantidos pela DATAPREV, gerando uma economia de R\$ 5.900.000,00 (média mensal de R\$ 190.000,00) com o fim do contrato com o DATAPREV.

Sistemas entregues: SisAtum, SisTainha, SisCefalopodes, SisSardinha e SisLagosta.

Utilização da tecnologia de Business Process Management Suite – BPMS ou, traduzindo, Sistemas de Gestão de Processos de Negócio, que foi uma novidade no MAPA.

Algumas entregas substituíram sistemas obsoletos, outras substituíram processos manuais que foram digitalizados.

Modernização da Comunicação MAPA - Notebooks e Tecnologia VOIP

Aquisição de 172 novos notebooks, que foram distribuídos nas Secretarias.

Distribuição de mais de 2.000 aparelhos usando tecnologia VoIP.

Por fim, a CGTI continuará fazendo aquisições que contribuam para modernizar ainda mais o parque tecnológico do MAPA, tais como computadores, soluções de videoconferência, business intelligence e outras.

Projeto Estratégico da Secretaria – PES Plano Digital - SE

Objetivo: implantar a Política de Governança Digital do Poder Executivo com a finalidade de prestar um serviço público mais simples, ágil, inteligente, desburocratizado e com foco do cidadão.

Principais resultados em 2020:

Transformação/automação de 56 serviços não-digitais e/ou parcialmente digitais em cinco Secretarias finalísticas, sendo a SAP (com 24 transformações) e a SDA (com 22 transformações) as Secretarias com mais serviços transformados.

Além desses, a SAF, SDI e SPA completam a lista de serviços. Destaque para os serviços

Obter Crédito Fundiário-Terra Brasil (SAF); Solicitar Registro de Pescador Amador (SAP);

Solicitar Controvérsia de Atos Normativos da Secretaria de Defesa Agropecuária e

Apresentar demanda junto ao MAPA para assegurar o abastecimento durante o combate ao Coronavírus-COVID-19 (ambos SDA); Obter Selo Arte para Produtos Artesanais (SDI); e Solicitar análise de recurso após bloqueio de benefício Garantia Safra (SPA).

Outros resultados do projeto foram:

- Migração dos Portais MAPA, INMET e CEPLAC para o gov.br;
- Atualização de 134 serviços no gov.br;
- Integração de serviços com as bases de dados:
 - PagTesouro: 2 serviços;



- Login único: 24 serviços (SIPEAGRO).

Projeto Estratégico da Secretaria - PES CONAGRO

Objetivo: desenvolver uma plataforma de gerenciamento de integrações de sistemas – Conecta Agro.

Principais resultados em 2020:

- Planejamento do Login Único do SISRGP;
- Início do Processo de Contratação para o Barramento de Interoperabilidade (construção ETP);
- Apoio na entrega das APIs do COMEX e SIPEAGRO para os serviços da LECOM/SGD;
- Criação de Serviço interoperável para as unidades regionais no uso da PGA (WS_PGA);
- Entrega do Guia Plano do Gerenciamento de Configuração;
- Entrega do ambiente de containers;
- Entrega de 5 aplicações em containers.

As principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela UPC para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos foram:

Cumprindo o previsto no art. 6º do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20/02/20, no que se refere às competências da Assessoria Especial de Controle Interno do MAPA (AECI), mais especificamente quanto ao apoio técnico aos gestores do MAPA na implementação das recomendações do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as ações em 2020 se efetivaram por meio da Divisão de Controle Interno – DCIN/AECI-MAPA, que se pautou por atuar com foco de implementação e melhoria dos controles internos da gestão, tratando especificamente da conclusão de 178 demandas da Secretaria Federal de Controle Interno no Sistema e-Aud/CGU.

Esse resultado pôde ser alcançada a partir dos esforços conjuntos em reuniões com as Unidades do Órgão Central, em Brasília-DF (destacando-se a Assessoria Especial de Relações Governamentais e Institucionais - AERIN, a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, a Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP, a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF, a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI), bem como as Unidades Descentralizadas nos Estados, a saber: as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados do Paraná - SFA/PR, de Rondônia - SFA/RO, do Rio Grande do Sul - SFA/RS, da Bahia - SFA/BA, da Paraíba - SFA/PB, do Pará - SFA/PA, do Ceará - SFA/CE, do Distrito Federal - SFA/DF, de Mato Grosso - SFA/MT e de Santa Catarina - SFA/SC.

Apesar da forte redução de pendências de atendimento a recomendações no Sistema e-Aud,

resta atualmente ainda um total de 329 pendências para o MAPA sanear. Importante destacar, ainda, considerando inclusive os temas relevantes tratados em 2020, as ações empreendidas junto à AERIN e a SDI, em relação à separação das recomendações que tratam sobre a gestão de convênios e contratos de repasse oriundos de emendas parlamentares, que ficaram, na nova estrutura, sob responsabilidade da referida Assessoria Especial.

No mesmo sentido, outro ponto que merece destaque na atuação de 2020, foram as discussões técnicas empreendidas entre a equipe técnica da SAP e da Unidade de Auditoria da CGU, com interlocução desta AECI, que envolveram as históricas e estruturantes recomendações relativas às ações de Subsídio ao Óleo Diesel e a Gestão de Terminais Pesqueiros, pendentes a mais de 5 anos, que culminaram, enfim, na apresentação de Planos de Ação, que visam equacionar os apontamentos do Órgão de Controle em curto e médio prazos.

Ainda como resultado do apoio técnico implementado pela DCIN/AECI-MAPA, há que se destacar a total implementação das rotinas relativas ao Sistema e-TCE/TCU em processos de Tomada de Contas Especiais sob responsabilidade de instauração das Unidades Gestoras do MAPA, com vistas à identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento, tendo sido encaminhadas, em 2020, 74 processos ao Tribunal de Contas da União, para julgamento, com o devido pronunciamento da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado, com indicativo de recuperação de ressarcimento da ordem de R\$ R\$ 105.490.106,11.

Sob outra perspectiva, cumprindo ainda as competências estabelecidas pelos Incisos VIII e IX do art. 6º do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 2020, também há que destacar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Controle Externo – DCEX/AECI, especialmente no que se refere à atividade de apoio no acompanhamento de diligências/demandas do Órgão de Controle Externo, diariamente, no sistema CONECTA TCU, dirigidas às Autoridades Superiores da Pasta, ou seja, ao Gabinete da Ministra e à Secretaria executiva, e que resultou no tratamento de 220 demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2020.

Nas interações com o TCU, é importante destacar ainda alguns temas tratados em 2020. Primeiramente, destaca-se a consulta (TC nº 024.805/2020-3) formalizada naquela Egrégia Corte acerca da possibilidade de serem utilizados recursos oriundos de emenda parlamentar inscritos em restos a pagar para a celebração de contratos no exercício seguinte, que culminou em Despacho do Ministro Relator André Luís de Carvalho a respeito do tema.

Além disso, entre as atividades desenvolvidas pela área, temos o acompanhamento das fiscalizações/auditorias do Tribunal de Contas da União – TCU, entre elas, destaque em 2020 para a Fiscalis 176/2020, TC 031.158/2020-0, com o objetivo de avaliar o uso e a gestão de plataformas de compartilhamento de dados colocadas à disposição dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal em prol da transformação digital de serviços públicos.

Por fim, o importante trabalho junto à SAF intermediando as diversas tratativas provenientes



dos Acórdãos TCU Plenário nº 2.280/2008, nº 1197/2018 e nº 850/2020 que tratam da auditoria de conformidade sobre o procedimento de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e do processo de solicitação, repasse, concessão e uso dos recursos federais no bojo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que redundou na revisão do PLANO DE AÇÃO elaborado pela área técnica objetivando o cumprimento das determinações históricas, que versam sobre a necessidade de avaliação da possibilidade de ressarcimento relacionado a 400 mil beneficiários.

Ainda como resultado do apoio técnico implementado pela DCIN/AECI-MAPA, há que se destacar a total implementação das rotinas relativas ao Sistema e-TCE/TCU em processos de Tomada de Contas Especiais, sob responsabilidade de instauração das Unidades Gestoras do MAPA, com vistas à identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento, tendo sido encaminhadas, em 2020, 74 processos ao Tribunal de Contas da União, para julgamento, com o devido pronunciamento da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado, com indicativo de recuperação de ressarcimento da ordem de R\$ R\$ 105.490.106,11. Essas ações são realizadas, respectivamente, por meio da coordenação do Comitê de Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – CSI/MAPA (conforme designação feita pela Portaria GSI/PR nº 80, de 4 de setembro de 2019, e Portaria MAPA nº 306, de 23 de dezembro de 2019) e da indicação da AECI como ponto focal e unidade interlocutora do MAPA junto ao Coaf no “segmento comércio de animais” (o MAPA é o órgão regulador desse segmento, de acordo com o Parecer PGFN/CJU/COJPN nº 214/2016, de 18 de fevereiro de 2016, da Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, e entendimento do próprio Coaf). Nessa última seara, inclusive, em 2020, destaca-se o apoio no preenchimento do formulário de Avaliação da Capacidade de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo - ANR, conforme demandado pelo Coaf.

Na área de segurança da informação, em 2020, destacam-se, portanto, as seguintes ações:

- i) aprovação do Regimento Interno do Comitê de Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – CSI/MAPA por meio da Resolução CSI/MAPA nº 1/2020, de 1 de julho de 2020;
- ii) instituição do Grupo de Trabalho para a elaboração da Política de Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – GT/PoSIC/MAPA, por meio da Resolução CSI/MAPA nº 3/2020, de 7 de outubro de 2020;
- iii) elaboração de minuta da PoSIC/MAPA (que entrará em pauta na primeira reunião ordinária do CSI/MAPA em 2021); e
- iv) envio de 8 (oito) Informações Técnicas consolidando sugestões do CSI/MAPA para revisão de instruções normativas sobre segurança da informação, conforme demandado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR.

Com relação à atividade de correição, a Corregedoria-Geral do MAPA, reestruturada com os Decretos nº 9.667/2019 e 10.253/2020, implementou metodologias inovadoras que possibilitaram ganhos de eficiência, segurança jurídica, economia para os cofres públicos

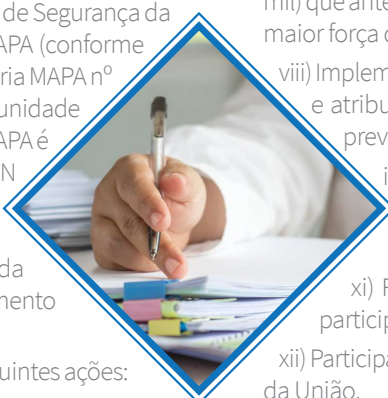
e novos padrões de comportamento das empresas e dos agentes públicos.

Dentre as inovações podemos citar:

- i) Padronização dos procedimentos correccionais;
- ii) padronização das diligências investigativas;
- iii) Implementação do Juízo de admissibilidade final;
- iv) Implementação efetiva dos Núcleos Permanentes Disciplinares, previsto na Portaria GM/MAPA nº 181/2019;
- v) Implementação das reuniões, oitivas e interrogatórios de Processos Correccionais, em sua totalidade, por videoconferência gravada, reduzindo a zero o custo com diárias e passagens;
- vi) Absorção de todo o passivo correccional espalhado pelo Brasil, para serem conduzidos exclusivamente por servidores da Corregedoria-Geral;
- vii) Liberação direta de mais de 800 (oitocentos) servidores, e indireta de mais de 3000 (três mil) que antes conduziam ou poderiam conduzir atividades correccionais, acarretando uma maior força de trabalho na atividade finalística do Ministério;
- viii) Implementação da Projetização Correccional, que estratificou todas as fases do processo e atribuiu prazos limites para cada atuação, com respeito aos prazos legalmente previstos, reduzindo em até 96% do tempo médio de uma apuração punitiva;
- ix) Capacitação específica e prática para os membros de comissão;
- x) Desenvolvimento de ferramenta de tecnologia de mapeamento de infrações e gestão de dados correccionais - AGROPAD;
- xi) Realização de pesquisa de percepção da impunidade no Ministério, com participação de mais de 1000 (mil) agentes públicos; e
- xii) Participação no programa de maturidade correccional lançado pela Corregedoria-Geral da União.

Com a implementação dessas iniciativas, a Corregedoria-Geral do MAPA alcançou resultados muito expressivos no ano de 2020, dentre eles:

- i) Aumento significativo de produtividade por servidor na área correccional;
- ii) Redução do custo do processo administrativo em até 95%, de aproximadamente R\$ 161 mil para R\$ 8,4 mil, em média, gerando uma economia estimada média, para cada 100 processos, de R\$ 15 milhões ao ano.
- iii) Finalização rápida e exitosa dos processos punitivos, com comissões fixas e responsáveis por, no mínimo, 12 (doze) processos por ciclo de 100 (cem) dias;
- iv) Aumento exponencial de penalidades expulsivas aplicadas, da ordem de 257% (duzentos e cinquenta e sete por cento), em comparação com o ano de 2019, que consolidou 14 (quatorze) expulsões, ante a 50 (cinquenta) expulsões aplicadas em 2020;
- v) Aumento exponencial de penalidades suspensivas aplicadas, da ordem de 300% (trezentos por cento), em comparação com o ano de 2019, que havia consolidado 1 (uma) suspensão,



ante a 4 (quatro) aplicadas em 2020;

vi) Aumento exponencial em celebrações de Termos de Ajustamento de Condutas (TAC), da ordem de 355% (trezentos e cinquenta e cinco por cento), em comparação com o ano de 2019, que havia consolidado 9 (nove) TACs, ante a 41 (quarenta e um) Termos celebrados em 2020, com devolução ao erário de mais de 100 mil reais em 2020;

vii) Mensuração dos benefícios financeiros, nos moldes estabelecidos pela Portaria CGU nº 4.104/2019, que atingiram só com as expulsões o valor de R\$ 83 milhões; e

ix) Aplicação das primeiras penalidades aos Entes Privados, com base na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

A Corregedoria-Geral tem trabalhado para aumentar a sua eficiência na investigação, apuração e apenação dos ilícitos, inculcando o fator inibitório e pedagógico nas condutas dos agentes públicos, acarretando assim uma diminuição da sensação de impunidade e um maior combate à corrupção.

Em parceria com diversas áreas do Ministério, tem implementado medidas de otimização dos recursos e identificação de matrizes de criticidade (mapa de infrações), de forma a direcionar as atividades de prevenção para o foco do problema, aumentando a probidade no ambiente de trabalho e no mercado do agronegócio brasileiro.

Por fim, vale citar que a Corregedoria tem se empenhado para dar mais transparência ativa às suas atividades e resultados, disponibilizando no site do Ministério as principais informações de penalizados, celebrações de TAC, intimações on line, etc, bastando acessar <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/corregedoria>.

No ano de 2021, será possível acompanhar o status dos processos punitivos através do referido sítio, conferindo ao cidadão uma participação mais efetiva na ciência da marcha processual, com total preservação das informações sigilosas a eles inerentes.

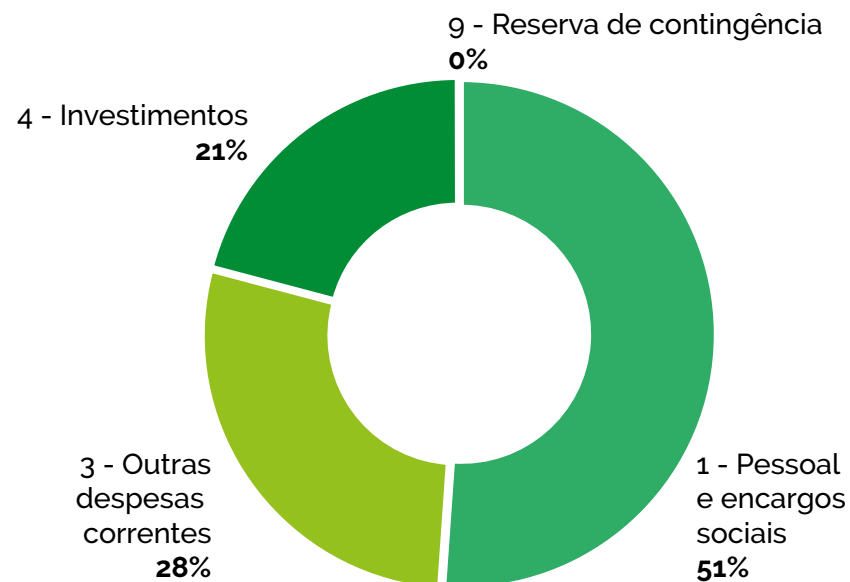
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 consignou R\$ 7,3 bilhões à administração direta do MAPA, sendo 35,7% dessa dotação condicionada à aprovação legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Carta Magna. Após a aprovação desse dispositivo constitucional e outras alterações orçamentárias que se deram no decorrer do exercício, a dotação orçamentária foi reduzida para R\$ 7,1 bilhões.

Desse montante, foram previstos R\$ 3,6 bilhões para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 1,5 bilhão para investimentos, R\$ 2,0 bilhões para outras despesas correntes e R\$ 2,1 milhões para reserva de contingência, distribuídos conforme o gráfico a seguir:



Gráfico 4: Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza de Despesa



Fonte: Tesouro Gerencial (1/2/2021)

Da dotação final autorizada para 2020, foram empenhados R\$ 7,03 bilhões, valor 0,78% maior que o empenhado em 2019, percentual inferior à variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2020, que foi de 4,52%. Os totais empenhados com as despesas de pessoal e encargos sociais e com os investimentos apresentaram queda, enquanto as outras despesas correntes registraram alta de mais de 11%.

Do total empenhado em 2020, R\$ 3,61 bilhões referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 1,96 bilhão a outras despesas correntes e R\$ 1,46 bilhão a investimentos, montantes que correspondem, respectivamente, a 51,4%, 27,9% e 20,7% da execução orçamentária conforme quadro abaixo:

Tabela 5. Dotação atualizada 2020

Grupo de Natureza de Despesa - GNDs	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.633,43
3 - Outras Despesas Correntes	1.991,37
4 - Investimentos	1.482,10
9 - Reserva de Contingência	2,12
Total	7.109,02

Fonte: Tesouro Gerencial (26/1/2021) – Valores em milhões (R\$).

Segue, abaixo, a evolução da execução orçamentária e financeira nos últimos anos por função, Grupo de Natureza de Despesa (GND) e elemento de despesa:

Tabela 6. Execução orçamentária e financeira por função de governo

Função de Governo	Despesas Empenhadas				Despesas Liquidadas				Despesas Pagas			
	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020
09 - Previdência Social	1.887,38	1.959,26	2.070,83	2.128,62	1.887,38	1.957,07	2.070,83	2.128,62	1.887,38	1.804,71	1.930,06	1.965,06
20 - Agricultura	3.581,25	3.720,39	4.434,81	4.362,44	2.649,36	2.523,11	2.633,36	2.757,53	2.575,20	2.411,62	2.436,75	2.672,88
21 - Organização Agrária	-	-	468,04	537,14	-	-	468,04	492,12	-	-	468,04	492,12
28 - Encargos Sociais	0,06	2,16	2,18	2,33	0,06	1,97	2,18	2,33	0,06	1,79	2,01	2,14
Total	5.468,69	5.681,81	6.975,86	7.030,53	4.536,80	4.482,16	5.174,41	5.380,59	4.462,64	4.218,11	4.836,87	5.132,21

Fonte: Tesouro Gerencial (26/1/2021) – Valores em milhões (R\$).

Tabela 7. Grupo de natureza de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais.

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
01 - Aposent. RPPS, Reserv. Remuner. E Refor. Militar	1.247,20	1.247,20	1.151,47
11 - Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	1.212,16	1.212,16	1.145,30
03 - Pensões do RPPS e do Militar	870,91	870,91	803,92
13 - Obrigações Patronais	248,87	248,87	248,87
Demais Elementos	34,52	34,52	31,95
Total GND 1	3.613,65	3.613,65	3.381,51

Fonte: Tesouro Gerencial (26/1/2021) – Valores em milhões (R\$).

Tabela 8. Grupo de Natureza da Despesa: 3 - Outras Despesas Correntes

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
45 - Subvenções Econômicas	885,37	881,00	881,00
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	468,04	468,04	468,04
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORC	200,99	102,58	100,96
37 - Locação de mão-de-obra	132,43	113,45	112,40
41 - Contribuições	52,75	11,83	10,58
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	46,21	26,54	26,53
30 - Material de Consumo	45,33	15,64	13,85
93 - Indenizações e Restituições	43,04	42,18	39,99
46 - Auxílio-Alimentação	41,58	41,58	38,18
Demais Elementos	42,98	35,34	33,42
Total GND 3	1.958,72	1.738,18	1.724,95

Fonte: Tesouro Gerencial (26/1/2021) – Valores em milhões (R\$).

Tabela 9. Grupo de Natureza da Despesa: 4 - Investimentos

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
42 - Auxílios	1.303,44	15,38	15,38
51 - Obras e Instalações	51,26	3,81	3,81
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORC	51,18	7,20	4,90
52 - Equipamentos e Material Permanente	27,91	0,92	0,65
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	11,27	0,00	0,00
41 - Contribuições	10,65	0,93	0,50
Demais Elementos	2,45	0,52	0,51
Total GND 4	1.458,16	28,77	25,75

Fonte: Tesouro Gerencial (26/1/2021) – Valores em milhões (R\$).

Do total da execução orçamentária em 2020, 44,86% referem-se aos programas das atividades finalísticas, com destaque para a Agropecuária Sustentável, Defesa Agropecuária, Governança Fundiária e Pesquisa e Inovação Agropecuária, como segue:

Tabela 10. Execução por programa de governo.

Programas de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.874,06	55,10
1031 - Agropecuária Sustentável	2.967,50	42,21
2202 - Defesa Agropecuária	169,33	2,41
1040 - Governança Fundiária	16,72	0,24
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2,33	0,03
2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	0,59	0,01
Total	7.030,53	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (26/1/2021) – Valores em milhões (R\$).

Em relação à execução orçamentária das principais ações de governo, 51,4% estão relacionadas às despesas com pessoal e encargos sociais. Das demais despesas empenhadas, destacam-se

o Fomento ao Setor Agropecuário (20,1%), a Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (12,5%) e a Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (6,7%).

Tabela 11. Execução por ação de governo.

Ações de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
Ações de Governo do GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.613,65	51,4
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	1.410,59	20,1
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	881,00	12,5
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	468,04	6,7
2000 - Administração da Unidade	171,08	2,4
214W - Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária	142,22	2,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	61,01	0,9
21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural	59,60	0,8
210V - Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais	37,95	0,5
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	25,99	0,4
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	22,52	0,3
214Y - Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA	20,49	0,3
Demais Ações de Governo	116,39	1,7
Total	7.030,53	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial (26/1/2021) – Valores em milhões (R\$).

A pandemia de Covid-19 gerou cenários de incertezas com reflexos diretos no planejamento orçamentário e financeiro do MAPA, que precisou ser adaptado à nova realidade. Ainda assim, a execução orçamentária foi de 99% da dotação orçamentária total, ilustrando a proximidade entre o desempenho obtido com o esperado/orçado, resultado de um grande esforço institucional para aproveitamento dos recursos disponibilizados.

Os desafios para os próximos anos englobam a redefinição de prioridades da gestão orçamentária, face às seguidas reduções da disponibilidade do orçamento discricionário; o fortalecimento das ações finalísticas de governo com o objetivo de fomentar o agronegócio brasileiro; a ampliação da transparência na aplicação dos recursos públicos e o estímulo da cultura organizacional para o aprimoramento da execução orçamentária e financeira.

O suporte das informações orçamentárias registradas no Relatório Contábil do MAPA, no Exercício de 2020, está na Lei Orçamentária Anual nº 13.978, de 17/01/2020 e suas atualizações posteriores.

As informações sobre a programação orçamentária e financeiras concernentes ao exercício de 2020 estão regimentadas no Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, com as alterações

previstas nos Decretos números 10.295, 10.324 e 10.556, dentre outros decorrentes da pandemia provocada pela doença do Corona vírus (COVID-19).

Os registros contábeis do MAPA estão em conformidade com as orientações emanadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição, com as alterações constantes no link:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8020

A seguir, a Tabela 12 apresenta com as Receitas e Despesas do MAPA.

Tabela 12. Receitas/Despesas (valores em Milhões R\$)

Grupo de contas	Previsão atualizada	Receita Realizada	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas
Receitas Correntes	2.386	2.485	-	-
Receitas de Capital	11.760	4.432	-	-
Totais	14.146	6.917	-	-
Despesas Correntes	-	-	12.494	12.125
Despesas de Capital	-	-	10.860	7.824
Totais	-	-	23.354	19.949
Deficit			13.032	

5.2.1 - Resumo da situação financeira da UP (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício;

O MAPA apresenta para o exercício de 2021, no grupo de contas “Caixa e Equivalentes de Caixa”, um saldo de R\$ 8.180 (oito bilhões, cento e oitenta milhões de reais). Deste valor, R\$ 1.276 milhões se encontra disponível no grupo de conta “Recursos Liberados Pelo Tesouro”, enquanto que o valor de R\$ 4.254 milhões poderá ser resgatado para pagamentos de despesas e o restante se encontra em Outras Contas como caução de contratos.

Na tabela seguinte são apresentados os principais grupos de contas com os respectivos saldos e demonstração dos percentuais de acréscimos ocorridos no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019.

Tabela 13: os principais grupos de contas com os respectivos saldos e demonstração dos percentuais de acréscimos ocorridos no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019

Grupo de contas	2020	2019	Acréscimo	Decréscimo
Ativo Circulante	12.531	11.028	4,56%	-
Créditos a Curto Prazo	4.092	1.153	254,90%	-
Ativo Não Circulante	346.419	342.567	1,12%	-
Demais Créditos e Valores	9.795	-	-	-
Imobilizado	322.131	317.503	1,46%	-
ATIVO TOTAL	358.950	353.594	1,51%	-
Passivo Circulante	5.959	5.210	14,38%	-

Grupo de contas	2020	2019	Acréscimo	Decréscimo
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.700	2.859	29,42%	
Passivo Não Circulante	1.915	2.108	-	9,16%
Patrimônio Líquido	351.076	346.276	1,39%	-
PASSIVO TOTAL	358.950	353.594	1,51%	-

Fonte: Balanço Patrimonial do MAPA (Inclui as Entidades Supervisionadas) – Valores em Milhões (R\$).

5.2.2 - As contas relativas aos fundos de financiamento devem apresentar informações sobre o patrimônio global e os resultados das operações de crédito realizadas à conta desses recursos em face dos objetivos estabelecidos;

O MAPA não administra Fundos de Investimentos com resultados de operações de créditos.

5.2.3 - Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício;

Quadro 4. Detalhamento por Grupo de Contas.

Grupo de Contas	Financeiro	Situação
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	Saldo de R\$ 4.254 milhões	Recursos a serem resgatados.
Bancos Conta Movimento – Demais Contas	Saldo de 6 milhões	Contém saldos de outras contas dentre as quais cauções em garantias.
Títulos da Dívida Agrária	Saldo de R\$ 1.849 milhões	Recursos a resgatar (INCRA).
Títulos da Dívida Agrária em Trânsito	Saldo de 738 milhões	Distorção no balanço do INCRA por permanência a longo prazo e solicitado pela STN os motivos, o que foi respondido pela Autarquia sobre a formação de um grupo de trabalho para a solução.
Aplicações Financeiras de Liquidez	Saldo de R\$ 53 milhões	Contém saldos a serem resgatados (extra mercado).
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	Saldo de R\$ 1.276 milhões	Saldo disponível (inclui as Ordens de Pagamentos já emitidas aguardando a emissão da Ordem Bancária).
Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira	Saldo de R\$ 5 milhões	Saldos existentes no exterior depende de uma disponibilização específica para UG do exterior.

No caso de auditorias independentes não é aplicável ao MAPA e no caso de controle público federal se encontram devidamente destacadas nas ações apoiadas da AECL, em cumprimento ao previsto no Decreto nº 10.253, de 2020, no que se refere aos Órgãos de Controle Interno e Externo.

As Notas Explicativas que compreendem o Relatório Contábil do MAPA com as respectivas Demonstrações Contábeis se encontram no link a seguir:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>

As demonstrações contábeis foram tratadas em função da sua composição considerando que:

- As UPC que compreenderem apenas um órgão no SIAFI devem considerar os valores contábeis consolidados nesse órgão;

- As UPC que compreenderem mais de um órgão no SIAFI devem apresentar informações referentes aos principais dados desses órgãos de forma individualizada e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC;

- As UPC que não atuam no SIAFI devem adotar procedimento semelhante, considerando que, caso haja em sua composição unidades com estrutura contábil independente, devem apresentar informações contábeis resumidas referentes aos principais saldos das contas dessas unidades de forma individualizada, e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC.”

As demonstrações contábeis do MAPA são tratadas de forma abrangente, de forma que contemplam todos os órgãos e Entidades Subordinadas.

Os Órgãos Subordinados ao MAPA na categoria de Entidades possuem Setor de Contabilidade próprio. O relacionamento do MAPA com essas entidades é realizado por meio dos responsáveis contábeis das mesmas.

Apresenta-se a seguir quadro com os responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA:

Quadro 5. Responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA.

Entidade Subordinada	Responsável pelo Setor de Contabilidade	Função/Cargo	CRC	Período de Atuação
EMBRAPA	Susy Darlen B. da Penha	Analista A	DF 007472-O	A partir de 02/09/2009 - Portaria Nº 1178, de 31/08/2009 - BCA 37/2009
CONAB	Goiazires da Silva Borges	Superintendente	DF 011907/O-8	5 anos
	José Carlos de Andrade	Assistente	DF 005969/O-5	2 anos
INCRA	Ryan Souza Guedes	Contador Responsável	025717/O-5	27/11/2020 até data atual.
	Holanda de Jesus Cardoso	Contadora Responsável Substituta	DF 019994/O-5	27/11/2020 até data atual.
CASEMG	Marcelly Aparecida da Silva	Contadora	MG 087817/O-3	-

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/novembro/uniao-liquida-mais-uma-estatal-de-controle-direto>

Quanto às unidades dos conselhos de profissão e dos serviços sociais autônomos, com vistas a evidenciar a situação e o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício, deverá haver a apresentação da declaração do contador/opinião dos auditores externos, dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas não se aplica ao MAPA.



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

<https://www.gov.br/agricultura>